

ANDRÉ LANGER

**MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.
A CONCEPÇÃO DE TRABALHO DE JOVENS POBRES**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Benilde Maria Lenzi Motim

CURITIBA
2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A Banca Examinadora, nomeada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) candidato(a) **André Langer**, em relação a sua Tese de Doutorado "MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO. A CONCEPÇÃO DE TRABALHO DE JOVENS POBRES", é de parecer favorável à.....APROVAÇÃO..... do(a) candidato(a), habilitando-o(a) ao título de Doutor em Sociologia, área de concentração em Trabalho e Ruralidades, linha de pesquisa Trabalho, Inovações Tecnológicas e Organizacionais. Curitiba, 17 de dezembro de 2009.

Profª Drª Ileizi Luciana Fiorelli Silva

Profª Drª Rosângela Digiovani

Profª Drª Sílvia Maria Pereira de Araújo

Profª Drª Ana Luisa Fayet Sallas

Profª Drª Benilde Maria Lenzi Motim
(orientadora e presidente)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria o que é sem as sugestões, a colaboração e o incentivo de muitas pessoas. Sou grato, em primeiro lugar, ao CEPAT – Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – pelo espaço de pesquisa e de reflexão que me proporcionou, além de permitir que pudesse tomar horas de trabalho para a redação da tese. Aos colegas de equipe, Cesar Sanson, Cláudia Patrício e Darli Sampaio, pelo companheirismo.

Agradeço à Viviane, Éverson, Cleudete e Bruna pela valiosíssima contribuição na indicação de nomes para a pesquisa, sem o que o caminho teria sido mais sinuoso para ser percorrido.

Quero agradecer de modo especial o acompanhamento da Profa. Dra. Benilde Motim, orientadora, e às Profas. Ana Luísa Fayet Sallas e Aparecida Bridi, pela criteriosa leitura da primeira redação, bem como as valiosas sugestões bibliográficas e de mudanças do texto.

Finalmente, mas não por último, quero manifestar minha gratidão à Marli, companheira de caminhada, pelo estímulo que me deu, assim como as frutuosas conversações que pudemos ter sobre o tema desta tese e que me foram de grande valia.

RESUMO

A presente tese tem o objetivo de estudar a maneira como jovens pobres encaram o trabalho, no contexto das grandes transformações que se processam na organização da produção e do trabalho, mas também nas suas manifestações culturais, e que têm na revolução tecnológica informacional o seu motor propulsor. Foram utilizados o questionário e a entrevista semi-estruturada como instrumentos de pesquisa e privilegiou-se fundamentalmente as temáticas sócio-econômica, da qualificação e do trabalho, conjugando abordagens ora dedutivas, ora indutivas. A análise, de cunho qualitativo, centrou-se na qualidade dos trabalhos realizados, nas dificuldades para entrar no mercado de trabalho e nas estratégias de resistência que constroem. Aos jovens pobres, e de baixa qualificação, restam os trabalhos caracterizados pela precariedade: informais, temporários, intermitentes e de baixa remuneração. Desejam trabalhar, mas querem um trabalho que não lhes roube a vida e que faça sentido. Entretanto, exploram a dimensão instrumental do trabalho como meio para garantir a fruição da vida. Eles vivem uma situação paradoxal em relação ao seu futuro: em termos estruturais, reinam pessimismo e incertezas; pessoalmente, mostram-se otimistas e nada resignados.

Palavras-chave: trabalho; juventude; pobreza; revolução tecnológica informacional; qualificação; precariedade.

ABSTRACT

The present paper aims to study how poor young people face work, not only in the context of the enormous transformations which take place in the organization of production and labor, but also in their cultural manifestations, impelled mainly by the technological revolution of information. The instruments of the research were the questionnaire and the semi-structured interview, in order to investigate mainly the social- economical aspects of the qualification and of labor, combining deductive and inductive approaches. The analysis, of qualitative type, was focused on the quality of the work they undertake, their difficulties to enter in the labor market and the strategies they build to resist them. The poor and ill-qualified young population is faced with the most precarious work positions: informal, temporary, discontinuous and low-paid jobs. They want to work, but would rather have an occupation that makes sense and do not take away their life. However, they explore the instrumental aspect of work as a means to be able to enjoy life. They live a paradox concerning the future: they express pessimism and uncertainty as far as the structural perspectives, but also show optimism and non- resignation.

Key words: work; youth; poverty; technological revolution of information; qualification; precarious work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 QUEM SÃO E COMO VIVEM OS JOVENS POBRES	6
1.1 METODOLOGIA.....	6
1.2 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	11
1.3 OS JOVENS E O UNIVERSO DIGITAL	18
2 OS JOVENS DE PERIFERIA EM TEMPOS DE PROFUNDAS	
TRANSFORMAÇÕES.....	24
2.1 CAPITALISMO INDUSTRIAL, FORDISMO E CRISE.....	24
2.2 A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA INFORMACIONAL.....	30
2.3 MUNDIALIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO	35
2.4 TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO	
TRABALHO	38
2.5 A PRODUÇÃO E O TRABALHO IMATERIAIS	50
3 JUVENTUDES E MUDANÇAS ÉTICO-CULTURAIS.....	62
3.1 A CRISTALIZAÇÃO DAS IDADES E A CULTURA DE UMA ÉPOCA: A	
MODERNIDADE	62
3.2 A NOVA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL E A	
DESORGANIZAÇÃO DOS CICLOS DA VIDA	68
3.3 O DESAFIO DE SER JOVEM EM MEIO A UM TEMPO DE	
TRANSFORMAÇÕES.....	77
4 A ODISSEIA DE JOVENS POBRES	85
4.1 VIVÊNCIAS DE TRABALHO	86
4.2 QUALIFICAÇÃO – ENTRE AS EXIGÊNCIAS DO MERCADO E O	
DESEMPREGO	99
4.3 VIVÊNCIA DO TEMPO E SOCIABILIDADES	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

Após décadas de retração envolvendo o interesse pelo tema da juventude nas Ciências Sociais, verifica-se o seu retorno ao cenário. Multiplicam-se, nas Ciências Sociais, as pesquisas e os estudos acerca da compreensão multifacetária desta realidade, reflexo das complexas tramas que compõem a sociedade. A juventude constitui-se, pois, em encruzilhada por onde transitam as diversas problemáticas sociais da atualidade: trabalho, educação, cultura, tecnologias, gênero, violência, vulnerabilidades, etc.

O entroncamento marcado pelos pólos Trabalho e Juventude é o tema que nos ocupa na pesquisa e reflexão que resultou nesta tese. O interesse por este tema remonta aos tempos de elaboração da dissertação de mestrado. Na ocasião, analisávamos a concepção de trabalho na obra de André Gorz. Este sociólogo francês analisa as profundas mudanças ocorridas na segunda metade do século passado e como elas impactavam as sociedades. Nasceu aí a curiosidade intelectual para saber como essas transformações afetavam e eram percebidas pelos jovens, que, em grande parte, no caso brasileiro, não viveram as mudanças, mas já cresceram com elas em ação.

Em termos práticos, delimitamos nossa pesquisa em torno do seguinte público: jovens pobres de entre 18 e 29 anos, que não estudam e nem trabalham. Por conta das exigências cada vez maiores do mercado de trabalho, há a tendência de os jovens prolongarem o quanto possível os seus estudos e permanecerem mais tempo junto com os pais, pressionando um alongamento da fase da juventude. As mudanças ocorridas na organização da produção e do trabalho, por influência da revolução tecnológica informacional, acabaram por estremecer as possibilidades de trabalho desta faixa etária. O desemprego e o trabalho precário representam uma ameaça à inserção no mercado de trabalho; constituem fontes de preocupação e de insegurança. Entretanto, essa realidade não é posta da mesma maneira a todos os jovens. Aqueles oriundos das camadas sociais mais abastadas estão em condições mais favoráveis para encarar essas situações, obstruindo ainda mais as chances dos jovens das camadas mais simples.

A idade de 18 anos é a fronteira etária que marca o momento em que escola e trabalho têm importância equivalente e a partir da qual o trabalho torna-se a atividade principal. Até os 18 anos, a escola tem mais importância, começando a perdê-la a partir deste momento para o trabalho. Além disso, a idade de 18 anos é também um divisor de águas para os jovens homens, representado pelo serviço militar obrigatório. No seu

caso, têm implicações sobre o trabalho, pois não raro as empresas deixam de contratá-los por essa razão. Para as jovens mulheres, é o período em que a maternidade passa a ser uma realidade.

O limite superior de 29 anos foi estabelecido em razão da sua utilização por órgãos governamentais e pesquisadores. Em decorrência das modificações socioculturais em andamento, esse patamar está sendo elevado em várias regiões do mundo. No Brasil, a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude já adotam a faixa que compreende os 15 aos 29 anos para designar a juventude, delimitação que assumimos no presente trabalho.

Além dessa delimitação, de cunho socioeconômico, procedemos a outra, de caráter geográfico. Restringimo-nos à região Sul da cidade de Curitiba, mais especificamente ao triângulo que engloba os bairros Xaxim, Alto Boqueirão e Osternack. Em termos socioeconômicos, essa região apresenta índices de emprego, de educação, de salário, que estão abaixo da média da cidade de Curitiba.

A pesquisa de campo projeta-se no uso de dois instrumentos metodológicos: o questionário e a entrevista. A aplicação do questionário tem a intenção de servir de primeira aproximação aos jovens e proporcionar informações básicas – e mínimas – relativas à sua situação socioeconômica. As entrevistas seguem um roteiro elaborado previamente com destaque para a vida pessoal e familiar, a formação/qualificação e o trabalho.

O objetivo a ser perseguido é o de estudar a maneira como jovens pobres encaram o trabalho, no contexto das grandes transformações que se processam no mundo do trabalho, mas também nas suas manifestações culturais. Como o compreendem e o lugar que ocupa em suas vidas. Trata-se de analisar como enfrentam as dificuldades relativas à entrada no mercado de trabalho e o desemprego; como vivem o tempo disponível. As estratégias de resistência que constroem.

No primeiro capítulo, que tem o sentido de ser um capítulo introdutório, analisamos aspectos socioeconômicos dos jovens pesquisados – idade, sexo, religião, estado civil, bem como sobre a sua procedência, família e residência. Trabalha-se especialmente com base no material obtido a partir dos questionários. Valemo-nos também dos dados obtidos com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2006, e da pesquisa de SALLAS (2008), realizada no âmbito da UNESCO. Utilizando as abordagens extensiva e intensiva, esta é a pesquisa mais recente e completa sobre a juventude de Curitiba.

A relação dos jovens com as chamadas tecnologias convergentes – telefone celular, computador e internet – ocupam outro momento deste capítulo. Mostra a presença – maior ou menor – de cada um destes instrumentos na vida dos jovens, assim como os desafios em termos de inclusão digital.

O capítulo principia, na verdade, pela descrição da metodologia utilizada nesta pesquisa e de alguns desafios encontrados em campo. O pressuposto básico assumido ao longo deste trabalho é que os jovens mais do que excluídos, são pobres e marginalizados.

No segundo capítulo analisamos as transformações ocorridas no capitalismo no último quartel do século XX e cujos impactos ainda estamos digerindo em termos de organização da produção, do trabalho e em sua abrangência cultural. As mudanças advindas da revolução tecnológica informacional, num contexto de mundialização, de financeirização da economia e de implantação de políticas de cunho neoliberal em diversas regiões do mundo, situam-nos em um mundo sempre mais complexo e veloz. As interdependências são sempre maiores e em todos os sentidos. O desmonte de uma época – mais perceptível na superfície – se dá paralelamente a outra que vem sendo gestada num nível mais profundo e cujos sinais são menos claros e evidentes do que pode surgir. Mesmo não havendo consenso sobre esta questão, somos da opinião de que estão se formando as bases de um novo capitalismo – chamado de capitalismo cognitivo por alguns, de economia do imaterial, por outros –, resultante das potencialidades oferecidas pela nova revolução tecnológica.

Os impactos sobre o trabalho são enormes, representados, por um lado, no desmonte da sociedade de bem-estar social. No caso brasileiro, sempre tivemos uma legislação trabalhista relativamente flexível, mas que sofreu assim forte impacto de desregulamentação a partir da década de 1990. Esta é uma das faces da desestruturação produtiva e que resultou, no seu conjunto, em precarização do trabalho. Os empregos de qualidade tornaram-se um “privilégio” de poucos, ao lado dos quais convive a maioria dos “precários”.

O novo capitalismo reorganiza a economia do imaterial em torno de novas bases. O conhecimento e a inovação passam a ser os elementos caracterizadores e valorizadores deste momento da história e que impactam o trabalho. Surgem novos trabalhos e são requeridas novas habilidades por parte dos trabalhadores. Os jovens pobres inserem-se – de maneira marginal – nesta nova economia. Mas, de modo mais geral, este tipo de economia – com as possibilidades de levar à barbárie que carrega –

parece ser mais próxima do mundo cultural dos jovens – e, portanto, também pode representar uma possibilidade de emancipação.

Se neste capítulo, o foco central são as transformações relativas ao mundo do trabalho, no terceiro capítulo analisaremos as mudanças culturais atinentes à juventude. A concepção, lugar e papel dos jovens nas sociedades variaram ao longo da história e espelharam o espírito da época. As grandes transformações que revolucionaram as sociedades foram também modificando o lugar dos jovens em seu interior. Assim, pode-se, de forma esquemática, perceber três momentos: no primeiro momento, que coincide com as sociedades tradicionais, as crianças são inseridas diretamente no mundo adulto. Num segundo momento, concomitante às sociedades industriais, começa a haver uma valorização da criança, que, com o surgimento da escola, é afastada do convívio dos adultos e precisa dele ser protegido. Ainda que a referência cultural seja o mundo adulto, as crianças e os jovens começam a ter contato e aprender com seus pares. Mesmo assim, os jovens aspiram a ser como os adultos. No terceiro momento, que coincide com o atual, colocou-se, ao menos em termos culturais, o jovem como referência social. Agora, ao contrário, os adultos querem ser jovens, processo chamado de juvenilização. E amplia-se esta fase da vida.

Num mundo em que os adultos aspiram a ser e permanecer jovens, estes, por sua vez, não conseguem mais se diferenciar dos adultos. Nesse esforço de diferenciação cabe ler as múltiplas expressões culturais juvenis. A educação e o trabalho são elementos constitutivos da “moratória vital” representada pela fase da juventude. Entretanto, dadas as particularidades dos jovens pobres – casados, filhos e trabalho –, pode-se chamá-los de jovens adultos.

Se os capítulos dois e três são de fundamentação teórica, o capítulo quatro dialoga com as experiências dos jovens recolhidas nas entrevistas. Três são os elementos aglutinadores: (1) trabalho, (2) qualificação e (3) utilização e compreensão do tempo e socialização.

Quanto ao trabalho, a análise se centra sobre as experiências de trabalho dos jovens pobres e suas características. Também tratamos de averiguar as buscas de emprego e seus critérios de seleção dos referidos empregos. E as vivências do desemprego.

A falta de experiência e a qualificação são duas das maiores atribuições dos jovens. Analisam as não seleções sempre em vista destes dois critérios.

Responsabilizam-se pelo desemprego e não conseguem atinar para as causas estruturais decorrentes da reestruturação produtiva.

A análise do tempo surpreende pela maneira como se relacionam com ele. Quanto mais urge a necessidade de encontrar um emprego, mais o tempo cotidiano é longo e vazio. Quanto menos pressão houver nesse sentido, mais se percebe uma abertura para outras atividades sem fins lucrativos, realizadoras e gratificantes em termos de reconhecimento social. Os tempos destinados ao lazer e ao encontro com amigos e amigas assumem grande importância nesta fase da vida.

1 QUEM SÃO E COMO VIVEM OS JOVENS POBRES

Este capítulo tem um caráter introdutório. Aqui vamos analisar alguns aspectos socioeconômicos dos jovens pesquisados – idade, sexo, religião, estado civil, bem como sobre a sua procedência, família e residência. Trabalhamos especialmente com base no material obtido a partir dos questionários. Servimo-nos também dos dados obtidos com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2006, e da pesquisa de SALLAS (2008), realizada no âmbito da UNESCO.

A relação dos jovens com as chamadas tecnologias convergentes – telefone celular, computador e internet – também serão objeto de análise deste capítulo. Mostra a presença – maior ou menor – de cada um destes instrumentos na vida dos jovens, assim como os desafios em termos de inclusão digital.

Para situar melhor o leitor, principiamos pela descrição da metodologia utilizada nesta pesquisa e de alguns desafios encontrados em campo.

1.1 METODOLOGIA

O objeto de pesquisa sofreu algumas especificações ao longo do processo. Inicialmente, abarcava de modo geral os jovens de periferia. O projeto previa averiguar a concepção de trabalho de jovens num contexto de grandes mudanças no capitalismo decorrentes da revolução tecnológica em curso, com impactos sobre os jovens. Mais adiante, em decorrência da descoberta da existência de pesquisas que indicavam elevadas taxas de jovens que não estudam nem trabalham¹, passamos a focar a nossa atenção sobre esse público.

Paralelamente, fizemos um recorte na faixa etária a ser abrangida. Adotamos a faixa etária entre 18 e 29 anos. E isso por diversas razões. Em se tratando de jovens que não estudam e nem trabalham, assumimos como argumento forte o que é apontado na

¹ Pesquisa conjunta do Instituto Polis, de São Paulo, e do IBASE, do Rio de Janeiro, que contemplou um universo de oito mil jovens de seis Regiões Metropolitanas do Brasil, constatou que 27% dos jovens entre 15 e 24 não trabalham e não estudam. Pesquisa do IBGE chegou a resultado semelhante: 23% (GÓIS; LAGE, 2006).

análise realizada por Sônia Rocha (2008) com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD) de 2005. A idade de “18 anos é a fronteira etária que marca o momento em que escola e trabalho têm importância equivalente e a partir da qual o trabalho torna-se a atividade principal” (ROCHA, 2008: 534). Até os 18 anos, a escola tem mais importância, começando a perdê-la a partir deste momento para o trabalho. Além disso, a idade de 18 anos é também um divisor de águas especialmente para os jovens homens, representado pelo serviço militar obrigatório. Para as jovens mulheres, muitas também já vivenciam a maternidade.

O limite superior estabelecido, de 29 anos, não é convencional no Brasil, uma vez que a maioria das pesquisas trabalha ainda com a faixa de idade que vai até 24 anos. Em decorrência das modificações socioculturais em andamento, esse patamar está sendo elevado em várias regiões do mundo. Na Europa, alguns indicadores já trabalham com a idade de 29 ou mesmo de 32 anos de idade para determinados fins. No Brasil, a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude, já adotam a faixa que compreende dos 15 aos 29 anos para designar a juventude (IPEA, 2008: 12), faixa etária também admitida por Rocha (2008: 534). Como há a tendência, segundo nos parece, de que essa faixa de idade vá se impondo progressivamente como indicadores nas políticas públicas e entre pesquisadores, passamos a adotá-la já aqui.

Por fim, efetivamos um recorte geográfico. Optamos por permanecer na região Sul da cidade de Curitiba.

Para nos acercar do objeto de pesquisa no encontro com os jovens que se enquadram dentro dos critérios adotados, elaboramos um questionário e um roteiro de entrevistas. O questionário teve a intenção de servir de primeira aproximação aos jovens e de proporcionar informações básicas – e mínimas – relativas à sua situação socioeconômica. Os 14 questionários foram aplicados pessoalmente pelo autor da pesquisa. Com exceção de um, todos os demais questionários foram aplicados na moradia dos jovens.

A entrevista decorreu deste primeiro contato. Foram feitas 7 (sete) entrevistas, pois a metade dos jovens que responderam ao questionário não aceitaram participar deste momento por diversas razões: timidez, vergonha ou mesmo porque não viam vantagem econômica nisso. As entrevistas seguiram um roteiro prévio com destaque para a história pessoal, a formação/qualificação e o trabalho.

O trabalho de campo representou um duplo desafio: o contato com os jovens e a realização das entrevistas. Encontramos dificuldades para contatar jovens que

preenchiam os critérios adotados. Pretendíamos nos restringir inicialmente ao Pantanal. Fizemos contatos com lideranças locais (da Associação de Moradores e de Igreja) para que nos ajudassem a indicar nomes. Tudo em vão. Tempos depois, entre idas e vindas, estávamos ainda no mesmo lugar, pois não conheciam ou não sabiam informar jovens que estivessem nessa situação. O que revela, para nós, o fato de serem “invisíveis” até para as lideranças comunitárias com contato mais direto com a comunidade.

Com estas dificuldades, tivemos que recorrer a outra estratégia: contatar amigos e amigas da região, ao mesmo tempo lideranças sociais, para que nos ajudassem na indicação de nomes. Foi quando começaram a aparecer os resultados. E foi assim que chegamos a eles, por indicações, por outras afinidades, às vezes inclusive de parentesco. Os jovens contatados recobrem a área que vai dos bairros Sítio Cercado, Xaxim, Alto Boqueirão e Osternack, na região Sul da cidade. Apenas uma das jovens não é moradora deste perímetro, ela que mora no município vizinho de Fazenda Rio Grande, no lado que dá acesso a Curitiba. Chegamos a eles através de um caminho mais relacional, recorrendo à rede de informações pessoais.

As entrevistas com o Carlos², Tina, Roberta, Paula, Antonio e Mariana foram realizadas em suas respectivas casas. A conversa com a Luzia se deu em lugar neutro. Dadas as condições precárias em que muitos moram – não apenas em termos de as moradias serem pequenas, mas também por morarem em áreas densamente povoadas –, exigiu por parte do entrevistador um esforço redobrado. Devido às condições físicas e de falta de privacidade, entrevistas foram realizadas na cozinha, na varanda que dá para a rua ou sentado em cima de cama. Também os sons de música alta da vizinhança, de conversas nos arredores, de barulho de máquina de lavar-roupa, do burburinho de crianças, fazem parte da “trilha sonora” das entrevistas. Tudo isso ajuda a compor o contexto em que o pesquisador deve imergir. Além desse ver, do ouvir, algumas outras conversas informais com pessoas não diretamente envolvidas na pesquisa ajudaram para reforçar aspectos das entrevistas ou para complementar outras informações importantes para a compreensão do mundo em que vivem e de como se posicionam diante das dificuldades que encontram no cotidiano.

Pelas dificuldades que esses jovens encontram em termos de moradia, escolarização, acesso à cultura e ao lazer, e de trabalho, esses jovens têm todos os ingredientes para serem considerados excluídos da sociedade. Entretanto, vale a

² Os nomes dos jovens são fictícios.

pergunta: esses jovens estão realmente excluídos da sociedade ou, ao contrário, vivem em situação de pobreza e de marginalização? Estamos convencidos de que eles fazem parte da nossa sociedade, mas, em decorrência de um conjunto de processos que envolvem inibições no tocante à sua formação/qualificação e ao trabalho, especialmente, estão situados ou são empurrados para as margens da sociedade, isto é, são empobrecidos. Vivem, segundo expressão de Castel, nas bordas da sociedade. Transitam no fio da navalha que separa a inclusão da exclusão. E assim estão obrigados a terem a “precariedade como destino” (CASTEL, 1998: 528).

Não que queiramos riscar do mapa da Sociologia o termo exclusão. Em vez disso, preferimos o de pobreza, não apenas pela longa tradição que tem. O conceito de exclusão, muito utilizado e popularizado, tem, a nosso ver, a inconveniência de centrar toda a atenção sobre os excluídos, esquecendo-se de questionar a própria sociedade. Há, hoje, no contexto das profundas transformações que envolvem também as grandes instituições das nossas sociedades, razões suficientes para, ao menos, colocar em dúvida os argumentos de que a sociedade em que vivemos é capaz de acolher os excluídos. O padrão é a sociedade, e os “excluídos” precisam ser incorporados a ela. A sociedade é a afirmação, os excluídos, a negação. Mas, em que tipo de sociedade queremos que sejam incluídos? Nessa em que a escolarização e a qualificação deixam tanto a desejar? Nessa em que o trabalho de qualidade é um “privilegio” para poucos? Nessa em que se alimenta o consumismo como valor social e pessoal máximo, às custas inclusive dos direitos fundamentais mais básicos? Nessa em que se destrói a natureza e se criam as condições que favorecem e acirram a mudança climática, cujos efeitos recaem majoritariamente sobre os pobres? A sociedade também precisa mudar, pois, do contrário, não poderá acolher em seu seio os “excluídos”.

Uma contribuição importante para essa reflexão é feita por Martins (2003: 15), para quem não existe a exclusão, mas “certa fetichização da ideia da exclusão e certo reducionismo interpretativo que suprime as mediações que se interpõem entre a economia propriamente dita e outros níveis e dimensões da realidade social”. Para ele não existe exclusão, mas

...vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas

constituem o imponderável de tais sistemas, *fazem parte deles* ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam (MARTINS, 2003:14. Os itálicos são do autor).

A ideia de que não há exterior ao sistema também está presente em Negri e Hardt (2001) quando analisam a constituição daquilo que eles denominam de Império, ou seja, a nova ordem mundial resultante das amplas e profundas transformações ocorridas nas últimas décadas. Segundo eles, o “conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras” (NEGRI; HARDT, 2001: 14), isto é, não há mais nada que lhe seja exterior, não tem nenhuma fronteira territorial que confina a sua atuação. Mesmo as resistências a esse poder emergem necessariamente de dentro.

Assim, as políticas do modelo neoliberal

... implicam a proposital *inclusão precária e instável, marginal*. Não são, propriamente, políticas de exclusão. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital (MARTINS, 2003: 20. Os itálicos são do autor).

A noção de pobreza, ao contrário, a nosso ver, exprime com mais propriedade que eles são parte constitutiva desta sociedade. E que sua existência e presença são um constante questionamento a esta sociedade. O estado de pobreza em que se encontram é histórico e remonta às gerações anteriores. Não é, como a ideia de exclusão poderia dar a entender, um momento de privação, mas uma constante. Através de uma rede espessa e pluriforme de relações eles se comunicam com toda a sociedade e são por ela afetados constantemente. Eles nunca estiveram mais incluídos, para estarem atualmente excluídos. Realmente, nunca fizeram a experiência de estarem incluídos. Sempre foram pobres e, como tais, se enxergam.

O conceito “excluído” padece de um viés economicista e, como tal, é reducionista. Nem mesmo em termos de suas representações, desejos, sonhos, expressões culturais, os jovens estão fora da sociedade (REGUILLO CRUZ, 2006: 144), pois ali expressam de forma mais aguda o que querem da sociedade e como a imaginam.

Os jovens pobres transitam nesta margem fluida que ora os integra e ora os exclui. Por um lado, eles “exacerbam características de todos nós”, e por outro, “denunciam a nossa sociedade” (FEFFERMANN, 2005: 13). Ou seja, pode-se vê-los como a escória

da nossa sociedade ou, antes, como seus juízes, o que certamente será mais consequente. São o diferente que desnuda as ações, opções e estruturas injustas da nossa sociedade e que questiona a sua falta de complacência para com os que se encontram nas bordas sociais.

Os jovens de periferia realizam, assim, uma ação recíproca em que são afetados pelas condições econômicas, sociais e culturais da sociedade em que estão inseridos, mas também afetam esta mesma sociedade na medida em que propõem outras convenções. Suas manifestações de resistência ou culturais não visam apenas a eles próprios, mas o conjunto da sociedade. A criatividade e a curiosidade “fazem da juventude o espelho de toda a sociedade, uma espécie de paradigma dos problemas cruciais dos sistemas complexos” (MELUCCI, 2001: 102).

1.2 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Nesta parte apresentamos algumas informações elementares sobre os jovens, tais como: idade, sexo, religião, estado civil, bem como sobre a sua procedência, família e residência. Os jovens têm, quase em sua totalidade, entre 18 e 19 anos (6) e 22 e 23 anos (6). A grande maioria são mulheres (10). Encontramos apenas quatro homens. Quase metade das jovens mulheres são mães (5), um número muito elevado, mas que diz muito sobre a situação dos jovens deste estrato social. Por essa razão, a relação entre jovens solteiros e casados é praticamente igual – oito solteiros e seis casados. Quanto à cor ou raça, oito afirmam ser brancos e seis pardos.

Tomando-se o quesito **moradia**, tem-se o seguinte: quatro moram com os pais ou algum dos pais; dois vivem com o cônjuge; e seis moram com algum parente (avó, irmã, irmão, cunhada). Apenas dois casais vivem sozinhos e os demais jovens casados moram com parentes. Além disso, é de se destacar que em sete situações, os moradores do domicílio são iguais ou superiores a cinco pessoas (7 casos). Em quatro casos moram três pessoas na casa e em dois casos, apenas duas.

Vê-se que a noção estreita de **família** nuclear, como aquela formada por pai, mãe e filhos, não se aplica à maioria dos casos. Mesmo sendo o padrão mais geral encontrado em nossas sociedades, na concretude destes jovens ela adquire muitas

formas, composições heterodoxas relativamente ao clássico padrão nuclear. Há casos em que há uma “família” dentro de outra, ou a coexistência com outros parentes na casa destes parentes. Em princípio, considerando-se as evoluções que se dão em todas as áreas e instituições sociais, também o conceito de “família” sofre modificações. Abre-se assim a possibilidade de novos arranjos familiares que chegam a modificar os papéis exercidos dentro do modelo familiar tradicional (SALLAS: 2008, 160-1).

Mesmo que esses arranjos se deem em grande parte devido às necessidades e conveniências econômicas, seria um erro reduzi-los a isso. A família continua em alta entre os jovens pobres (DAYRELL, 2005: 205) porque ali se constituem relações e laços afetivos relacionados à gratuidade e ao sentido. Segue sendo importante, pois “seus laços asseguram trocas afetivas e simbólicas, alguma estabilidade e mecanismos de sobrevivência mais estáveis” (SPOSITO, 2005: 124) em um quadro mais amplo de ausência da ação pública.

Com outras palavras, a família aparece como instância fundamental, pois proporciona as condições básicas “para poder viver a vida enquanto jovem, como referência afetiva, como referência ética e comportamental e para o próprio processo de amadurecimento” (ABRAMO, 2005: 60). Neste sentido, a família não se define pelo lado biológico, “mas pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou inexistência, de sentido” (SARTI, 1999: 100). Para os jovens, a família passa a ser o “espaço de expressão privada de amores e de ódios, de encontros e de conflitos, de guerra e de paz” (SALLAS, 2008: 168). Constitui-se numa espécie de “filtro” por onde o jovem “vê e elabora uma compreensão de mundo” (DAYRELL, 2005: 205; SARTI, 1999: 100).

Quanto a morar com os pais ou não, os jovens pesquisados seguem a tendência apontada em Sallas (2008), que faz a radiografia mais completa da juventude em Curitiba. Os jovens mais ricos estão mais propensos a morarem com os pais do que seus pares mais pobres (SALLAS, 2008: 164-5). Na verdade, os jovens que moram com os pais ou com algum dos pais, no nosso caso constituem a minoria, contrariamente à pesquisa de Sallas (2008), onde essa parcela de jovens representa a grande maioria.

Nos últimos anos foram divulgados pesquisas (ABRAMO, 2005:59-60) e estudos que indicam que há uma tendência no mundo e no Brasil de os jovens permanecerem mais tempo com os pais, o que seria uma das manifestações da chamada “descronologização” das idades, de que falaremos no capítulo 3. Entre os jovens mais pobres, tudo indica que esta tendência esteja demorando mais para chegar. Entretanto,

uma das jovens entrevistadas, de 22 anos, expressou claramente não ter desejo nem projeto de sair da casa dos pais.

Se a família constitui realmente esse aconchego fundamental para o desenvolvimento psicológico e social dos jovens, isso constitui apenas um lado da moeda. Para muitos jovens, o universo familiar é também o espaço de “pequenas” ou “grandes” experiências de humilhação e violência (SALLAS, 2088: 198-210; ABRAMO, 2005: 60). Esse lado perverso da família está sendo progressivamente desnudado, fazendo com que se tornem públicos casos de violências cometidas contra crianças e que os jovens carregam consigo com muita vivacidade. Na nossa pesquisa, este não foi um enfoque explícito a ser perseguido, mas chamou a atenção a dimensão que essa questão tomou na conversa com uma das jovens.

Inicialmente, a Luzia relata a discussão que sua mãe teve com o seu pai quando ela ainda era pequena. Na sequência, a mãe deixou a casa e ela conta que cresceu “achando que ela tinha abandonado a gente. Porque nos momentos em que a gente mais precisava, ela não estava perto” (LANGER, entrevista em 23 de junho de 2009). E cresceu com este sentimento de abandono.

Na juventude sofreu um atentado de violência fora de casa que reforçou a violência que já vinha sentindo. Quando estava fazendo a oitava série, o pai quis tirá-la da escola, pois como ela mesma conta, “eu tive, a gente teve... ah, eu tive problemas... uma tentativa de estupro, essas coisas né, por causa da violência que tinha lá” (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009).

Quando mais crescida, começou a se dar conta de que o foco gerador da violência não fora a mãe, mas o pai, que sempre teve atitudes muito autoritárias. A saída da mãe de casa se deve a esse fato, como ela consegue perceber mais tarde, razão pela qual conseguiu perdoá-la. Conta como ficaram, ela e seus irmãos e irmãs, por conta dos desmandos do pai. Seu casamento foi outro ato autoritário de seu pai, que foi ao cartório dar entrada no seu casamento sem que ela soubesse, e disse que ela tinha o prazo de um mês para se casar. Mas foi também o momento em que ela se vale da autonomia que, paralelamente, foi conquistando para um dia sair dessa situação.

Luzia fez acompanhamento psicológico, mas a companhia do marido e suas atitudes também favorecem a superação da insegurança afetiva e da baixa auto-estima. E traça um paralelo entre a vida de solteira e a de casada, entre ela e o marido:

Porque ele toma uma decisão e me ensinou a ser assim, porque eu era muito indecisa com tudo, com tudo, com tudo... Sempre fui insegura por causa dos meus sentimentos, por causa da minha mãe, por um monte de coisas. E ele é muito seguro, ele teve uma vida muito sofrida também, mas ele é seguro do que ele quer, do que ele quer fazer. E me ajuda. Agora somos dois, somos uma família (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009).

No seu caso, sair de casa representou uma libertação. Conta que, apesar de tudo, ela e sua irmã conseguem perdoar seu pai, ao contrário de seus irmãos.

Em relação à **procedência dos jovens**, a maioria diz ter nascido em Curitiba (10 jovens), contra dois que nasceram no interior do Estado e outros dois que vieram do Estado de São Paulo. Nove afirmam morar há mais de 10 anos no bairro e outros cinco até três anos. Entre seus pais, é maior o número que migrou para Curitiba. Esse panorama dá a entender que refluí a migração e começa a se formar uma geração de jovens pobres que nasceu em Curitiba.

Todos gostam de morar em seu **bairro**. Têm em relação ao bairro um elevado grau de estima e de afeição. A vida pessoal da maioria se mistura com a do bairro, uma vez que passaram boa parte do tempo ali (9 disseram estar morando mais de 10 anos no bairro, contra cinco que dizem morar até três anos no local). Referem-se à tranquilidade, aos amigos, aos vizinhos, como as coisas boas de se viver ali. Uma das jovens revela que não se mudaria por nada do bairro.

Mas, nem tudo é maravilhoso. Falam das agruras e das dificuldades de quando chegaram aos bairros, da falta de infra-estrutura básica, da distância para pegar ônibus, ou ir ao médico. Mas também que hoje já estão bem melhor servidos. Reconhecem que há um preconceito em relação ao seu bairro por conta da violência. Mesmo assim, conta a Mariana, “é um lugar bom para morar para quem sabe viver. Porque, para falar a verdade, quem faz o lugar é a gente. Se eu te falar, ‘ah, vou morar lá no centro porque lá não tem ladrão, não sei o quê’, não adianta, aonde a gente for, vai ter”, contra-ataca (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009).

Quanto à **filiação religiosa**, cinco jovens afirmam ser da religião católica, outros quatro são de Igrejas Evangélicas e outros dois admitem dupla filiação, isto é, participam simultaneamente da Igreja católica e de uma Igreja Evangélica. Três dizem não ter religião. Mesmo sendo os “sem religião” um número expressivo dentro do universo pesquisado, nota-se que a religiosidade é um elemento importante na vida dos jovens em uma sociedade que passou por um longo e intenso processo de laicização

(SALLAS, 2008: 128). A confiança e a adesão que têm na religião, se choca com a ideia de que jovem e religião não combinam (PEREZ, 2007).

A distribuição religiosa verificada entre os jovens pesquisados insere-se nas tendências apontadas por pesquisas em nível nacional ou local: a tendência de crescimento das Igrejas Evangélicas e Pentecostais entre as camadas mais pobres e o aumento do número de jovens que se dizem “sem religião” (SALLAS, 2008: 128-131; NOVAES, 2005: 268-273). Ganha relevância um grupo de jovens que, em suas inter-relações no interior do campo religioso em transformação, distingue entre crença e religião, criando um grupo particular chamado de “religiosos sem religião”, isto é, aqueles que têm fé, mas não vínculos institucionais com alguma igreja (NOVAES, 2005: 272; PEREZ, 2007: 4).

Perguntados sobre a **renda familiar**, sete jovens responderam que chega até 1 salário mínimo, quatro disseram que está entre 1 e 2 salários mínimos. Outro disse ser mais de 2 a 5 SM e outro mais de 5 a 8 SM. Um deles não soube responder.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006 dão conta de que a renda familiar *per capita* da juventude brasileira, expressa em salários mínimos, teve queda entre 2001 e 2006. Se no começo do século era de 1,46 SM, em 2006 caiu para 1,23 SM, uma queda de 15,7%. No Paraná, estava um pouco acima da média nacional: 1,65 SM em 2001, contra 1,44 SM em 2006, uma queda de 12,6% (WAISELFISZ, 2007: 69).

Mas, é de se observar, que se a distribuição da renda é desigual em termos de regiões do Brasil – Waiselfisz (2007: 68) fala em dois grandes grupos de Estados, situando, de um lado, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e de outro, as regiões Norte e Nordeste – ela também o é em termos de camadas sociais. Em 2006, os 20% de maior renda recebem 17,5 vezes mais ingressos que os 20% de renda inferior. Mas também em termos de cor da pele dos jovens – em 2006, a renda familiar per capita dos jovens negros é 50,6% inferior à dos brancos (WAISELFISZ, 2007: 74).

Considerando esta situação e o público abrangido pela nossa pesquisa – faltaria, reconhecemos, fazer o recorte masculino/feminino, reconhecidamente desfavorável às jovens mulheres –, notamos que estamos lidando com a parcela de jovens mais pobre, problema só não agravado por se tratar de um Estado da região Sul.

A situação de pobreza a que estão relegados é visível nas condições precárias de moradia em que esses jovens vivem. O simples fato de andar por alguns lugares já dá uma dimensão da carência em termos de infra-estruturas básicas necessárias para bem

viver e morar: ruas estreitas, sem asfalto, esgoto a céu aberto, são algumas realidades encontradas, visíveis a qualquer transeunte. Mas, a pesquisa permitiu que algumas portas se abrissem e fosse possível acessar a parte interna das moradias. Casinhas pequenas, baixas, construídas sem planejamento, sem circulação de ar, escuras, enfim, insalubres... Um jovem, numa conversa informal, relatava o sofrimento que era permanecer dentro de casa nos dias mais frios do inverno, quando o vento gelado atravessava as frestas das paredes e piorava ainda mais o frio em seu interior. Além disso, sendo casas de dois ou, no máximo, três cômodos, a privacidade torna-se algo praticamente inexistente. Ainda mais, levando-se em consideração os arranjos familiares existentes.

A **escolarização** é outro índice para se verificar a situação de vulnerabilidade social a que esses jovens são submetidos. Dos jovens pesquisados, três têm o ensino fundamental incompleto; dois concluíram o ensino fundamental; três não concluíram o ensino médio; e, seis terminaram o ensino médio. Nenhum adentrou no mundo universitário. Deve-se recordar que no momento da pesquisa nenhum dos jovens estava estudando. Dessa maneira, eles incrementam as estatísticas do grupo majoritário que está fora das salas de aula. De acordo com a PNAD de 2006, esse grupo chega a 53,1% (WAISELFISZ, 2007: 36) dos jovens entre 15 e 24 anos. A mesma pesquisa traz um dado curioso: no Paraná, esse grupo representa 55,6%, ou seja, está acima da média nacional (WAISELFISZ, 2007: 39). A pesquisa local, que tomou apenas o universo dos jovens de Curitiba, constata – e confirma – que quanto mais pobres são os jovens, menor também é o índice dos que não estavam estudando (SALLAS, 2008: 220).

A adequação série/idade representa outro desafio, que afeta sobretudo os jovens das camadas mais pobres da população (SALLAS, 2008: 219). De acordo com a PNAD de 2006, a fração de alunos que não estava cursando a série correspondente à sua fase de vida, chegava quase a 14% dos jovens escolarizados (WAISELFISZ, 2007: 37). A repetência, em grande parte decorrente da baixa qualidade do ensino, tem um custo econômico considerável para o País.³

A maioria dos jovens pesquisados (10) manifestou desejo de voltar a estudar. Entre as razões que alegam para isso, estão as seguintes: ter mais estudo representa maiores chances para arrumar emprego; para aperfeiçoar mais em alguma área; ter

³ Recente estudo do custo-aluno realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacional (Inep), baseado em dados do próprio Ministério da Educação, indica que a repetência tem um custo aproximado de R\$ 15,1 bilhões por ano. No Brasil, são 7,2 milhões de alunos que não completam o ano. No Paraná, são 13,8% relativos ao ensino fundamental e 22,2% referentes ao ensino médio (KLINGL, 2009).

diploma para arrumar emprego, melhoria para si mesmo; não pode estacionar no tempo, tem que estar se atualizando; se sente mais ativa, gosta de estudar, de ler.

Quatro dos jovens disseram explicitamente que não voltariam a estudar. Dizem não ter “cérebro” e mesmo paciência para frequentar as salas de aula. Além disso, que o estudo “não ajuda” em nada. Esta parcela de jovens é a mais cética em relação à contribuição que os estudos poderiam oferecer para almejar condições econômicas e sociais mais dignas. Para eles, a escola já não é mais capaz de oferecer um passaporte para o futuro.

A maioria já ouviu falar tanto do Pró-Jovem como do Educação para Jovens e Adultos (EJA). Um dos jovens fez o EJA. Outro disse ter começado o Pró-Jovem, mas que parou porque houve uma mudança de local. Na verdade, ficou apenas um pouquinho mais longe. Há fortes indícios de que tenha desistido por falta de estímulo.

Muitos (10 jovens) manifestaram interesse em estudar uma outra língua. As línguas mais apontadas são: espanhol (opção apontada por quatro jovens), inglês (3), italiano (2). Entre as razões para se ter uma língua estão o trabalho e o vestibular. Três jovens manifestaram não ter interesse em estudar nenhum idioma estrangeiro.

Pode-se perceber modulações na intensidade da vontade de voltar a estudar. Em alguns, parece ser uma decisão mais firme e próxima. Em outros, no entanto, o voltar a estudar soa muito distante e é projetado num futuro tão remoto que, se persistirem as atuais circunstâncias, dificilmente voltarão a frequentar os bancos escolares.

O **universo do trabalho** constitui outro foco revelador da situação dos jovens. A maioria dos jovens pesquisados já adentrou alguma vez no mundo do trabalho. No elenco de atividades que já exerceram ou ramos em que se inseriram estão: diarista (2), mercado, supermercado, farmácia, panificadora, office-girl, auxiliar contábil, secretária (2), entregadora de panfletos, doméstica, bicos, recepcionista (2), garçonne, manicure, vendedora, servente de pedreiro (3), montador de móveis, auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais, serralheria, lava-carro, zeladora temporária, montador de extensões para tomada, operadora de caixa, agência lotérica e babá (2). Dois jovens afirmam nunca ter trabalhado e apenas um dos jovens afirma não ter o documento Carteira de Trabalho.

Esse amplo e diverso rol de atividades exercidas tem, entretanto, alguns aspectos comuns: são em sua grande maioria trabalhos informais, precários, de curta duração e de baixo rendimento. Além disso, como veremos no capítulo seguinte, várias destas atividades podem ser inscritas no chamado trabalho imaterial.

Quase todos (12) expressaram o desejo de trabalhar com carteira assinada. As razões podem ser agrupadas em torno de dois núcleos: direitos sociais e estima pessoal. Quanto ao primeiro núcleo, enumeraram o seguinte: seguridade social (5), garantia de direitos, garantia de um salário fixo (2), garantia de um futuro; e, quanto à estima pessoal, referiram: utilidade, auto-estima melhor e dignidade.

Há um outro item perguntado que não se pode simplesmente identificar com o tempo de desemprego, pela simples razão de que vários deles não saíram em busca de algum emprego. Assim considerando-se o tempo transcorrido entre o último emprego e o momento da pesquisa, tem-se o seguinte: até 3 meses (2); mais de 3 meses a 6 meses (3); mais de seis meses a um ano (4); mais de 1 ano a dois anos (1) e mais de dois anos (2). Agrupando-se o período de mais de 3 meses a um ano, tem-se setes jovens (a metade) nesta situação.

1.3 OS JOVENS E O UNIVERSO DIGITAL

As possibilidades de acesso às tecnologias da informação, assim como o uso que delas fazem, são também reveladoras da situação em que os jovens se encontram e das mudanças em curso nas últimas décadas. Antes de tudo, e ainda que voltaremos a isso no capítulo seguinte, vale destacar que a nova revolução tecnológica, chamada de informacional (CASTELLS, 2000), não se restringiu ao âmbito meramente dos processos produtivos de bens materiais, por mais que não se possa ignorar os avanços que ali houve e que continuam a acontecer. O específico destas mudanças está no fato de que se centram nos processos de informação e de comunicação (CASTELLS, 2000: 50; WAISELFISZ, 2007: 115). Por essa razão, ela tem um potencial de estar mais próxima e presente na vida cotidiana das pessoas – e é isso o que realmente está acontecendo.

Considerando o universo pesquisado, a televisão e o telefone celular estão presentes em praticamente todos os lares. Em apenas uma moradia faltam estes dois aparelhos. Esse fenômeno acompanha o que está acontecendo em nível nacional, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondente a 2006, que indica que a

televisão está presente em 93,2% dos lares brasileiros (WAISELFISZ, 2007: 117). Ainda segundo a PNAD, quase 70% dos jovens têm telefone celular (69,1%), número que se eleva para 79% quando se toma exclusivamente o Paraná (WAISELFISZ, 2007: 118-9). Deve-se ressaltar que, se em praticamente todos os domicílios há um telefone celular, a nossa pesquisa constatou que nem todos os jovens contatados têm um aparelho que esteja em sua posse. Em vários casos é de algum membro da família – marido, irmã, cunhada. Assim mesmo, considerando-se o recorte socioeconômico, é elevada a presença deste aparelho nas camadas sociais mais pobres. É, com certeza, o aparelho que mais rapidamente está se difundindo. Entre 2003 e 2006, houve um crescimento de 561,5% na telefonia celular no Brasil (WAISELFISZ, 2007: 119), o que não deixa de ser sugestivo em termos de consumo, mas também em termos das modificações culturais que acompanham esse uso.

A telefonia celular, o computador pessoal e a internet representam a “tríade das materializações mais populares da sociedade da informação e das TIC (Tecnologias da Informação e das Comunicações)” (TORRES ALBERO: 2009: 474). Se houve praticamente uma explosão nos últimos anos em relação à expansão dos telefones celulares, crescimento bem menor foi experimentado pelos jovens em relação a computadores e acesso à internet em casa. Nestes dois quesitos, o acesso dos jovens pesquisados caiu para menos da metade (6). Entretanto, o acesso à internet é um pouco mais elevado (8), pois há outras opções para quem não tem computador ou acesso à internet em casa. Vários jovens relataram que acessam a internet na casa de amigos ou em *lan houses*, o que ajuda em parte a suprir a carência.

A tendência sentida em campo acompanha aquela em nível nacional e estadual. De acordo com a PNAD, em 2006, 24,2% dos jovens brasileiros têm computador em casa. No Paraná, esse número eleva-se para 34%. O acesso domiciliar à internet é uma condição ainda mais rara. Em 2006, apenas 18,6% dos jovens do país, assim como 25,1% dos jovens paranaenses, puderam acessar a internet em casa (WAISELFISZ, 2007: 118-9).

O uso e a apropriação destas tecnologias não se dão de maneira indistinta e uniforme. Eles obedecem a uma série de variáveis sociodemográficas que potencializam ou inibem o desenvolvimento da sociedade da informação ou do conhecimento. Com estes termos se quer indicar o profundo processo de mudanças, iniciado no último quartel do século passado, que afeta as dimensões sociais, culturais, políticas e

econômicas das sociedades contemporâneas mais avançadas (TORRES ALBERO: 2009: 471).

De modo geral, as facilidades de acesso e de uso referem-se a diversos condicionantes, que dizem fundamentalmente respeito à idade, ao nível de formação, à ocupação e ao estrato social (TORRES ALBERO: 2009). Isso acontece dessa maneira no mundo (CASTELLS, 2003), nos países mais desenvolvidos (TORRES ALBERO: 2009) e no Brasil (WAISELFISZ, 2007), este atrás de outros países, inclusive alguns latino-americanos. A difusão do computador pessoal e da internet se dá de maneiras muito desiguais em termos globais. Os países mais ricos dispõem de melhores recursos – tecnológicos, econômicos e de formação – para aproveitar com mais sucesso as vantagens oferecidas por estas tecnologias, o que acaba reproduzindo em escala planetária uma divisão entre os países em termos de inclusão ou exclusão digital (CASTELLS, 2003).

Os mesmos condicionantes se dão internamente a cada país. No Brasil, são preferencialmente os jovens que se utilizam da internet. O pico de maiores usuários se dá na faixa etária de 14 a 25 anos, onde chega a 30%, sendo que nos 17 anos de idade registra-se a maior participação – 35% dos jovens. A partir dos 25 anos, o uso da internet vai decaindo progressivamente até chegar a menos de 3% na faixa etária dos 70 anos (WAISELFISZ, 2007: 125).

A situação econômica dos jovens é fator determinante na hora de acessar a internet. Quanto menor a renda familiar, menores as possibilidades de ter computador domiciliar e acesso à internet. E, ao contrário, quanto maior a renda familiar, maiores são as posses de computador e o acesso à internet (WAISELFISZ, 2007: 126-7). Entretanto, como aconteceu com a telefonia celular, a tendência é que progressivamente vá se expandindo o acesso a estes instrumentos ou serviços⁴. Impressiona o fato de que, mesmo os jovens que participaram da pesquisa estarem em sua grande maioria na faixa de até um salário mínimo de renda familiar, terem um acesso ao telefone celular, mas também ao computador e à internet, relativamente grande. Mesmo quando não têm essas facilidades em casa, procuram em outros espaços, como na casa de amigos ou na *lan house*.

⁴ Reportagem recente de jornal atesta que fatias mais pobres da população – classe D – compram computadores e serviços de internet. Destaca que os fatores que estão contribuindo para isso são o barateamento dos computadores, o acesso mais fácil ao crédito e a percepção sobre a importância crescente dos computadores e da internet como ferramentas de estudo, trabalho e lazer. E que o acesso às redes sociais é um dos principais atrativos (MOREIRA; BORGES, 2009).

O progressivo interesse – ou necessidade – pela informática revela-se no número dos jovens que participaram da pesquisa e que já fizeram algum curso nesta área. Do total dos 14 jovens, 4 dos 10 que fizeram algum curso profissionalizante, dizem ter feito algum curso de informática. Outros cursos que fizeram: panificação (2 jovens), cabeleireiro, auxiliar de Produção Industrial Metalmeccânica e manicure. Percebem que a área da informática é cada vez mais fundamental também para o mercado de trabalho. Saber o básico para lidar com um computador é uma exigência sempre maior por parte do empregador, como relatam vários dos jovens, e, por conseguinte, ter uma formação nessa área aumenta as chances de conseguir algum emprego.

Mas, qual é o uso que esses jovens fazem dos equipamentos e serviços proporcionados por esta nova revolução tecnológica? Em primeiro lugar, há um reconhecimento de que o telefone celular – instrumento mais difundido entre os jovens – já está incorporado ao seu dia-a-dia. “Hoje em dia, o telefone celular faz parte da vida da gente”, reconhece Paula, uma das jovens entrevistadas (LANGER, entrevista realizada em 02 de novembro de 2009). Percebe-se que eles não têm condições de trocar constantemente de aparelho, razão pela qual o uso do aparelho ultrapassa os três anos.

O telefone celular revela-se um importante auxiliar na procura de um emprego. Denotam que necessitam estar “conectados”, pois isso facilita serem contatados, ao mesmo tempo em que não perdem a mobilidade, própria de quem teria apenas um telefone fixo. Sentem que a dificuldade de serem prontamente encontrados pode significar a perda de uma oportunidade de emprego. Mas, o uso deste aparelho não se restringe a esse, digamos, uso “instrumental”.

No contexto das culturas juvenis, as novas tecnologias servem para a informação dos jovens e a formação de comunidades. Neste contexto, a utilização do telefone celular é algo normal e multifuncional. Ele serve para a comunicação falada ou escrita (enviar e receber mensagens escritas, torpedos), que fazem parte do repertório padrão dos jovens. Além disso, o telefone celular também funciona como máquina fotográfica, que permite que as imagens tomadas sejam enviadas instantaneamente a amigos e a outras bases, bem como serve para jogar, como relógio, agenda de telefones (ZENTNER, 2008: 326). Muitos jovens personalizam seu celular, baixam nele da internet temas, músicas e jogos de sua preferência e gosto.

Algo similar acontece com a internet. Se, por um lado, ter um correio eletrônico facilmente acessável torna-se uma condição para ser contatado na busca de emprego, por outro, o seu uso ultrapassa de longe a sua função apenas de obter informações.

Alguns alegam usar a internet para enviar currículos. Para além disso, os jovens constroem comunidades de pessoas com iguais áreas de interesse e permite permanecer em contato e comunicar-se. Vários dos jovens fizeram referência às redes sociais – *orkut*, *messenger*. Dedicam várias horas da vida à internet, mas que podem também ser vistas sob o prisma de construção de novas sociabilidades. A metade deles diz utilizá-la para conversar com os amigos e outros para pesquisa, ver serviços, obter informações. Convertem-se também em fonte de amizades produzidas através da internet. Chamou a atenção o fato de alguns buscarem na internet uma fonte de leitura de notícias e informações sobre o que está acontecendo à sua volta.

De modo que se pode perceber uma “normalidade nova no uso” (ZENTNER, 2008: 327) das novas tecnologias. Pelo fato de serem coetâneos da revolução informacional, é-lhes mais fácil sentirem-se em casa com esses instrumentos tecnológicos. Pelo fato de terem nascido em um mundo com tecnologia, levam uma grande vantagem sobre a geração anterior, pois não necessitam “aprender” a usar elementos diferentes. Mostram extrema intimidade no manuseio dos equipamentos, pois aprendem mediante o uso da tecnologia. Constituem uma geração que praticamente dispensou os manuais de funcionamento dos aparelhos (ZENTNER, 2008: 326). Os jovens, mesmo os pobres, mostram-se muito à vontade quando o assunto é tecnologia da informação e da comunicação.

O relato de um dos jovens entrevistados é, neste sentido, ilustrativo do que estamos aqui refletindo. Com 18 anos, já fez um curso de hardware e está encantado com as possibilidades abertas por este campo da informática. Sente-se em casa – e fala com empolgação – quando esse é o assunto da conversa. Tem curiosidade, vai atrás, pesquisa, personaliza imagens ou outros dados. Faz *downloads* de filmes, jogos, tradutor de jogos, músicas, cifras de músicas e tudo de que necessita, com a maior naturalidade do mundo. Mas também passa muito tempo na frente do computador conversando com seus amigos, conhecidos, e aqueles que vai fazendo na internet e que podem ser de longe. Manifesta que este é um dos bons momentos da sua vida, quando realmente se sente bem.

Apesar disso, o perigo da segregação no acesso e uso desses recursos não pode ser escamoteado. Pois, como vimos, a sociedade da informação e do conhecimento tem a tendência de reproduzir – ou mesmo de aprofundar – as condições restritivas ou potencializadoras herdadas da sociedade industrial (CASTELLS, 2003; WAISELFISZ,

2007). Assim mesmo, ela contém um potencial que, se bem aproveitado, pode contribuir para mudar essa situação.

2 OS JOVENS DE PERIFERIA EM TEMPOS DE PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES

Neste capítulo vamos analisar as transformações ocorridas no capitalismo no último quartel do século XX e cujos impactos ainda estamos digerindo em termos de organização da produção, do trabalho e em sua abrangência cultural. As mudanças decorrentes da revolução tecnológica informacional, num contexto de mundialização, de financeirização da economia e de implantação de políticas de cunho neoliberal em diversas regiões do mundo, situam-nos em um mundo sempre mais complexo e veloz. A financeirização da economia e a emergência de uma economia do imaterial, trazem consigo novos e complexos desafios em termos de organização e concepção do trabalho.

O novo capitalismo reorganiza a economia do imaterial em torno de novas bases. O conhecimento e a inovação passam a ser os elementos caracterizadores e valorizadores deste momento da história e que impactam o trabalho. Surgem novos trabalhos e são requeridas novas habilidades por parte dos trabalhadores. Os jovens pobres inserem-se nesta nova economia, ainda que também de modo marginal. Mas, de modo mais geral, este tipo de economia – com as possibilidades de levar à barbárie que carrega – parece ser mais próxima do mundo cultural dos jovens – e, portanto, também pode representar uma possibilidade de emancipação.

2.1 CAPITALISMO INDUSTRIAL, FORDISMO E CRISE

O capitalismo tem mostrado, ao longo de toda a sua história, uma tremenda capacidade de se metamorfosear, que lhe está dando uma sobrevida inimaginável para muitos. Diversas vezes tem dado sinais de definhamento e de fraqueza, que o colocavam à beira de um precipício, prestes a cair e se desintegrar. Ao mesmo tempo, tem mostrado uma incrível maleabilidade, em razão do que sempre soube tirar proveito inclusive das crises.

A crise dos anos 1970, quando vista de dentro do olho do furacão, indicava ser de enormes proporções. E de fato o foi. O capitalismo posterior transmutou-se profundamente, ainda que haja outros aspectos que permanecem os mesmos.

Interessa-nos saber que houve uma crise, que o capitalismo deu conta de absorver a crise, mas que, sobretudo, não saiu ileso dessa “transição”, como observa Harvey (1999). Neste capítulo pretendemos analisar o significado e alcance dessa transformação no capitalismo e, especialmente, no mundo do trabalho, seu impacto sobre o mercado de trabalho e especialmente sobre os jovens.

Para Alain Bihr, a crise é do chamado “compromisso fordista” que se estabeleceu no pós-guerra. De acordo com Bihr, este compromisso não teve como base o modelo da relação contratual entre dois indivíduos, no caso entre o capital e os trabalhadores, mediado pelo Estado. Não é, pois, o “resultado de duas vontades livres, que se engajam reciprocamente de maneira clara e refletida uma em relação à outra” (BIHR, 1998: 36).

E isso pelas seguintes razões: esse “compromisso” é “imposto a cada um dos dois protagonistas pela própria ‘lógica’ do desenvolvimento anterior do capitalismo”; “resultou de um processo muitas vezes cego e, portanto, também ilusório para seus protagonistas”; ele “não se deu diretamente entre os membros das próprias classes, mas entre intermediários organizacionais e institucionais que lhes serviram de representantes oficiais”; e, finalmente, esse compromisso “não acabou com a luta de classes, com o enfrentamento entre o proletariado e a burguesia” (BIHR, 1998: 36-7).

Robert Reich destaca que neste estágio o capitalismo se desenvolveu sob a proteção e o apoio do Estado, da Nação. As empresas que, posteriormente, e já numa outra fase do capitalismo – a mundialização – serão as protagonistas, são aquelas que encontraram na proteção do Estado-Nação um ambiente propício de proteção de mercado para o seu desenvolvimento. As empresas utilizam-se preponderantemente dos recursos nacionais e do trabalho de seu país para suprir as necessidades dessa sociedade (REICH, 1994: 11-72).

“O amadurecimento e a afirmação das lógicas capitalistas se dão em estreita relação com a constituição dos Estados-Nação modernos” (BEAUD, 1997: 117). A lógica capitalista encontrou espaços favoráveis para a sua implantação e expansão no quadro de alguns Estados-nação, na base de mercados nacionais e com a sustentação dos Estados nacionais. Destaque-se que neste estágio, o capitalismo é primordialmente um capitalismo cuja sorte está estreitamente vinculada às histórias dos Estados nacionais e de suas políticas nacionais.

O capitalismo floresceu como economias nacionais. O sucesso ou o fracasso das empresas capitalistas desta fase está vinculado ao sucesso ou ao fracasso dos Estados nacionais. Ainda que, evidentemente, haja conflitos de interesses muitas vezes entre empresas e Estados, sem falar com o outro “ator”, os trabalhadores.

Já para Harvey (1999) e Antunes (1999), também na linha da Escola da Regulação, a crise do capitalismo é uma crise do regime de acumulação, do modo de regulamentação social e política. Durante um longo período, o padrão produtivo baseado no taylorismo/fordismo, proporcionou uma acumulação de capital. Mas, a partir dos anos 70, essa situação apresenta-se em risco. Por mais que não se possa pensar que a crise se restrinja ao fordismo, acaba exercendo papel ativo e relevante na transição. Antunes faz a ressalva de que essa crise é a “expressão fenomênica” de uma crise mais ampla e complexa. Ela exprime, a bem da verdade, “uma crise estrutural do capital” (ANTUNES, 1999: 31).

No começo da década de 1970, uma série de fatores contribui para pôr em “movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista”. As duas décadas seguintes foram um “conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político”, dirá Harvey (1999), e cujo rearranjo dará origem a um novo regime de acumulação, denominado por ele de “acumulação flexível” (p. 140).

Bihr (1998), analisando as razões para essa crise do regime de acumulação do capital, aponta quatro fatores. Para ele, o enfraquecimento do fordismo e a crise do keynesianismo são devidos à diminuição dos ganhos de produtividade, à elevação da composição orgânica do capital, à saturação da norma social de consumo e ao desenvolvimento do trabalho improdutivo (BIHR, 1998: 69-73).

Para Harvey, a crise do capitalismo pode ser explicada em termos de “rigidez”: rigidez dos investimentos de capital fixo, rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho e rigidez dos compromissos do Estado (HARVEY, 1999: 135).

Entretanto, a crise do compromisso fordista ou do regime “rígido” de acumulação não se deu exclusivamente em razão da crise em que o capital se encontrava e para a qual necessitava dar respostas. A crise é co-produzida pela resistência e revolta dos trabalhadores.

Uma onda de lutas operárias desencadeadas no final dos anos 1960 e no começo da década de 1970 escancarou as contradições e os limites históricos do capitalismo. O alvo principal da ofensiva operária foram os métodos tayloristas e fordistas de produção.

A “gerência científica” levou mais de meio século para forjar na fábrica fordista o operário que seguisse os princípios da organização racional do trabalho propostos por Taylor e cuja aplicação foi se aperfeiçoando posteriormente. Como o capitalismo monopolista (BRAVERMAN, 1987) do final do século XIX não encontrara o tipo de trabalhador de que as empresas capitalistas em rápida expansão necessitavam, tratava-se de “habitua-lo” às novas exigências.

Num interessante estudo, o economista norte-americano Stephen Marglin (1996) mostra as dificuldades que o capital encontrou para dispor de um operário que lhe fosse dócil. Os trabalhadores do começo do capitalismo estavam acostumados a ritmos irregulares e por vezes descontínuos de trabalho. A indisciplina e a preguiça eram os dois principais “vícios” a serem expurgados, na ótica do capital. A preguiça não era outra coisa que uma preferência pelo lazer, ou, com outras palavras ainda, uma opção a querer trabalhar menos.

“Os interesses do capitalista exigiam que o operário só pudesse escolher entre submeter-se ao patrão, ou não trabalhar: o sistema de fábrica não lhe deixou outra saída” (MARGLIN, 1996: 67). Como a “ética do trabalho” ainda não tinha criado raízes nos operários, “onde era possível, os operários abandonavam a fábrica e iam, em massa, para outros empregos” (MARGLIN, 1996: 70).

Para Marglin (1996), o sucesso da adoção da indústria está em que “ela tirava dos operários e transferia aos capitalistas o controle do processo de produção” (MARGLIN, 1996: 58). E nisso ele está em consonância com Taylor.

Também Harvey (1999) reconhece que o processo de disciplinamento dos assalariados foi prolongado e que teve que ser renovado a cada nova geração de trabalhadores. O disciplinamento da força de trabalho envolve “alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo” (HARVEY, 1999: 119). Todas as instituições sociais (escola, igrejas, Estado, prisões, manicômios...) concorrem para a formação de um trabalhador disciplinado e obediente.

Importante notar que o núcleo central das resistências dos trabalhadores consistia em não se deixar absorver pela lógica da indústria: a disciplina, a expropriação e a submissão que ela requeria.

As lutas de resistência que se dão na segunda metade do século XX, já se dão em outro contexto. O operário deste período já se adaptou às exigências de disciplina e ao regime de trabalho imposto pela indústria. Já não se oferece mais uma alternativa para

ele em termos de não trabalhar na fábrica, pois sua identidade já se caracteriza pelo ser operário. Com outras palavras, não tem mais um “fora”. O seu mundo é o mundo da fábrica, em termos de trabalho, e nada mais.

As resistências, pois, circunscrevem-se claramente ao campo fabril. Tanto é assim que Bihl destaca isso como um dos limites desse movimento de resistências: “a contestação do poder do capital sobre o trabalho não foi estendida a seu poder fora do trabalho” (BIHR, 1998: 64). Já não se trata mais de contestar a fábrica, mas a natureza do trabalho fordizado e o lugar do trabalho na existência individual e social (BIHR, 1998: 60).

Assim mesmo, “o ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o conseqüente transbordamento da luta de classes” (ANTUNES, 1999: 40) concorrem como outro elemento decisivo para a crise do fordismo.

As resistências dos trabalhadores frente à exploração e à intensificação das condições extenuantes e desprovidas de sentido, se multiplicavam, assumindo formas individuais e coletivas. As formas individuais incluem o absentismo, o *turn-over*, a busca de ‘pequenos trabalhos’ ocasionais ou de formas não assalariadas de produção. As formas coletivas, por sua vez, se manifestam na realização de greves parciais, operações-tartaruga, contestações da divisão hierárquica do trabalho e do despotismo fabril emanado pelos quadros da gerência, formação de conselhos, difusão de propostas autogestionárias e de recusa do controle do capital (BIHR, 1998: 60-1).

As contestações operárias se dirigiam contra o despotismo do trabalho fordista. O trabalho, sob este sistema de produção, caracterizava-se pelas seguintes qualidades: era especializado, separava os processos de concepção e de execução, tinha um planejamento e controle externos, cada operário estava colocado num posto fixo e era marcado pela repetição (LANGER, 2003: 58-9).

A forma de o regime fordista organizar o trabalho excluía uma participação efetiva dos trabalhadores em que o mesmo era reduzido a uma atividade repetitiva, mecânica, que empobrecia o trabalho como fator de realização humana, destituído de qualquer sentido. O trabalho fordista reduzia-se a um dispêndio de energias musculares que dispensavam as atividades mais cerebrais, reservadas a outro grupo de trabalhadores. Tratava-se de uma mecanização do trabalhador.

A repetição constituía-se, pois, em um elemento característico, ao lado dos demais já apontados, desse período do capitalismo. O trabalho era marcado por elevadíssimo grau de repetição devida à especialização das manobras que cada trabalhador era

obrigado a realizar dentro do espírito da “gerência científica”. Levada às últimas consequências, a gerência científica, introduzida para racionalizar o processo de trabalho, acabava produzindo o efeito inverso, isto é, da irracionalidade. Para os trabalhadores, era irracional trabalhar da maneira como estavam sendo obrigados. Produzia os efeitos inversos aos pretendidos pela organização científica do fordismo, irracionalidade denunciada pelos trabalhadores (GORZ, 2003).

De modo esquemático, pode-se dizer que a crise do capitalismo tem um triplo componente: ela é uma crise do capital e do trabalho, como vimos acima. Mas, trata-se também de uma crise cultural, aspecto que vamos desenvolver mais adiante.

Gramsci se deu conta de que o sistema fordista era mais do que um sistema de produção. Era, a bem da verdade, um “modo de vida”, uma nova cosmovisão, pois a interferência da fábrica, o controle que ela procurava exercer, não se restringia ao espaço fabril. Pelo contrário, se alastrava para dentro da sociedade e afetava as relações sociais. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida. O sistema fordista está relacionado a “um determinado ambiente, uma determinada estrutura social e um determinado tipo de Estado” (GRAMSCI, 2001: 259). Ou seja, ele necessita do apoio de outras estruturas da sociedade, razão pela qual estabelece relações mutuamente fortalecedoras.

Harvey (1999) destaca o fato de que Henry Ford tinha o reconhecimento explícito de que “produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma estética e uma nova psicologia” (HARVEY, 1999: 121).

A crise do compromisso fordista tem, pois, um componente cultural, na medida em que as normas, os hábitos e as atitudes culturais e políticas se modificaram. Nos anos 60, começam a surgir “insatisfações contraculturais”, cujo alvo principal é a “pouca qualidade de vida num regime de consumo de massa padronizado” (HARVEY, 1999: 133). Os anos 60 marcam o nascimento de movimentos que não têm mais um claro conteúdo classista, como são os movimentos feminista e ecológico. O próprio Maio de 68 se inscreve nesse horizonte de contestação do capital e do Estado.

Castells (1999) enfatiza o fato de que “os movimentos culturais dos anos 60 e início da década de 70, com sua afirmação de autonomia individual contra o capital e o Estado, deram nova ênfase à política da identidade” (CASTELLS, 1999: 415), e como tais, são uma crítica ao consumismo.

Há que se chamar a atenção para o fato de que esse período coincide com a passagem “das normas e valores coletivos” para “um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida”, de acordo com Harvey. Para ele, “o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível” (HARVEY, 1999: 161).

Frente à crise do regime fordista de acumulação, o capitalismo inicia um “processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo” (ANTUNES, 1999: 31).

A coincidência, portanto, desses diversos fatores – crise do capital, ofensiva dos trabalhadores e mudanças no espectro cultural –, são responsáveis pela passagem para o novo estágio do capitalismo. Mas, não foram os únicos.

2.2 A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA INFORMACIONAL

Em toda essa transformação, tanto do capitalismo como do mundo do trabalho, que se processou, fundamentalmente, no último quartel do século XX, convém analisar a participação, a nosso ver decisiva, do fator tecnológico.

Sem cair num determinismo tecnológico, a revolução tecnológica mostrou-se um componente importante para compreender a mutação experimentada pelo capitalismo no final do século passado e cujas consequências últimas ainda não foram totalmente exploradas. Basta observar os imensos e incipientes progressos experimentados, a título de exemplo, nos campos da biotecnologia⁵ e da nanotecnologia⁶. Sem menosprezar o

⁵ Entendemos por biotecnologia o processo pelo qual genes são alterados e transferidos artificialmente de um organismo para outro. A capacidade de isolar, identificar e recombinar genes está tornando disponível pela primeira vez o reservatório de genes como o recurso primário e bruto para manipulação. A biotecnologia abrange uma variedade de técnicas que envolvem o uso e a manipulação de organismos vivos. As aplicações da biotecnologia dizem respeito tanto ao ser humano como à agricultura (os transgênicos, por exemplo), entre outras. ETC GROUP (2004); RIFKIN (1999).

⁶ “A nanotecnologia refere-se à manipulação de matéria viva e não viva no nível do nanômetro, um bilionésimo de metro. É nessa escala que a Física quântica assume o lugar da Física clássica e as propriedades dos elementos mudam de característica de maneira inusitada e inesperada” (ETC GROUP, 2004: 27). Se a biotecnologia tem seu foco no núcleo da célula, a nanotecnologia manipula os átomos.

significado e o impacto das novas tecnologias da comunicação em termos produtivos, sociais e culturais.

Tanto é assim, que diversos estudiosos falam em “revolução” tecnológica. O novo paradigma tecnológico se apresentaria com a força de uma revolução tecnológica. Esta revolução foi sendo chamada de diversas maneiras, segundo o aspecto que o autor em questão procurava ressaltar: “revolução da microeletrônica” (GORZ, 1983), “terceira revolução industrial” (MATTOSO, 1995), “revolução informacional” (LOJKINE, 1995; CASTELLS, 2000). A pluralidade de nomenclatura revela a complexidade do fenômeno a ser apreendido.

Na análise de Castells (2000), um novo paradigma tecnológico teve lugar na década de 1970. Para ele, estamos adentrando numa revolução tecnológica informacional de consequências nada desprezíveis para a organização do trabalho e da produção.

A revolução não é a marca do cotidiano, que é marcado, antes, pela continuidade, pela rotina, pela sucessão dos acontecimentos, pela sequencialidade. Às vezes, no entanto, esta sequência é quebrada pela ruptura, pela descontinuidade, pelo intervalo, pela bifurcação (PRIGOGINE, 1996), mesmo que as mudanças paradigmáticas não sejam vistas a olho nu no curto período de tempo (CASTELLS, 2000: 49). A revolução enfatiza uma mudança de qualidade, mais que uma mudança de quantidade, como veremos mais abaixo quando tratarmos das implicações dessa revolução sobre o conhecimento. Por enquanto nos basta isso.

É esta nova natureza da revolução que convém seja apreendida e compreendida para que se tenha uma correta compreensão da realidade e do rumo que os acontecimentos podem tomar, ou efetivamente estão tomando.

Na esteira de Karl Marx (1999), entendemos que a revolução tecnológica não entranha estritamente uma transformação da base instrumental. Pelo contrário, ela implica em transformações que afetam um conjunto de relações: com a natureza, do indivíduo consigo mesmo e de seu viver em sociedade. Marx dirá que “a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 1999: 69). E prossegue:

Tanto a biotecnologia como a nanotecnologia fazem parte do grupo de tecnologias que se encontram em processo de convergência. Estas são a tecnologia da informação (bits), nanotecnologia (átomos), neurociência cognitiva (neurônios) e biotecnologia (genes) (MARTINS, 2007: 56). Elas despertam, por suas fantásticas potencialidades, esperanças, ufanismos e temores.

O contínuo revolucionamento (Umwälzung) da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas (MARX; ENGELS, 1999: 69).

Karl Polanyi (2000), em meados do século XX, faz uma retrospectiva do significado e do impacto dessa “revolução burguesa” sobre as sociedades capitalistas. Evidencia o alcance e a profundidade da “grande transformação” que culmina com a colocação no centro da sociedade do mercado, e com ele, a economia.

A revolução está em que, sempre segundo Polanyi (2000), há no capitalismo uma mudança de centro. Nas sociedades tradicionais as economias dos homens sempre estiveram submersas a suas relações sociais, ou seja, o sistema econômico é sempre uma função da organização social (POLANYI, 2000: 63-69). Mas isso irá mudar drasticamente com o capitalismo, quando toda a sociedade será posta a serviço da economia. Entretanto, esse aspecto nem mesmo com a revolução tecnológica informacional será modificado substancialmente, ainda que essas novas tecnologias introduzam uma série de “incertezas” na condução da economia, como veremos mais adiante.

Gorz, nos anos 60, chamava a atenção para o aspecto realmente “revolucionário” da mudança tecnológica que vinha se processando de forma ainda muito incipiente nas economias dos países do Primeiro Mundo. Para ele, a robótica, na indústria, possibilita “uma economia ao mesmo tempo dos investimentos (capital constante fixo), da mão-de-obra (capital variável) e das matérias-primas. Esta é a radical novidade. Ela justifica plenamente a expressão ‘revolução microeletrônica’” (GORZ, 1983: 68).

Para Mattoso (1995: 66), o novo paradigma de produção industrial que vai se incrementando no último quartel do século XX vai revolucionando a capacidade de programação do processo de automação e substituindo a eletromecânica pela eletrônica.

Lojkine (1995) fala em “revolução informacional”, revolução que nasce da “oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial” (LOJKINE, 1995: 14). Para ele, a

revolução informacional se opõe à revolução industrial pelas três seguintes características: polifuncionalidade, flexibilidade e redes descentralizadas (LOJKINE, 1995: 73). Essas características estariam se opondo àquelas da revolução industrial, ou seja, a especialização, a standardização e a reprodução rígida (LOJKINE, 1995: 72). É isso o que realmente se vê que vai tomando corpo em nossas sociedades, especialmente entre os jovens que, como vimos no primeiro capítulo, apresentam vantagens comparativas inegáveis no trato “familiar” com a tríade das materializações mais difundidas das tecnologias da informação e da comunicação, ou seja, a telefonia celular, o computador e a internet (CASTELLS, 2000; TORRES ALBERO: 2009).

A grande novidade da revolução informacional seria a alta potencialidade de criação, de circulação e de estocagem de imensa massa de informação antes monopolizada. Ela estaria empreendendo um caminho de superação das divisões de atividades e funções próprias da revolução industrial (LOJKINE, 1995: 14-15).

A revolução das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) abre novas e inauditas possibilidades. Para Castells,

as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da internet. Segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas) (CASTELLS, 2000: 51).

Dessa maneira, a revolução tecnológica da informação “fornece a base material indispensável para uma nova economia” (CASTELLS, 2000: 87). A revolução tecnológica constitui-se num novo paradigma tecnológico, cujos aspectos centrais podem contribuir para a compreensão das atuais transformações.

Passamos, pois, a enumerar essas características, sempre a partir da análise realizada por Castells: as novas tecnologias se alimentam da informação e agem sobre esta; os efeitos das novas tecnologias têm uma penetrabilidade em todos os âmbitos da sociedade e da nossa existência individual e social; o novo paradigma baseia-se na flexibilidade, uma vez que elas permitem permanentes modificações ao longo do processo; e, por último, há uma crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado (CASTELLS, 2000: 78-9). Com outras palavras, as tecnologias da informação e da comunicação representam o conjunto convergente de

tecnologias desenvolvidas principalmente nos campos da microeletrônica, da informática (*hardware* e *software*) e das telecomunicações (TORRES ALBERO, 2009: 473).

A revolução nessas áreas abre novas e inauditas possibilidades que impactam profunda e irremediavelmente a produção, o trabalho, mas também as sociabilidades, especialmente dos jovens. Nos processos produtivos, elas se caracterizam por serem poupadoras de trabalho e por sua mobilidade espacial. São, neste sentido, mais democráticas, menos hierarquizadoras, pois funcionam mais bem em rede.

A ruptura tecnológica constatada no setor das tecnologias de informação e da comunicação é uma evidência. Podemos citar ao menos quatro fontes de ruptura (COMMISSION SUR L'ÉCONOMIE DE L'IMMATÉRIEL, 2006: 15): 1ª) Possibilita a descentralização da produção e a transferência de partes da produção para outros locais; 2ª) Desfaz a separação entre empresas e clientes; 3ª) Fim do canal de distribuição essencialmente físico (compras eletrônicas, serviços bancários...), pela afirmação da internet como suporte de venda e do questionamento dos intermediários tradicionais; 4ª) Abertura das empresas através da multiplicação das oportunidades de alianças e de parcerias.

A especificidade das tecnologias mecânicas – e das formas de divisão e de organização do trabalho que caracterizaram seu uso – repousava sobre a especialização da máquina. A automação não é uma novidade desta revolução, pois já estava presente no capitalismo industrial. Mas em todo o processo de automação, a máquina continua a ser o centro. Por isso se pode dizer com razão que o operário estava “a serviço” da máquina. A máquina-ferramenta é especializada, sua função e seu uso são predeterminados.

As NTICs são uma verdadeira ruptura na história das técnicas. O computador conectado à internet, a rigor, não tem nenhuma função predeterminada, sendo, a princípio, vazio. O uso lhe é dado pela pessoa que lida com o computador. São tecnologias eminentemente relacionais, que funcionam na base da cooperação, da interatividade (CORSANI, 2003: 20-23).

2.3 MUNDIALIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO

A revolução tecnológica, que nos situa em outro paradigma tecnológico, tem exercido um papel de relevância no processo de mundialização⁷. Com outras palavras, sem as novas tecnologias, a globalização não seria o que é. “A mundialização não teria podido desenvolver-se, nem mesmo ser imaginada, não fosse um potencial até então largamente inexplorado, o das ‘tecnologias da informação’” (GORZ, 2004: 21).

Há uma mútua inter-relação entre as tecnologias da informação e a mundialização. Uma só é pensável mediante a outra.

A revolução informática permitiu, é certo, a mundialização; mas esta, inversamente, permitiu e depois exigiu o desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e de suas aplicações. O capital precisava de uma revolução técnica para superar a crise do fordismo, desincumbir-se das restrições sócio-estatais, diminuir os custos salariais unitários e acelerar o crescimento da produtividade (GORZ, 2004: 21).

Gorz mostra como a revolução tecnológica foi vital para os interesses do capital. Este se apropria dos avanços tecnológicos proporcionados pela evolução das ciências ao longo de toda a história da humanidade, para alavancar a continuidade e a exacerbação da concentração das riquezas e do poder. A revolução tecnológica atende aos dinamismos do capitalismo (GORZ, 1983: 27-66). Mas, como veremos mais abaixo, esta revolução tecnológica, por sua vez, coloca o próprio capital em situações de incertezas cada vez maiores. Esse aspecto ambivalente é, pois, uma característica essencial dessas novas tecnologias. Elas servem aos interesses do capital, mas tem ao mesmo tempo potencial para questionar e burlar o poder do capital.

⁷ Preferimos o termo mundialização em vez de globalização. O termo “global” surgiu, no começo dos anos 1980, nas grandes escolas norte-americanas de *Business Management*, antes de ser popularizado pelas obras e artigos dos mais hábeis consultores em estratégia e *marketing* oriundos destas escolas. Segundo François Chesnais (1996), a palavra “globalização” seria um termo econômico “impregnado de ideologia”, e, sendo apropriada pelas organizações econômicas internacionais quer passar o recado de que todos os obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades estão sendo derrubados graças à libertação e à desregulamentação. Assim, não resta outra alternativa senão a de se adaptar às estratégias privadas das multinacionais. Já o termo “mundial”, de ainda de acordo com Chesnais (1996) permite introduzir “a ideia de que a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento”. Além disso, dada a proeminência do capital financeiro centralizado, convém falar antes em “globalização do capital” ou mesmo em “mundialização do capital” em vez de “globalização”, referência mais vaga e imprecisa à economia. Observe-se que Milton Santos (2004), por exemplo, fala em “outra globalização”, apontando para a insuficiência da globalização do “pensamento único” e a necessidade de uma “globalização humana”.

O capital, no processo de reorganização para dar conta da crise dos anos 60, encontra na revolução tecnológica um instrumento para dar o salto de que necessitava e ao mesmo tempo para romper o “compromisso” do fordismo.

A economia torna-se realmente global no sentido de que “é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária” (CASTELLS, 2000: 111). Todos os produtos estão no mundo e o mundo está em todos os produtos.

O mercado de trabalho sofre o impacto da globalização. As empresas transnacionais com capacidade de competir no novo cenário, vão em busca de salários mais baixos, de trabalhadores menos protegidos e organizados. Deslocam setores inteiros de produção para países do Sul atrás de custos de trabalho e de produção menores.

A mundialização, apoiada na inovação tecnológica, reduz a capacidade de manobra tanto dos Estados Nacionais, quanto dos trabalhadores. A mobilidade do capital e a transferência de segmentos de produção para outras partes do planeta desestabilizam as estruturas dos trabalhadores. A ameaça de transferência para outros lugares serve para inibir a ação sindical ou mesmo a do Estado (DUPAS, 2000: 37). Por outro lado, rompe com uma premissa elementar dos sistemas produtivos da sociedade industrial: “a necessidade de se trabalhar conjuntamente num mesmo lugar para produzir bens ou serviços perdeu sua validade” (BECK, 1999: 43).

Mediante a mundialização, as empresas – aquelas que são os verdadeiros “players” globais – ganharam uma liberdade de movimento jamais vista. Não que no contexto dos Estados nacionais já não tivessem liberdade e mesmo mobilidade, mas seu poder foi extremamente potencializado nesse novo cenário. “A globalização e a desregulamentação da economia favorecem a emergência de novos poderes que, com a ajuda das tecnologias modernas, transbordam e transgridem, incessantemente, as estruturas estatais” (RAMONET, 1998: 60).

A globalização não apaga a existência dos Estados nacionais, mas impõe uma nova hierarquização. Grandes multinacionais têm mais poder do que muitos Estados nacionais, e pressionam pela liberalização da economia e pela desregulamentação das leis trabalhistas. O fato é que a realidade do novo poder mundial passa amplamente à margem dos Estados. Isso se deve em grande parte ao fato de que a mundialização liquidou o mercado nacional, que foi um dos fundamentos do poder do Estado-nação. Anulando-o, ela modificou o capitalismo nacional e diminuiu o papel dos poderes

públicos. Os Estados já não têm os meios de se opor aos mercados (RAMONET, 1998: 58).

Milton Santos (2004: 67) chama a atenção para o fato de que essas transformações representam “a morte da Política”, daquela feita pelo Estado no sentido de que “é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto”. Hoje, a política estaria sendo feita pelas empresas. Onde elas se instalam, chegam com as suas normas, quase todas sempre extremamente rígidas. Passamos, assim, “da política dos Estados à política das empresas” (SANTOS, 2004: 61-9).

As oportunidades abertas pela mundialização da economia foram melhor aproveitadas pelo capital financeiro. A bem da verdade, o sistema financeiro torna-se tão poderoso que acaba subjugando e determinando a própria economia produtiva. As empresas mais benquistas e valorizadas na Bolsa de Valores são aquelas que prestam contas aos acionistas e a eles conferem lucros estratosféricos, ainda que isso signifique a destruição de milhares de empregos – como se tem muitos casos (RAMONET, 1998: 56). Essa mudança faz pensar que o novo capitalista não é mais personificado pelo industrial, mas pela figura praticamente anônima do administrador de um fundo de pensão que gerencia ativos financeiros de dezenas de bilhões de dólares (CHESNAIS, 1996: 15) que, em alguns casos, pertencem e/ou são administrados por trabalhadores.

Entretanto, segundo alguns pensadores, é preciso atentar para o fato de que não se pode pensar a relação entre a economia real e a economia financeira como formas dicotômicas. Querer “insistir nas finanças como se se tratasse de um poder autônomo quase absoluto, tende a fazer esquecer a compenetração entre capital financeiro e capital produtivo” (VERCELLONE, 2009: 15). Ou seja, a financeirização não é mais um processo externo à produção. Constitui, ao contrário, sua forma econômica real. “É, portanto, estreitamente conexa às transformações produtivas e do trabalho das últimas décadas, o que definimos como o afirmar-se de um ‘capitalismo cognitivo’” (ROGGERO, 2009: 6).

Nesse sentido, “a financeirização – longe de contrapor-se à economia real – é a forma da economia capitalista apta para exercer o comando sobre o trabalho cognitivo e sobre a produção do saber vivo” (ROGGERO, 2009: 6). Ou seja, a financeirização da economia já se configura como um novo estágio de apropriação do capital pelo trabalho imaterial que se realiza.

Mas, claro está, lugar hegemônico que a economia financeira ocupa no capitalismo. O dinheiro tornou-se, em seu estado puro (SANTOS, 2004), onipresente

(RAMONET, 1998). Ele está em toda parte o tempo todo. Pelas facilidades atuais de crédito, o dinheiro chega aos mais pobres. “Hoje nossas vidas estão inteiramente no processo de financeirização: quando usamos o cartão de crédito ou o cheque especial, quando recorremos a empréstimos para ter acesso a necessidades fundamentais (...)” (ROGGERO, 2009: 5).

Já não se faz mais necessário ser produtor para fazer parte desta sociedade. A “inserção” dos pobres se dá via consumo, com condições de pagamento a perder de vista. Essas facilidades são uma atração e uma sedução para os jovens mais pobres, sobre os quais também repousam os sonhos de consumo da sociedade em geral, propagados de inúmeras maneiras.

2.4 TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO

À crise do compromisso fordista e de acumulação, o capitalismo responde lançando mão das possibilidades abertas pela nova revolução tecnológica. Como vimos, a mundialização e a financeirização da economia são possíveis graças às novas possibilidades oferecidas pelas tecnologias da informação e da comunicação. Este caldo econômico-tecnológico e político permite um salto qualitativo que transforma o conjunto da economia e da sociedade.

O capitalismo em crise, alavancado pela revolução tecnológica, consegue “libertar-se” tanto das restrições impostas pelo Estado nacional, bem como das crescentes exigências em termos salariais e de melhorias nas condições de trabalho dos trabalhadores, organizados em suas instituições sindicais. E impor suas condições.

A nova palavra de ordem é flexibilização. Na compreensão de Harvey, a acumulação flexível “é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1999: 140).

A acumulação flexível tem, para Harvey, três características básicas: o “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”; as “rápidas

mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas”; e, um movimento de nova “compressão do espaço-tempo” (HARVEY, 1999: 140).

Nessa mudança do capitalismo, Harvey destaca dois elementos importantes para compreender o capitalismo na sua fase globalizada ou mundializada, a saber, a flexibilidade e a mobilidade, fatores que determinarão pressões e controles sobre os trabalhadores.

As empresas da era industrial eram comparadas à burocracia militar. Elas seguiam uma lógica militar em que a cadeia de comando era hierárquica, rígida, pré-estabelecida e, portanto, inflexível. Os comandos vinham sempre de cima para baixo. Quanto mais se descia nessa escala, menos liberdade havia e, ao contrário, mais subordinação e disciplina. “Como na área militar, grande ênfase era dada à manutenção do controle, à habilidade do superior de inspirar lealdade, disciplina e, inquestionavelmente, obediência e à capacidade do subordinado de corresponder a essas exigências” (REICH, 1994: 47).

As grandes corporações eram estruturas pensadas para o longo prazo, eram pesadas, lentas e, por conseguinte, pouco sensíveis às mudanças. As indústrias deste período são estruturas gigantescas que abrigam milhares de trabalhadores sob o mesmo teto. Só a título de exemplo: a Volkswagen, de São Bernardo do Campo, chegou a ter, no começo dos anos 1980, mais de 37.000 trabalhadores na planta Anchieta (SALES, 2002) e hoje tem cerca de 15.000.

Essas estruturas dificultavam uma participação mais efetiva dos trabalhadores no processo de produção. Era evidente a separação entre o processo decisório e o processo de execução. Os trabalhadores eram contratados como “mão-de-obra” e cujo conhecimento devia ser extraído para ser objetivado e incorporado ao processo da “administração científica”, que se pretendia racional (BRAVERMAN, 1987).

De acordo com Gramsci, esse fausto esforço coletivo realizado pelo capitalismo desde os seus primórdios – mas que encontra no fenômeno norte-americano sua expressão máxima –, de criar “um tipo novo de trabalhador e de homem”, só foi possível graças às seguintes três operações:

desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da

iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (GRAMSCI, 2001: 266).

Esse sistema de produção em massa disseminou-se largamente por toda a sociedade industrial, a tal ponto que se tornou modelo para tudo e todos. Mas, esse padrão industrial simplesmente é inconcebível neste novo estágio em que o capitalismo pós-fordista vai entrando. Superficialmente, mas como ilustração dessa “revolução”, basta dizer que o que importa agora, ao menos em termos de discurso, é o contrário do que era antes: trata-se de refazer as separações operadas pelo sistema fordista e apresentar algo mais dócil e flexível.

A produção em massa dá gradativamente lugar à produção flexível. O princípio básico da produção flexível é “combinar novas técnicas gerenciais com máquinas cada vez mais sofisticadas para produzir mais com menos recursos e menos mão-de-obra” (RIFKIN, 1995: 103; cf. GORZ, 2004). No sistema de produção flexível produz-se de acordo com a demanda de mercado e reduz-se significativamente os estoques.

Todo o sistema produtivo é remodelado com vistas a se adaptar às novas exigências de organização da produção e do trabalho. As empresas se reestruturam para fazer frente às exigências – que elas sofrem, mas também provocam – de uma produção em pequena escala, que seja diversificada e que responda às exigências de competitividade em que as empresas estão imersas em virtude da mundialização da economia.

A reestruturação produtiva representa “um conjunto de mudanças que estão ocorrendo no sistema produtivo atual, a partir da introdução de um novo padrão tecnológico e organizacional” (NEUTZLING; KREIN, 1997: 713). O novo paradigma organizacional abarca mudanças na forma de organizar a empresa, a produção e o trabalho e, também, estabelece uma nova relação com os fornecedores e os clientes.

Esse novo paradigma produtivo é uma resposta à crise capitalista dos anos 1970. Na prática, a reestruturação produtiva significou a redução de empregos mundo afora. E o resultado é dramático para os trabalhadores: altos níveis de desemprego, crescente precariedade do trabalho com o surgimento de formas “atípicas” (terceirização, contratos por hora, por tarefa...) de trabalho (CASTEL, 1998: 514) que vão se tornando cada vez mais típicas. O resultado é uma verdadeira e drástica “metamorfose do trabalho” (GORZ, 2003).

O último quartel do século XX presenciou a implantação da chamada “agenda da flexibilidade” das relações de trabalho. Esse processo não aparece simultaneamente em todos os países do mundo nem se dá com a mesma intensidade em cada um deles. No entanto, na sua essência, os defensores da flexibilização defendem a necessidade de ajustar as “relações de trabalho à nova ordem social, econômica e política” (KREIN, 2007: 1). A “agenda da flexibilidade” coincide com o tempo de transformações no capitalismo, que podem ser observadas especialmente na crescente importância do capital financeiro, na prevalência de políticas econômicas restritivas voltadas ao controle da inflação e elevação do desemprego (KREIN, 2007).

Assim, entendemos aqui por flexibilidade a

possibilidade da empresa contar com mecanismos jurídicos que permitam ajustar sua produção, emprego e condições de trabalho ante as flutuações rápidas e contínuas do sistema econômico (...), as inovações tecnológicas e outros fatores que demandam ajustes com rapidez (SIQUEIRA NETO, 1996: 335).

É preciso deixar claro que a flexibilidade pode ser entendida num duplo sentido: por um lado, pode significar a erosão de direitos adquiridos pelos trabalhadores com o intuito de reduzir custos; por outro lado, pode significar a adaptação às inovações tecnológicas ou à mudança de estratégia da empresa, ou a introdução de mudanças na organização do trabalho, que venham a melhorar as condições de trabalho e de competitividade das empresas. Ou seja, não necessariamente a flexibilidade é sinônimo de prejuízo para os trabalhadores. Por isso, pode-se falar em flexibilidade “para cima” e flexibilidade “para baixo” para abarcar essa dupla realidade (KREIN, 2007: 2-3).

A flexibilidade do trabalho não tem necessariamente um cunho negativo, de retirada ou perda de direitos adquiridos pelos trabalhadores. Em parte, a flexibilidade pode ser vista como uma demanda da parte dos trabalhadores obrigados a produzir em condições extremamente desestimulantes, como vimos acima, no regime “rígido” do fordismo. Convém destacar que o Direito do Trabalho sempre admitiu a possibilidade de flexibilizar “para cima”, ou seja, sempre esteve aberto a ajustar as relações de trabalho, via negociação coletiva, desde que não rebaixasse direitos (KREIN, 2007).

Entretanto, atualmente, o termo flexibilização tem relação com a proposição de retirar direitos dos trabalhadores. Flexível passou a ser sinônimo de precarização e de insegurança do trabalho e a rimar com perdas para os trabalhadores, com aumento do desemprego e das instabilidades econômicas e sociais. O que está sendo proposto é a

possibilidade de alterar a lei ou a norma coletiva para rebaixar o patamar de proteção social ao trabalhador, que é uma flexibilidade “para baixo” (KREIN, 2007).

A flexibilização induz à possibilidade de as empresas introduzirem novas formas de trabalho, tais como a terceirização e o estabelecimento do banco de horas, remuneração flexível (PLR), assim como novas formas de contratação (por tempo determinado, temporário, de aprendizagem...). Por essa razão, a flexibilização tem rimado geralmente com precarização dos assalariados.

KREIN (2007) esquematiza as possibilidades de flexibilização em torno das seguintes formas: a contratação, a organização do tempo de trabalho, os mecanismos de remuneração e a flexibilidade jurisprudencial. Do ponto de vista da contratação, ou da flexibilidade numérica externa, a flexibilização se expressa no crescimento da informalidade (sem registro em carteira), no avanço dos contratos “atípicos” (contrato por prazo determinado, parcial, auto-emprego, consultoria, trabalho em domicílio etc.), na terceirização, no emprego disfarçado ou simulado (contratação como Pessoa Jurídica, trabalho estágio, autônomos proletariados, empresas disfarçadas de cooperativas).

Quanto ao tempo de trabalho, podem ser observados os seguintes fenômenos, que dizem respeito à flexibilidade da jornada de trabalho e das funções dos trabalhadores: eliminação do dia de descanso no domingo; modulação da jornada de acordo com as necessidades da empresa; intensificação do trabalho e eliminação dos tempos mortos; horas-extras, diversificação nas formas de organizar os turnos de trabalho; levar trabalho para casa.

Em relação à flexibilidade salarial, as práticas apontam para o avanço da remuneração variável e individualizada (prêmios, sugestões, etc.), em que as pessoas ganham de acordo com o seu desempenho individual, do grupo e da empresa. Ocorre também no descumprimento da legislação, já que as multas e penas são pouco expressivas. Por último, ela advém da definição das funções do que o trabalhador fará na empresa, com o avanço da polivalência do trabalho.

A flexibilidade jurisprudencial diz respeito à adequação que vai ocorrendo no âmbito de algumas instituições públicas ao movimento mais geral da sociedade e do mercado de trabalho. Ou seja, refere-se às formas de solução dos conflitos de trabalho, especialmente com a introdução das Comissões de Conciliação Prévia e o incentivo à mediação e arbitragem privada.

De modo geral, a nova estratégia das empresas tem sido a de adotar a flexibilidade como um de seus eixos principais. Elas lançam mão da mobilidade que a mundialização

lhes proporciona e a flexibilização permite que elas joguem sobre os seus trabalhadores, mas também sobre os terceirizados e outros prestadores de serviços, o peso da incerteza do mercado (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999: 291). Beck (2003: 11) dirá que a flexibilidade permite que o Estado e as empresas descarreguem sobre os próprios indivíduos os riscos resultantes, uma vez que os contratos atuais são em sua maioria de curta duração e mais facilmente rescindíveis.

O processo de flexibilização implantado no Brasil foi decisivo para o surgimento do novo paradigma do mercado de trabalho brasileiro, mais fortemente acentuado na década de 1990. Na verdade, o que prevaleceu em nosso país nessa década foi uma “flexibilização predatória do trabalho” (KREIN, 2001: 157). Várias mudanças estruturais importantes estão em andamento e afetam em cheio a sociedade brasileira: deslocamento crescente de trabalhadores do setor formal para o informal, progressivo desassalariamento, baixa participação do trabalho na renda nacional e crescimento da prática das horas extras (LANGER, 2003: 73-9).

O processo de “desconstrução do mundo do trabalho” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999), acelerado pela flexibilização e pela mundialização da economia, acaba repercutindo sobre a própria feição dos assalariados. O estatuto do assalariado produzido pelo regime fordista de produção e de sociedade está se esfacelando. Em seu lugar, toma corpo um conjunto de formas de contratação, de remuneração, de regimes de trabalho cada vez mais plural, individualizado e, evidentemente, flexível. Ao adotarem práticas de tempo parcial, de trabalho temporário, expulsam a porosidade do trabalho, intensificando-o, pois, ainda mais.

Processa-se, pois, uma “metamorfose do assalariado”, o que acaba por fragmentar o conjunto dos trabalhadores em duas grandes categorias. Primeiramente, há um núcleo central composto de assalariados permanentes e de tempo integral, capazes de polivalência profissional e de mobilidade social. Participar deste núcleo central é privilégio de poucos. Significa gozar de uma estabilidade econômica e de trabalho maiores. Para um núcleo cada vez mais reduzido, as condições de trabalho são boas e a proteção da lei assegurada.

Na análise de Boltanski e Chiapello (2002), as empresas globalizadas, que se articulam em rede, requerem um tipo de trabalhador que tenha as mesmas características: que sejam ágeis, móveis, capazes de estabelecer e manter numerosas conexões, diversificadas e enriquecedoras. O “*networker*”, como é chamado este trabalhador que goza de alta mobilidade, “abandonou a ideia de carreira; ele sabe que o

dispositivo do qual participa é temporário e que será levado, num futuro mais ou menos próximo, a mudar de atividade. Deve, portanto, multiplicar seus contatos e aumentar a sua empregabilidade, atribuindo a si todas as realizações” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002: 11). Este trabalhador bem formado, “móvel” física e “mentalmente”, corre menos riscos de ser deixado de lado, desligado e esquecido. É, portanto, uma estratégia de sobrevivência.

Ao redor deste primeiro núcleo há uma massa importante de trabalhadores periféricos, dos quais uma proporção importante de precários e de interinos com horários e salários variáveis. Um pouco mais distante do núcleo central, mas gravitando em torno do segundo grupo junta-se uma proporção cada vez mais importante de ‘externos’, ou seja, prestadores de serviços pretensamente ‘independentes’, pagos por tempo ou tarefa, cuja carga de trabalho varia segundo as necessidades do momento. Esses ‘independentes’ não contam com nenhuma proteção social e são os mais expostos às incertezas que as empresas descarregam sobre eles (GORZ, 2004: 59).⁸

Quanto mais nos afastamos deste núcleo central, mais nos aproximamos destes trabalhadores e trabalhadoras que encontramos na nossa pesquisa. Todos eles fazem suas incursões no mundo do trabalho desta maneira. Engrossam as fileiras dos precários, dos informais, dos temporários e dos mal-pagos.

A tendência da reestruturação produtiva é reduzir drasticamente o núcleo central de trabalhadores nas empresas e ampliar a participação dos trabalhadores “contratados”, que fazem praticamente tudo o que os primeiros faziam, mas com a diferença de que não contam com os “mesmos direitos sociais, nem a mesma remuneração” (GORZ, 2004: 60).

Quanto mais se afasta deste núcleo central, que abarca um número reduzido de trabalhadores, mais cresce a quantidade de trabalhadores que aí se encontram e mais nos aproximamos do trabalhador “imóvel”, marcado pela sua fixação a um determinado território. “Quanto menos o ‘pessoal’ for capaz de mobilidade para procurar emprego fora, mais as empresas podem submetê-los a contratos precários” (BOLTANSKI; CHIAPELLO: 2002: 15). Eles são os mais afetados pela mobilidade do capital. A cada transferência de uma empresa, pesa sobre eles a ameaça de serem abandonados.

⁸ Análises mais ou menos semelhantes a esta são encontradas em HARVEY (1992), SUE (1997), LIPIETZ (1998).

Cresce a precarização do trabalho em todos os sentidos. Isso faz Gorz (2004) exclamar que “somos todos precários”. Com a desconstrução da condição salarial, assim como concebida ao longo de boa parte do século XX, o “trabalhador”

não é mais a figura central e a condição ‘normal’, ao menos tendencialmente, mas sim o precário que às vezes ‘trabalha’ e às vezes não ‘trabalha’, exercendo de modo descontínuo um ofício, precário que não possui profissão identificável e cuja profissão é não ter nenhuma, não podendo portanto identificar-se a seu trabalho e que a ele não se identifica, mas considera sua ‘verdadeira’ atividade aquela à qual se devota nas intermitências de seu ‘trabalho’ remunerado. Esta figura central do precário é que é potencialmente a nossa (GORZ, 2004: 64).

Esse alastramento da precariedade faz Bourdieu afirmar: ela “está hoje por toda a parte”. A existência de menos postos de trabalho que os necessários, “contribui para dar a cada trabalhador a impressão de que ele não é insubstituível e que o seu trabalho, seu emprego, é de certa forma um privilégio e um privilégio frágil e ameaçado” (BOURDIEU, 1998: 121).

Gradativamente, estamos assistindo a um processo em que os empregos de qualidade, que são reservados a pessoas que gozam de uma qualificação privilegiada ou que estão investidos com responsabilidades particulares, coexistem com estatutos sempre mais precários. “As novas práticas das empresas conjugam seus esforços para diversificar ao extremo a condição salarial, inclusive entre o pessoal empregado num mesmo local, cujos membros podem estar na dependência de vários empregadores e ser geridos segundo regras diferentes em termos de salário, horários, etc.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999: 308).

Na essência, o capital é global. Via de regra, o trabalho é local. O informacionalismo, em sua realidade histórica, leva à concentração e globalização do capital exatamente pelo emprego do poder descentralizador das redes. A mão-de-obra está desagregada em seu desempenho, fragmentada em sua organização, diversificada em sua existência, dividida em sua ação coletiva (...) Os trabalhadores perdem sua identidade coletiva, tornam-se cada vez mais individualizados quanto a suas capacidades, condições de trabalho, interesses e projetos (CASTELLS, 2000: 502-3).

Essa situação leva Gorz (2004: 68) a falar dos empregos de qualidade que ainda restam como tratando-se de um “privilégio”, reservados para poucos. Em semelhante situação, o trabalho deixou de ser um direito ao qual todos têm acesso por igual, para

tornar-se um “privilégio” para cuja obtenção os trabalhadores se debatem e brigam entre si. Em tal contexto, já não se pergunta mais pelos problemas estruturais do desemprego. Ganha importância a questão da “possível não-empregabilidade dos qualificados”, como sugere Castel (1998: 521), mas também, e muito mais, dos menos qualificados.

A política de externalização dos empregos utilizada pelas empresas mais inovadoras em termos de políticas de contratação,

faz coexistir, em um mesmo estabelecimento, mosaico de trabalhadores aos quais se aplicam tantos estatutos quantas são as empresas representadas no local de trabalho; e isso apesar da identidade das condições de trabalho, da semelhança das qualificações profissionais e das tarefas executadas, bem como da unicidade do poder de direção real (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999: 308).

Tanto a precariedade como a flexibilização se inscrevem num “*modo de dominação*” de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração” (BOURDIEU, 1998: 124. O itálico é do autor).

A flexibilização, neste contexto, acaba sendo um mecanismo de desencargo de tarefas e de responsabilidades que as empresas externalizam. Simultaneamente, significa menos estrutura institucional a ser administrada, o que as torna empresas mais “enxutas”, portanto mais leves, mais fáceis de se adaptarem às novas exigências de eficiência do mercado. Carregam consigo menos penduricalhos. As externalizações, que não são outra coisa que a flexibilização externa, implicam também um desencargo de responsabilidades por parte dos contratadores, prática mediante a qual o empregador, ao externalizar a mão-de-obra, pode se “dissimular enquanto empregador” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999: 308).

Essas transformações têm rebatimentos sobre aquilo que Sennett (1999) chama de “caráter” do trabalhador. O autor enfatiza o fato de que a perspectiva de longo prazo presente no regime fordista era benéfica para os trabalhadores. Uma relativa estabilidade de vida e de trabalho, a perspectiva de construção de projetos de longo prazo favorecia a construção de relações de confiança, de compromisso e de lealdade que, em momentos mais difíceis, serviam de norte para os trabalhadores. A rotina, neste contexto, não era inteiramente negativa.

Em condições de trabalho pós-fordista essa base material é “corroída” pelo desemprego, pela competitividade, pela individualização, pelo curto prazo. Já não há

mais espaço nem tempo para a construção de laços de longo prazo. E os trabalhadores que se dão bem neste novo contexto são, para Sennett (1999), aqueles que constroem para si “um novo caráter”, o de “homem irônico”, isto é, aqueles que jamais são capazes de se levar a sério, uma vez que tudo está permanentemente em contínuo fluxo de transformação (SENNETT, 1999: 138).

As transferências de empresas para outros países servem como pressão e chantagem sobre os trabalhadores que são induzidos a negociar direitos, a aceitar jornadas e remunerações flexíveis, resultando em precarização das condições de trabalho e dos salários. Essa precariedade pode estar

associada à natureza do emprego (temporário, contrato por tempo determinado, tempo parcial ou variável) ou à sua posição nas empresas terceirizadas que são as que mais sofrem as variações conjunturais e, por esta mesma razão, utilizam intensamente o trabalho precário (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999: 301).

Os dois autores analisam também o processo de seleção realizado ao longo de mais de 20 anos como um fator de reforço da precariedade e da marginalização que pesa sobre os mais precários. Cada não seleção reforça sempre mais a incapacidade dos trabalhadores e, portanto, os reenvia à condição de precários, reforçando o círculo vicioso do qual dificilmente, ou apenas após longos anos, conseguem se desvencilhar (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999: 313-4).

Basta ver que os trabalhadores que recorrem, por exemplo, ao SINE são de uma condição social tal que não lhes permite entrar na concorrência com outros de seus pares que recorrem a empresas privadas de recrutamento de pessoal ou se dirigem diretamente às empresas que oferecem empregos melhor qualificados (RADZINSKI, 2007). Entre os jovens da pesquisa, a Agência do Trabalhador é a forma de busca de emprego mais citada pelos jovens pesquisados.

Esses trabalhadores sempre preteridos são, evidentemente, os mais propensos a ficarem desempregados, a serem mais sensíveis às variações do mercado de trabalho, a acessarem os empregos mais precários e a terem os salários mais baixos. “O percurso que devem fazer os predispõem (...) a nunca poder sair de sua condição, mas ao contrário, de reforçá-la, às vezes até à exclusão” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999: 312). E é cada vez mais difícil sair de uma situação de precariedade. Essa é, em muitos casos, o maior problema enfrentado pelos jovens oriundos das camadas mais pobres.

Essa reflexão remete a outra questão correlata: a dos “trabalhadores pobres”. Antes, a pobreza era decorrência do não acesso ao mercado de trabalho. Hoje, ao contrário, muitos se encontram em situação de pobreza mesmo sendo trabalhadores. O que antes eram, grosso modo, categorias excludentes, hoje são realidades intercambiáveis (BECK, 2003: 100).

Como os mecanismos de seleção são sempre mais complexos e impessoais, numa situação em que não há emprego para todos, “são sempre os mesmos que não são selecionados” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999: 317), o que mantém esses trabalhadores trancafiados numa jaula de ferro, com consequências psicológicas e sociais nada desprezíveis. Vários jovens se referiram a esta situação. Contam que nas primeiras vezes que saem para procurar emprego, quando recebem algum retorno para uma entrevista, vão todo contentes. Depois de algumas tentativas frustradas, começam a perder a motivação. Algum chamado de telefone ou mensagem eletrônica que vem é encarado com frieza, pois a não seleção pode representar um sofrimento maior. E após cada tentativa infrutífera, sentem que retornam ao lugar dos não selecionáveis.

A Paula conta que quando faz uma entrevista e a pessoa que a entrevistou diz que vai retornar ela já fica precavida: “Quando desbloqueia o meu cartão, vou lá e faço entrevista de novo, e a pessoa me fala ‘te ligo’, já nem penso mais” (LANGER, entrevista realizada em 02 de novembro de 2009). O Antonio relata sentimento parecido: “Antigamente, eu ia fazer entrevista todo animadão. Já hoje, vou perdendo aquela animação, já fico mais precavido” (LANGER, entrevista realizada em 31 de outubro de 2009).

A qualificação/formação dos trabalhadores, neste novo estágio do capitalismo, é elevada ao topo das exigências na hora de reunir as condições básicas necessárias para se obter um bom emprego. Em grande parte das empresas, o trabalho é cada vez menos uma sucessão simples e contínua de manobras manuais. As novas condições de trabalho requerem a colocação em ação daquilo que Gorz chama de “mobilização total” (GORZ, 2004: 40) das aptidões do trabalhador.

Contrariamente ao trabalhador especializado da fábrica taylorista/fordista, o novo tipo de trabalhador requerido pela empresa pós-fordista deve ser polivalente e ter a capacidade de trabalho em equipe. E para essa função, o trabalhador especialista ficou muito reduzido e limitado. O novo trabalhador precisa mostrar-se cheio de iniciativa, criatividade e flexibilidade. A necessidade de ler e interpretar códigos, de conversar e

dialogar com os colegas de equipe, requer que tenha uma formação/qualificação básica para essa polivalência.

Neste novo contexto, diluem-se as fronteiras mais marcadas de antes. Agora, os limites são mais tênues, as fronteiras ficaram embaralhadas. A leitura da realidade ganhou em complexidade, o que acaba sendo um desafio maior. Distinguir quem são os proprietários⁹, quem são os produtores, quem são os administradores e quem são os empregados está ficando cada vez mais difícil em um sistema produtivo de geometria variável, trabalho em equipe, atuação em redes, terceirização e subcontratação (CASTELLS, 2000: 503).

Se por um lado, a formação se apresenta como requisito básico para a disputa de uma vaga no apertado e seletivo mercado de trabalho, por outro, ela também se presta a ser um critério de seleção (LANGER, 2006). A qualificação apresenta-se, pois, como paradoxal: é verdade que há nichos produtivos que apresentam carência de profissionais preparados para atuarem nessas áreas, mas também é uma realidade que muitos trabalhadores ocupam postos de trabalho para cujas exigências a sua qualificação está subaproveitada.

O discurso neoliberal atribuiu o desemprego à falta de qualificação da população brasileira. O que em parte é verdade, deve-se reconhecer, mas esse discurso escamoteou a realidade, na medida em que atribuiu exclusivamente aos indivíduos um problema de ordem estrutural. A previsão de formação de profissionais para determinados nichos deveria ser atribuição de uma estratégia de política pública de médio e longo prazos. E isso, decididamente, não houve em nosso país nos últimos anos.

O Brasil tem gerado, nos anos 1990 para cá, principalmente empregos de “baixa remuneração, com alta rotatividade” (POCHMANN, 2007b: 39), ou seja, empregos que de modo geral são de baixa qualificação. Para se ter uma ideia do que estamos dizendo, o emprego doméstico foi responsável neste período pela criação de 23% de todas as vagas abertas, seguido da ocupação de vender (15%), da construção civil (10%), dos serviços de asseio e conservação (8%) e dos serviços de segurança (6%) (POCHMANN, 2001: 72; POCHMANN, 2002: 136).

⁹ Observe-se que os sequestros de executivos, realizados pelos trabalhadores franceses no primeiro semestre de 2009, são emblemáticos. Tinham como objetivo, além de funcionar como arma para forçar uma negociação ou reequilibrar as desigualdades das indenizações pagas a dirigentes e trabalhadores, o fato de chamar à responsabilidade os executivos que, no contexto da mundialização, se escondiam atrás de estratégias os mais diversos para fugirem de suas responsabilidades. Um dos efeitos da mundialização é o de diluir e escamotear as responsabilidades (FEBBRO, 2009).

Estabelece-se, assim, um círculo vicioso entre o desemprego, as baixas remunerações e a propensão a fazer horas extras. “O desemprego, de fato, rebaixa o nível das remunerações e o rebaixamento das remunerações incita os ativos a trabalharem mais horas para compensar o que lhes falta. O que tem por efeito acentuar o rebaixamento das remunerações” (GORZ, 2004:63).

2.5 A PRODUÇÃO E O TRABALHO IMATERIAIS

A análise até aqui realizada centrou-se sobre as transformações no âmbito do capitalismo e do mundo do trabalho processadas na segunda metade do século passado. Entretanto, uma nova economia está em formação. Ela se caracteriza pela passagem de uma economia assentada sobre a propriedade física a uma economia em que ganha prevalência o intangível, isto é, o conhecimento, a marca, a inteligência (RIFKIN, 2001: 25-46). Trata-se de uma passagem de um regime industrial de “repetição” a um regime de “inovação permanente” (CORSANI, 2003b: 55). Na perspectiva aqui proposta, a passagem do fordismo para o pós-fordismo pode ser lida também – e talvez preferencialmente – como a passagem de uma lógica da reprodução para uma lógica da inovação; de uma passagem da propriedade física, material, aos ativos intangíveis (conhecimento, ideias, marcas, conceitos...). Portanto, do fordismo ao imaterial.

Deve-se, entretanto, evitar a maneira linear de ler a história, ou seja, de que a superação de um sistema de produção elimina, ou deixa para trás, outro. Ao contrário, como nota Gorz (2005: 15), vivemos um período em que “coexistem muitos modos de produção”. Com a desestruturação processada no final do século passado, assistimos ao retorno de formas de trabalho que se acreditava extintas, como é o caso da proliferação do trabalho escravo. As tendências em curso são coordenadas por interesses divergentes e contraditórios. Dito isto, podemos voltar ao nosso raciocínio.

O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, está cedendo lugar em importância para um outro tipo de capitalismo centrado na valorização de um capital dito imaterial (GORZ, 2005). Dessa maneira, o imaterial está se postando no centro da economia. Impulsionada pela nova revolução tecnológica, a economia transfere importância em termos de valorização para os ativos

imateriais. O conhecimento e a inovação passam a ser os elementos caracterizadores, que impactam também, e profundamente, o trabalho, assim como foi compreendido e praticado no capitalismo industrial. Evidentemente, como observam Negri e Hardt (2005: 150), o trabalho envolvido em toda produção imaterial continua sendo material, uma vez que mobiliza os nossos corpos e cérebros, como qualquer trabalho. O que é imaterial é o seu produto.

Na “economia do conhecimento” este

se tornou a principal força produtiva, e que, conseqüentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado. Indica também que o valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não mais é determinado em última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligências gerais (GORZ, 2005: 29).

Neste novo estágio do capitalismo, em que parece prevalecer o imaterial, há implicações para o trabalho. Há uma crescente perda de valor do trabalho material. Não que este vá desaparecer na nova economia, mas será remetido à periferia ou mesmo externalizado. Ele se torna um momento subalterno desse processo produtivo (GORZ, 2005: 19).

Pode-se comprovar esse deslocamento na vinda das montadoras, por exemplo, para o Sul do mundo. A fabricação de um veículo pode ser transferida para qualquer parte do mundo devido à revolução tecnológica e à mundialização, como já vimos anteriormente. O tempo e o espaço foram também revolucionados. A parte mais suja, mais poluente, mais braçal, mais brutal, que requer matérias-primas ainda abundantes em regiões do Sul do mundo, pode ser transferida para estes países sem maiores problemas. Isso porque as empresas realizam hoje uma nova divisão do trabalho, que não se limita mais à divisão interna em cada fábrica, mas à divisão que guarda a parte do conhecimento, da marca, aquilo que realmente vale, e transfere a parte que implica o trabalho material, que pode ser precarizado, externalizado..., sem prejuízos para as montadoras.

O trabalho imaterial está posto no centro do capitalismo cognitivo. O capitalismo industrial realiza um processo de extração do conhecimento que os operários possuíam, processo que se radicaliza sobretudo a partir de Taylor. O sistema fordista era bem sucedido em grande parte através da mobilização de um saber “morto” objetivado em

máquinas, instalações e processos. O capitalismo cognitivo valoriza mais, ao contrário, o trabalho vivo, este que não pode ser subsumido à máquina. Por essa razão, o capital fica mais dependente do conhecimento dos trabalhadores.

O economista italiano Christian Marazzi (2009: 15) destaca que uma das transformações socioeconômicas e políticas havidas é a que coloca a comunicação no centro da inovação tecnológico-produtiva. Para ele, a comunicação e o fluxo de informações entraram diretamente no processo produtivo. Eles estão presentes na produção e na distribuição, razão pela qual a comunicação e a produção se encontram totalmente integradas. E nisso reside a radical novidade do capitalismo. “O fator decisivo que deve ser compreendido é que na base das transformações radicais do mundo de produção pós-fordista se encontra a sobreposição entre produção e comunicação” (MARAZZI, 2009: 19).

Além disso, com o capitalismo cognitivo, as externalidades positivas ganham importância como fator produtivo. Entendemos por externalidades positivas o leque de habilidades, aptidões, saberes que as pessoas adquirem na vivência social e familiar e que são agora requeridos e valorizados pelo capital. Eles se tornam fatores de produção na medida em que o capital procura, através de recursos diversos, ativá-los no espaço de produção. Os jovens desenvolvem essas habilidades nos tempos de lazer, de convivência e também quando estão diante do computador, quer em atividades relacionadas às redes sociais, quer quando aprimoram por conta própria e curiosidade as ferramentas proporcionadas por este instrumento.

Convém ter presente, para perceber a importância do que está em jogo, que o trabalhador fordista, de modo geral, tornava-se operacional apenas quando era despojado dos saberes, das habilidades e dos hábitos desenvolvidos pela cultura do cotidiano (GORZ, 2005: 19). Neste contexto, as externalidades eram empecilhos para a produção; agora, ao contrário, são uma riqueza da qual o capital procura se aproveitar para a criação de valor. “As externalidades não são nada mais que a riqueza que um mundo de escassez e um trabalho repetitivo e homogêneo não podem mais criar” (CORSANI, 2003: 16).

Essa transformação repercute sobre a formação de valor. Desde Adam Smith, o trabalho abstrato simples pode ser mensurável em unidades simples de tempo (GORZ, 2005: 15). Isso era possível no contexto em que a produção era de ordem material. Entretanto, nas novas condições do capitalismo, em que o produto final é, muitas vezes,

uma marca, um símbolo, um serviço, a criação de valor não se restringe mais ao tempo de trabalho.

As novas tecnologias da informação e da comunicação, especialmente com o computador e a internet, diluem as fronteiras que separam o trabalho do não-trabalho. Ao mesmo tempo, diversos serviços, que antes eram oferecidos durante cinco dias por semana, hoje, com, por exemplo, o processo de “virtualização” dos serviços bancários, podem ser acessados permanentemente e independentemente do lugar em que o usuário se encontra. Essa realidade faz com que, de acordo com Rifkin (2001a), se seja produtivo 24 horas por dia durante sete dias por semana.

O aumento da presença do imaterial na economia traz a dificuldade de medição da produtividade. Nos setores industriais e agropecuários, em que a produtividade é majoritariamente física, a sua medição é relativamente mais simples. Ao contrário, naqueles serviços cujo “produto” é imaterial, essa mensuração é mais difícil (POCHMANN, 2002: 28-9).

Estamos, atualmente, numa fase do capitalismo em que experimentamos uma “expansão da chamada produtividade imaterial”, isto é, “uma produtividade gerada pelas novas possibilidades de trabalho, ou seja, fora do local de trabalho” (POCHMANN, 2008). E, de acordo com a visão reinante, este trabalho feito fora do “horário de trabalho” não é medido e, portanto, não contabilizado na conta do trabalhador, razão pela qual temos hoje uma brutal concentração da produção do trabalho nas mãos de poucas empresas no mundo. A predominância do trabalho imaterial tende a modificar as condições de trabalho. “O novo paradigma solapa a divisão entre tempo de trabalho e tempo de vida” (NEGRI; HARDT, 2005: 194). A jornada de trabalho e o tempo da produção já não coincidem mais.

Diante da impossibilidade de mensurar o desempenho individual de cada trabalhador, as empresas recorrem à “gestão por objetivos”, à fixação de metas, a projetos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999). Ou seja, implica também a mudança de formas de percebimento da remuneração, que já não são mais necessariamente pagamentos fixos, mas variáveis no tempo e na quantidade, dependente de cada circunstância.

Posto de outra maneira, mas seguindo na mesma direção, a longa crise atual traduz uma mutação radical e estrutural do capitalismo que desemboca no “capitalismo cognitivo”, que, segundo Moulrier-Boutang, não traduz propriamente uma ruptura com o capitalismo, mas uma ruptura no seu interior.

A mutação do capitalismo é radical precisamente no sentido em que não está dominada, em que está em movimento, tão atuada quanto atuante. Ela é profunda também em suas proporções, isto é, no nível das grandezas envolvidas, por sua amplitude e por sua universalidade em escala planetária. Ela é, enfim, radical pois se trata de uma mutação estrutural, ou seja, de um rearranjo de certos elementos que são conservados, mas cuja função sofreu uma reviravolta, como, por exemplo, o papel do trabalho operário, o papel do conhecimento, a função do mercado, a relação com a técnica (MOULIER-BOUTANG, 2003: 38).

Essa ruptura pode ser vislumbrada de diversas maneiras. Cresce significativamente o número das empresas que apostam nos ativos imateriais. As empresas ligadas à informação e a tecnologias inovadoras estão entre as mais importantes capitalizações das bolsas de valores do mundo. Os investimentos imateriais representam uma fatia em franco crescimento nas empresas. Nos Estados Unidos, representam 13,1% por ano no período de 1998-2000. As indústrias da informação – finanças, entretenimento, comunicação, serviços e educação – já somam mais de 25% da economia norte-americana. As empresas, mesmo quando continuam operando seu negócio tradicional, entram com o outro pé no campo das NTICs (novas tecnologias da informação e da comunicação) (COMMISSION SUR L'ÉCONOMIE DE L'IMMATÉRIEL, 2006).

O valor das empresas não é mais calculado prioritariamente considerando-se o número de seus empregados e em base às propriedades físicas que determinada empresa possui. A informação, a comunicação e a cooperação tornam-se as normas da produção, razão pela qual “tende a transformar o trabalho em gestão de um fluxo contínuo de informações (...) A comunicação e a cooperação entre operadores são parte integrante da natureza do trabalho” (GORZ, 2005: 17-8).

Marx articulava o trabalho abstrato e sua relação com o conceito de valor. Postulava a relação entre o trabalho e o valor em termos de quantidades correspondentes. Assim, na produção, o valor é expresso em unidades mensuráveis e homogêneas de trabalho. Entretanto, hoje a unidade temporal de trabalho como medida básica de valor já não faz sentido, ainda que efetivamente o trabalho continue a ser a fonte essencial de valor na produção capitalista. Isso porque, como já vimos, a jornada de trabalho e o tempo efetivo de produção já não coincidem. “O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se

aplicar” (GORZ, 2005: 15). Há, pois, “incoerências” entre os valores que concorrem para o ciclo de acumulação e aqueles que concorrem para a formação do valor (RULLANI, 2000). Sob a hegemonia do trabalho imaterial a exploração já não é prioritariamente a “expropriação do valor medida pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, e sim a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativado e que se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais” (NEGRI; HARDT, 2005: 156).

Exige-se, pois, novas aptidões dos trabalhadores do imaterial. Esses precisam entrar no processo de produção “com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc.” (GORZ, 2005: 19). O que conta

são as qualidades de comportamento, as qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal na tarefa a desenvolver e completar. Todas essas qualidades e essas faculdades são habitualmente próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos fornecedores de um trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo de objetivar (GORZ, 2005: 17).

A inovação já estava presente no capitalismo industrial. Schumpeter (1984) destaca o papel negativo desta inovação ao cunhar a expressão “criação destrutiva” (SCHUMPETER, 1984: 113-4), como marca do capitalismo em todos os tempos. Na sua visão, o capitalismo necessita sempre destruir as velhas formas para criar novas. São sempre novas mercadorias, novas tecnologias, novas formas de organização da produção e do trabalho, novas modas, novos estilos de vida que vão substituindo e destruindo as anteriores. É inerente à lógica capitalista projetar-se para o futuro, prever e se antecipar.

Até aí, portanto, nenhuma novidade. Mas, onde estaria, então, a novidade exercida pela inovação no novo capitalismo? Vale destacar duas mudanças: a primeira é que a inovação passou de um estágio periférico a um lugar central no nosso modelo de crescimento; a segunda mudança consiste em que a inovação passou de um lugar periférico a um lugar central no modelo de desenvolvimento. Na economia industrial, a inovação estava restrita à questão tecnológica. Hoje,

innovar não é simplesmente lançar um produto tecnologicamente mais avançado, mas também criar um novo serviço, descobrir um novo conceito comercial, criar uma imagem de marca, encontrar uma nova

forma de organização do trabalho ou encontrar um *design* revolucionário ou ainda aplicar de maneira original soluções tradicionais ao mundo da *net* (COMMISSION SUR L'ÉCONOMIE DE L'IMMATÉRIEL, 2006: 14).

A financeirização e a mundialização são dois fenômenos que acabam contribuindo para aumentar ainda mais a velocidade das mudanças no imaterial. Com a economia do imaterial, ganham peso os serviços. Não que os produtos materiais tenham desaparecido, mas eles são oferecidos em meio a “uma gama de serviços complementares que se revelam muitas vezes mais rentáveis”. Isso se manifesta também na “explosão da demanda de serviços de tipo cultural, recreativo ou ainda de informação, tudo o que é tratado nos meios de comunicação, de informação, nos jogos, e no entretenimento em geral” (COMMISSION SUR L'ÉCONOMIE DE L'IMMATÉRIEL, 2006: 16).

A fronteira entre a indústria e os serviços torna-se extremamente difícil de estabelecer. Tomemos como exemplo a indústria automobilística, o setor industrial por excelência. Nelas, a parte relativa à inovação tornou-se um elemento central da competitividade. A inovação diz respeito também à criatividade e ao imaginário. Dessa maneira, as montadoras não vendem mais apenas veículos. A venda dos veículos vem acompanhada de um conjunto cada vez maior de serviços que envolvem financiamentos, assistência técnica, revisões periódicas, reformas, quando já não se trata da locação de veículos (COMMISSION SUR L'ÉCONOMIE DE L'IMMATÉRIEL, 2006: 18).

A engenharia genética não está ficando de fora desse processo de apropriação dos conhecimentos. Se na revolução industrial os materiais básicos eram o combustível, os metais e os minerais, na revolução biotecnológica o material básico são os genes. Os genes, ao contrário dos produtos tradicionais, não são vendidos e comprados. Uma vez patenteados, são licenciados, cedidos. Permanecem sendo propriedade dos fornecedores (RIFKIN, 2001: 53-60).

Também a nanotecnologia é uma ciência da economia do imaterial. O seu potencial inovador é fantástico. A possibilidade de minúsculos organismos autômatos transitando dentro do corpo humano está cada vez mais perto da realidade. O uso de robôs ínfimos para administrar medicamentos em técnicas incrivelmente precisas já está em experimentação. A criação de nanodispositivos ou nanomateriais vai ainda mais longe. Pode resultar na reconstrução de tecidos humanos. No mundo da informática, o

seu valor é incomensurável e resulta em computadores extremamente rápidos e potentes. A biotecnologia e a nanotecnologia significam um acesso e um controle do homem sobre a produção da matéria, de qualquer matéria, seja ela inanimada ou viva. Ambas trabalham na escala do micro. Elas constituem uma das materializações da mudança em termos das tecnociências, concretizações menos visíveis que o telefone celular e a internet (CASTELLS, 2000; TORRES ALBERO, 2009: 472).

No capitalismo cognitivo dá-se a prevalência do conhecimento, da invenção e do imaterial. Entretanto, convém refletir sobre um aspecto que diz respeito ao conhecimento e que o distingue das demais mercadorias. O conhecimento não é uma mercadoria qualquer e isso é ressaltado nos seguintes aspectos do conhecimento: indestrutibilidade, troca e abundância.

Sabemos por experiência que qualquer produto material tem “data de validade”, isto é, tem um desgaste natural decorrente de seu uso. O conhecimento, ao contrário, não é destruído quando é “consumido” e seu uso não o desgasta (CORSANI, 2003: 28-9). Pelo contrário, o Linux, por exemplo, mostra que quanto mais é “consumido”, tanto mais é aperfeiçoado. Aliás, deve-se atentar também para o fato de que, neste e em muitos outros casos, o consumidor torna-se também produtor.

O mesmo acontece com a troca do conhecimento. “Ela [a troca] não comporta perda nem sacrifício. Neste sentido, no caso dos conhecimentos, a troca não é senão uma metáfora, pois alguém que dá um conhecimento não fica por isso privado dele” (CORSANI, 2003: 29). Mais, o conhecimento só tem valor realmente se for trocado. O conhecimento guardado perde valor.

E, por fim, o conhecimento é um recurso que tem a marca da abundância. O conhecimento “é um produto que em grande parte resulta de uma atividade coletiva não remunerada, de uma ‘produção de si’ ou de uma ‘produção de subjetividade’. O conhecimento é em grande parte ‘inteligência geral’, cultura comum, saber vivo e vivido” (GORZ, 2005: 36; RULLANI, 2000).

Na economia do imaterial, o conhecimento, certamente, tem um valor de uso, mas não tem um valor-custo de referência que possa ser empregado como referência para determinar o valor de troca.

O custo de produção do conhecimento é bastante incerto, e, sobretudo, é radicalmente diferente do custo de sua reprodução. Uma vez que uma primeira unidade foi produzida, o custo necessário para reproduzir as outras unidades tende a zero (se o conhecimento foi

codificado). Em nenhum caso, o custo tem a ver com o custo da produção inicial (RULLANI, 2000: 89).

Tem-se aqui a possibilidade de se pensar a economia não mais sobre a raridade dos recursos, mas antes sobre a sua abundância. Por isso, com a discussão sobre o imaterial retorna outra discussão sumamente importante e que diz respeito ao comum. Para um segmento social, o conhecimento é eminentemente um bem comum, pertencente a toda a sociedade. Essas ideias são alimentadas pelos partidários do Linux, da Wikipedia. As NTICs têm um potencial que pode fazê-las mais descentralizadoras, mais democráticas e conduzem a mudanças substanciais também na produção de conhecimento. Os blogs são espaços de informação e de produção de conhecimentos muito mais ágeis em que estes estão em permanente construção. Ao mesmo tempo, exige uma abertura, por parte de quem os elabora, ao feedback, às críticas, a ser corrigido ou contradito. Produzem outra subjetividade. Por trás está a ideia de que o conhecimento se enriquece mais quando é partilhado e construído conjuntamente.

A economia imaterial é menos previsível. A apreensão do valor dos ativos imateriais é mais difícil e incerta. Os riscos são maiores. As incertezas dizem respeito, entre outras coisas, aos direitos de propriedade dos ativos imateriais, ao capital humano e à valorização. As empresas realizam os investimentos em formação, mas seus trabalhadores sempre são livres para saírem ou mudarem, inclusive para seus concorrentes (COMMISSION SUR L'ÉCONOMIE DE L'IMMATÉRIEL, 2006).

O conhecimento é abundante. Mas, segundo a economia política do capitalismo industrial, um produto, para ter valor no mercado, precisa de mecanismos que o tornem escasso. O valor está relacionado à escassez. Por isso, “o capital humano, o capital cognitivo não pode funcionar como capital a não ser que seja privatizado. Sua apropriação privada se opera através das patentes e pelo controle privado dos meios de acesso ao conhecimento. A privatização obstaculiza a circulação e a difusão dos conhecimentos, sua colocação em comum, sua fecundidade máxima” (GORZ, 2003: 35). As patentes e as marcas funcionam como limitadores. Só tem acesso a determinado conhecimento quem pagar por ele.

Por outro lado, num contexto econômico em que o custo de reprodução cai praticamente a zero, o conhecimento embutido, a marca, tornam-se fatores de valorização. Ou seja, a fonte de valor não está mais na reprodução, mas na inovação, e isso as empresas perceberam.

Na nova era do capitalismo, a produção já não é mais principalmente a obra de um indivíduo, mas fruto do estágio geral que o conhecimento alcançou em nossa sociedade, aquilo que Marx (1985: 230) chamou de “general intellect”¹⁰. Por isso, o imaterial implode a visão de trabalho que se tinha até agora. A identificação do trabalho com a produção de bens físicos (trabalho industrial) torna-se cada vez mais frágil e insustentável. O trabalho deve ser visto como aquele que “cria não apenas bens materiais, mas também relações e em última instância, a própria vida social” (NEGRI; HARDT, 2005: 150).

A transição para uma economia do imaterial envolve uma mudança na qualidade e na natureza do trabalho (SANSON, 2009). Assim, de maneira complementar às novas configurações do trabalho vistas anteriormente, compreendidas em forma de núcleos (parágrafo 2.4), convém acrescentar que a economia do imaterial produz a emergência de três tipos de trabalho imaterial, a saber: as mudanças no trabalho industrial, os serviços simbólico-analíticos e o trabalho afetivo (NEGRI; HARDT: 2001: 310-5).

A produção industrial incorporou a informacionalização e tecnologias de comunicação no processo de produção. Neste novo estágio, o trabalho fabril abriu um canal de comunicação entre a produção e o consumo. O trabalhador fabril é instado a ter atitudes mais ativas, que dizem respeito ao domínio das tecnologias computacionais, mas também à comunicação, ao uso da linguagem. Essas dimensões são imediatamente produtivas no sistema toyotista.

Um segundo tipo de trabalho imaterial é aquilo que Robert Reich (1994: 165-7) chamou de “serviços simbólico-analíticos”, termo que Negri e Hardt (2001) assumem. Reich designa por este termo as tarefas que envolvem “a resolução de problemas, a identificação de problemas, e atividades estratégicas de intermediação” (REICH, 1994: 165). Esse tipo de trabalho envolve um leque relativamente vasto de trabalhadores que produzem ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens...

O trabalho afetivo, por sua vez, envolve a produção e a manipulação de afetos e requer contato e interação humanos, bem como trabalho do tipo físico. Ao contrário das emoções, que são fenômenos mentais, os afetos referem-se igualmente ao corpo e à mente. Aqui se encaixam todos os trabalhos relacionados à educação, à saúde e ao

¹⁰ “El desarrollo del capital fixe revela hasta qué punto el conocimiento o knowledge social general se ha convertido en fuerza productiva inmediata, e, por lo tanto, hasta qué punto las condiciones del proceso de la vida social misma han entrado bajo los controles del general intellect e remodeladas conforme al mismo. Hasta qué punto las fuerzas productivas sociales son producidas no sólo en la forma del conocimiento, sino como órganos inmediatos de la práctica social, del proceso vital real” (MARX, 1985: 230).

cuidado. Também a indústria do entretenimento está, da mesma forma, centrada na criação e manipulação de afeto. É o trabalho que produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão (NEGRI; HARDT, 2005: 149).

Nossa análise nos leva à constatação de que se os jovens pesquisados encontram-se nas bordas dos empregos qualificados, mas não fora, acontecendo o mesmo em relação às oportunidades de trabalho oferecidos pela economia do imaterial. De forma geral, dificilmente terão condições para acessar os empregos de qualidade na nova economia. No entanto, de uma ou de outra maneira, estão dentro desta economia e a tem em vista quando, por exemplo, sentem a necessidade de fazer cursinhos na área da informática com a justificativa clara de que representa um trunfo a mais no momento da procura de um emprego. Diversos dos trabalhos que já realizaram têm um forte componente imaterial, que é o caso dos trabalhos de babá, secretária, comércio e outros, onde o cuidado, a linguagem e o visual tornam-se componentes importantes.

Atualmente, o trabalho imaterial não é quantitativamente majoritário, mas está se tornando “*hegemônico em termos qualitativos*, tendo imposto uma tendência a outras formas de trabalho e à própria sociedade” (NEGRI e HARDT, 2005: 152. O itálico é dos autores). Assim,

o trabalho material é remetido à periferia do processo de produção ou abertamente externalizado. Ele se torna um ‘momento subalterno’ desse processo, ainda que permaneça indispensável ou mesmo dominante do ponto de vista quantitativo. O coração, o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial (GORZ, 2005: 19).

Por conta disso, “a produção já não pode ser concebida apenas em termos econômicos, devendo ser encarada de maneira mais ampla como produção social – não apenas a produção de bens materiais, mas também a produção de comunicações, relações e formas de vida” (NEGRI; HARDT, 2005: 13).

Deve-se reconhecer o caráter ambíguo da economia do imaterial. Por um lado, ela tende a aprofundar o processo de exploração do trabalho na medida em que não explora mais só o tempo de trabalho, mas a vida toda dos trabalhadores (saberes, habilidades adquiridas fora do trabalho, na família, no jogo...). Assim, o trabalho torna-se fator de maior “assujeitamento”, uma vez que o trabalhador necessita investir permanentemente em si para “para produzir-se” para estar apto para atender às exigências do mercado de trabalho (GORZ, 2005).

Por outro lado, pode significar também uma real possibilidade de emancipação, uma vez que grandes fatias de trabalho fogem ao controle do capital. O conhecimento tem uma faceta que o mostra refratário a ser presa do capital, apesar das suas investidas.

3 JUVENTUDES E MUDANÇAS ÉTICO-CULTURAIS

O final do século XX presenciou profundas transformações concernentes aos aspectos econômicos, com implicações tanto sobre a organização da produção e do trabalho, assim como sobre o conjunto da sociedade, como vimos no capítulo anterior. Agora desenvolveremos a análise sobre as transformações de cunho mais cultural que ocorreram no mesmo período, com acento na questão da juventude.

3.1 A CRISTALIZAÇÃO DAS IDADES E A CULTURA DE UMA ÉPOCA: A MODERNIDADE

Como assinala Reguillo Cruz (2006: 58), os jovens constituem uma “categoria sociocultural diferenciável do resto social”, razão pela qual é legítimo analisá-los sob este prisma para compreender parte do mundo social atual.

Para entender melhor do que estamos tratando, vale a pena retomar um esquema explicativo das mudanças socioculturais da humanidade construído pela antropóloga Margaret Mead. Em “Cultura y compromiso. Estudio sobre la ruptura generacional”, livro publicado originalmente em 1970, Mead (1980: 35), concebe três tipos diferentes de cultura:

1) a cultura pósconfigurativa, aquela em que, de maneira simples, as crianças aprendem primordialmente dos adultos. O presente e o futuro estão fincados sobre o passado. São sociedades em que a tradição exerce papel vital.

2) a cultura cofigurativa, aquela em que tanto as crianças como os adultos aprendem de seus pares. Aqui o futuro está ancorado no presente.

3) a cultura prefigurativa, aquela em que os adultos aprendem das crianças e dos jovens.

É preciso reconhecer que toda classificação é sempre arbitrária e realizada em função de pressupostos. Em vista do que aqui nos ocupa, o que interessa resgatar de Mead é a ideia de que a nossa sociedade está experimentando um novo momento cultural e que são os jovens os que estão melhor preparados para enfrentar as mudanças

produzidas por fatores, tais como: a mundialização e o desenvolvimento tecnológico, entre outros.

Nas sociedades tradicionais a continuidade é imutável. A autoridade vem do passado. A mudança é lenta e imperceptível. Mesmo havendo pequenas mudanças, elas não chegam a ter força qualitativa capaz de interromper a continuidade e a estabilidade nos estratos sociais mais profundos (MEAD, 1980: 69). Ou ainda, nas sociedades tradicionais

o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS, 1991: 44).

Entretanto, a modernidade significou um momento novo na história da humanidade na medida em que um conjunto de fatores – industrialização, nova compreensão de ciência e de progresso, entre outros – convergiu para quebrar as continuidades. Os novos modos de vida produzidos pela modernidade implicam em “descontinuidades” (GIDDENS, 1991: 14), em rupturas com os tipos tradicionais de ordem social.

As sociedades modernas se caracterizam pelo caráter mais acelerado que a mudança, a transformação, assume em seu interior. Além de significar uma nova compreensão e relação com o tempo, portanto, com a tradição, o que, obviamente, repercute sobre as relações sociais e culturais. Dá-se um ambiente social em que “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991: 45). O autor reconhece que as sociedades tradicionais não são “inteiramente estáticas” e as práticas sociais sofrem alterações, mas que “somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana” (GIDDENS, 1991: 45).

Nas sociedades tradicionais, dá-se a convivência indistinta entre crianças, jovens, adultos e idosos. Entretanto, na sociedade ocidental, de forma e ritmos muito variados, foi-se cristalizando a concepção de um modelo ternário das idades da vida, que, de forma simplificada, pode ser expresso da seguinte maneira: infância, juventude e idade

adulta (DAYRELL, 2005: 29; PERALVA, 1997). Convém deixar claro que essa cristalização social se produz como “elemento da consciência moderna” (PERALVA, 1997:16).

Deve-se a Philippe Ariès o mérito de ler a transição do feudalismo para o capitalismo sob a perspectiva da transformação que se processou no tipo particular de vínculo que liga adultos e crianças nos dois tempos históricos.

A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las (ARIÈS, 1978: 10).

Cultural e socialmente, a referência última de ser humano era o adulto, em cujo mundo as crianças eram desde cedo inseridas pela aprendizagem dos modos, costumes e saberes próprios do mundo adulto. Os novatos espelhavam-se nos adultos, de cujo reino desejavam logo fazer parte. Nessas sociedades, o adulto impõe-se como modelo de vida e a ele estão relacionados os valores da experiência, da sabedoria, da autoridade, da tradição, da maturidade (MORIN, 2007). Os mundos das crianças e dos adultos estavam profundamente misturados e sua coexistência nos mesmos espaços e atividades era tida como natural.

Mas este estado de coisas começou a ser alterado progressivamente, passando a se impor a partir do final do século XVII na Europa. Segundo Ariès (1978: 11), duas instituições foram responsáveis por esta mudança: a escola e a família. “Foi a disseminação da escola que promoveu, de um lado, uma nova relação com a criança e, de outro, uma relação com a família” (SINGLY, 2007: 44).

Ariès (1978: 231) assinala que com a “extensão da frequência escolar” se dá “uma revolução profunda e lenta”. A escola deixou de ser um privilégio para poucos (clérigos) para se tornar “o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto” (ARIÈS, 1978: 231).

A transição da “família medieval à família moderna” se processa pela mediação de uma mudança em cujo centro está a relação com a criança: “A família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança” (ARIÈS, 1978: 225). Esse giro histórico vem das formas da educação. Antes, “toda a

educação se fazia através da aprendizagem”, cuja transmissão “de uma geração a outra era garantida pela participação familiar das crianças na vida dos adultos” (ARIÈS, 1978: 228 e 233, respectivamente). Vale destacar que neste contexto em que a transmissão da aprendizagem se dava diretamente de uma geração a outra, “não havia lugar para a escola” (ARIÈS, 1978: 229).

À medida que a família nuclear vai se impondo, produz-se um enfraquecimento na relação entre crianças e avós e, conseqüentemente, interrompe-se o laço social fundamental nas sociedades tradicionais que é a coexistência e convivência de três gerações diferentes – avós, pais e filhos. A presença dos avós era vista como vital para a transmissão do legado cultural de uma geração a outra. Num ambiente de grande efervescência como foi o surgimento do industrialismo, a família nuclear é “um grupo social muito flexível em situações em que uma grande parte da população, ou cada geração sucessiva, deve aprender novas formas de vida” (MEAD, 1980: 76). Em tais situações, mesmo quando os avós estão presentes, sua influência se reduz significativamente.

A escola, por sua vez, cria uma ideia particular de infância que demanda uma tomada de consciência da necessidade de “isolar a juventude do mundo sujo dos adultos para mantê-la na inocência primitiva, a um desejo de treiná-la para melhor resistir às tentações dos adultos” (ARIÈS, 1978: 231-2). Emerge a ideia de que a criança (frágil) deve ser protegida pela sociedade.

Por esse processo, lento mas irreversível de expansão da escolarização na modernidade, “a escola traz a criança para junto de sua família” e graças a ela a criança é como que novamente entregue à família (SINGLY, 2007: 46). Mas a família que recebe essa criança também se transforma. Os pais passam a estar mais próximos e atentos às crianças e ao seu mundo. “A substituição da aprendizagem pela escola exprime uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança” (ARIÈS, 1978: 232).

A escola coloca em comunicação e em convivência os adolescentes. Os pais passam a perder gradativamente o controle sobre a nova aprendizagem. Ao mesmo tempo, os adolescentes passam a se espelhar sempre mais nos seus pares e minando a influência exercida pelos pais (MEAD, 1980).

Ariès (1978: 11-2) insiste nessa transformação pela qual passa o estatuto familiar. No novo contexto social e cultural, a família passou a ser o lugar de uma “afeição

necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos”, papel que a família não tinha anteriormente. A afeição e o sentimento são uma novidade da família moderna, proporcionados pela educação escolar, aquele tempo de “reclusão” da criança, que já não mais se misturava com os adultos. Na medida em que a criança volta para a família, ela pode alimentar “sentimento existencial profundo entre pais e filhos” (ARIÈS, 1978: 231).

A construção social dos ciclos da vida, definindo o que são crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos, ganhou impulso forte nas sociedades modernas. A divisão escolar em séries e o prolongamento da permanência na escola foram reforçando a dimensão da infância como uma fase especial do ciclo de vida dos indivíduos.

Deve-se ressaltar que as idades da vida “não são um fenômeno puramente natural, mas social e histórico, datado, portanto, e inseparável do lento processo de constituição da modernidade, do ponto de vista do que ela implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e os comportamentos” (PERALVA, 1997: 15). Elas são uma construção de um determinado período histórico da cultura ocidental.

A juventude aparece como uma configuração própria da experiência moderna. Pode-se dizer que ela é uma “invenção” da modernidade. Parte da bibliografia existente sobre este tema estabelece uma relação entre classe social e surgimento da juventude como fato social na sociedade europeia. A “difusão dos novos mecanismos de ordenamento do mundo ocorre de cima para baixo, isto é, num movimento que vai da aristocracia e da burguesia em direção às classes populares, porque se vincula também aos processos históricos de construção da democracia” (PERALVA, 1997: 16). Ser jovem e poder usufruir das comodidades desta fase da vida “era uma prerrogativa dos filhos das classes superiores” (DAYRELL, 2005: 28). Estes podiam dedicar seu tempo aos estudos, ao passo que aos filhos das classes trabalhadoras restava somente o trabalho. Portanto, a prerrogativa de poder gozar da condição juvenil estava restrita a uma determinada classe social.

Os processos que concorrem para uma progressiva cristalização social das idades da vida são múltiplos e convergentes. De modo sucinto podemos arrolar quatro:

Primeiro, supõem transformações no âmbito da família, de modo especial da família burguesa, procedendo a uma maior “separação entre o espaço familiar e o mundo exterior, e uma redefinição do lugar da criança no interior da família” (PERALVA, 1997: 16). No contexto do mundo privado (ARENDRT, 2005), a criança

passa a receber cuidados especiais e é alvo de um projeto educativo na perspectiva de qualificá-la para o espaço que irá ocupar na sociedade adulta.

Segundo, implicam na “progressiva exclusão da criança do mundo do trabalho” (PERALVA, 1997: 17). Amadurece-se na sociedade industrial a ideia de que lugar de criança é na escola e que o trabalho é atributo dos adultos. A escolarização assume uma dupla função: a de “subtrair segmentos progressivamente mais amplos da população infantil às injunções do trabalho” e assim “retardando a entrada na idade adulta” (PERALVA, 1997: 17).

Terceiro, o Estado tem papel decisivo no processo de consolidação da escolarização das crianças das classes populares. “A escolarização avança contra o trabalho, contribuindo com sua lógica própria para a modulação social das idades da vida” (PERALVA, 1997: 17).

Quarto, a exigência de uma qualificação básica é requerida pela indústria moderna. Ela necessita de operários minimamente instruídos, capazes de assinar um contrato. Além disso, a escolarização contribui com a indústria na formação de um séquito de trabalhadores disciplinados e ordeiros. A conformação da sociedade industrial – preparação para o trabalho, o seu exercício, aposentadoria – contribui para a cristalização das idades (SENNETT, 1999). Pode-se, com justeza, dizer que a juventude nasce na sociedade moderna como um “tempo de preparação (uma segunda socialização¹¹) para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe” (ABRAMO, 2005: 41). E nesse contexto, a escolaridade passou a representar “uma etapa intrínseca da passagem para a maturidade” (NOVAES, 2007: 8).

Na sociedade do capitalismo industrial o tempo também sofre uma transformação e passa, em síntese, a ter duas características: primeiro, ele é medido por máquinas. O relógio é a máquina por excelência desse período. O tempo não é mais uma simples decorrência cíclica “natural” marcada por dias e noites, nascimento e morte. O tempo é doravante uma construção artificial de medição de quantidades (MELUCCI, 1997: 7). O tempo passa a ser marcado por um passado, presente e futuro. O novo tempo transcorre num mundo humano subjetivo em que as influências externas objetivas do mundo pouco interferem. O trabalho industrial, realizado em lugares fechados, realiza-se com

¹¹ A socialização corresponde a um processo de educação e interiorização de normas, valores da sociedade. Possibilita a inserção na vida social (BERGER; LUCKMANN, 1985: 184-195).

independência em relação às intempéries do tempo e das estações, ignorando-se os ciclos da natureza.

A segunda característica diz respeito à sua orientação finalista. O tempo é como uma flecha que aponta para frente, para o futuro, para o fim. A sociedade industrial é marcada por essa orientação para um fim: “progresso, revolução, riqueza das nações” (MELUCCI, 1997: 7; LECCARDI, 2005). Essa ideia de progresso é inerente ao capitalismo. A ela se associa a “promessa” de um futuro diferente, promissor. Em vista deste futuro se joga a vida presente. A promessa da ascensão social moveu gerações inteiras. Os adultos investiram todas as energias para que isso se tornasse uma realidade. Conseguiram contagiar seus filhos com este espírito de que o amanhã pode ser melhor que o hoje. Mais perto de nós, a escola passa a concentrar em si a realização dessa promessa. E efetivamente, as condições econômicas de crescimento e de expansão da economia e de relativa partilha das riquezas, foram favoráveis. Essa é, na essência, “o espírito do capitalismo” (WEBER, 1989; GORZ, 2003).

Nestas circunstâncias, a juventude é vista na sua condição de transitoriedade. Ser jovem não é ser, mas estar em um processo de vir-a-ser. O que importa é o futuro, a vida adulta, que é vista como a plenitude da existência humana. Ser adulto é a noção ideal (FORACCHI, 1981: 19) a que todo ser humano aspira. Em vista deste ideal, as fases anteriores são sempre “vistas na perspectiva de uma preparação” (DAYRELL, 2005: 29). Não são vistas como tendo um fim em si mesmas.

Importa perceber a estreita relação entre uma visão linear, finalista, da história e a “rigidez” (HARVEY, 1999) no estabelecimento e fixação das idades da vida, em que o longo prazo (SENNETT, 1999), a previsibilidade das trajetórias pessoais, constituem o horizonte imaginário e prático, pessoal e social, sobre o qual se trabalha.

3.2 A NOVA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL E A DESORGANIZAÇÃO DOS CICLOS DA VIDA

Muito provavelmente, essa organização dos ciclos da vida de maneira muito clara e lógica, tenha sido mais um esforço teórico de compreensão da realidade do que uma prática amplamente difundida em todos os estratos sociais. Como adverte Bourdieu (1983), essa divisão entre as idades pode ter servido a interesses ideológicos não

confessados, mas com o interesse de manter os jovens longe das responsabilidades dos adultos. As classificações por idade “acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter, em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983: 112). Partindo do pressuposto de que a juventude e a velhice não são “dados”, mas categorias “construídas socialmente”, Bourdieu (1983: 113) extrai as consequências decorrentes para dizer que a “idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” e que falar dos jovens como se fossem uma “unidade social” homogênea e com interesses comuns, constitui-se em uma “manipulação”.

Mas, importa destacar que a um período de cristalização das fases da vida se sucede outro, de desordenamento das faixas etárias (PERALVA, 1997: 20). A partir da metade do século XX, assiste-se a mudanças sócio-culturais e econômicas que aceleram o ritmo das transformações. “A incidência das transformações das relações de trabalho sobre a representação do ciclo da vida é naturalmente mais visível ali onde a ação sistemática do Estado mais fortemente contribuiu para institucionalizá-las” (PERALVA, 1997: 21). O trabalho sofreu modificações tais que influíram diretamente na sua distribuição ao longo da vida. O desemprego e a necessidade de menos trabalho social necessário para a produção das riquezas socialmente necessárias, constroem os jovens a entrarem “mais tardiamente no mercado de trabalho, enquanto os adultos saem mais cedo” (PERALVA, 1997: 21). Isso acontece num momento em que ocorre o prolongamento da esperança de vida e diminuem as oportunidades de trabalho para os mais jovens.

O desenvolvimento dos sistemas de aposentadoria contribuiu para uma delimitação mais clara dos ciclos de vida. No último quartel do século XX, no entanto, por conta das modificações em andamento, essa realidade começa a se esfumegar pelo fato de muitos aposentados voltarem à ativa. Por essas razões, processa-se atualmente “uma descronologização do ciclo de vida e sua des-estandardização” (PERALVA, 1997: 21).

Às mudanças econômicas e políticas somam-se outras, de cunho sócio-cultural. A uniformidade social e cultural se dilui numa pluralidade de formas culturais. Em relação à juventude, há a percepção de que sua compreensão como unidade social universal e homogênea não dá mais conta da riqueza multiforme que se esconde sob este guarda-chuva. O “quadro de crise interfere diretamente na forma como os jovens se constroem socialmente, elaborando modos distintos de ser jovem” (DAYRELL, 2005: 26). Aflora

uma diversidade de modos de ser jovem que vão levando em conta os diferentes estratos sociais. Por conta disso, há hoje uma tendência em se falar de “juventudes” (no plural), em vez de simplesmente juventude (no singular). Porque ser jovem rural, jovem de periferia, jovem de classe média, jovem participante de alguma filiação religiosa, etc., imprime traços que possibilitam experiências particulares e leituras diversas do mundo. É, com outras palavras, o que Mannheim (1982) chamava de “estratificação das experiências”.

O processo de des-organização dos ciclos de vida manifesta-se também, para os jovens, na experiência do tempo. Na virada de século experimentamos uma nova mudança na percepção do tempo. Um dos aspectos dessa mudança diz respeito ao mundo organizacional. O trabalho flexível repercute profundamente na problemática da constituição da identidade num mundo em rápidas e contínuas mudanças. De acordo com Sennett (1999: 24), nas atuais instituições modernas os relacionamentos duradouros, aqueles marcados pelo longo prazo, deixam de ser uma realidade experimentada por uma boa parcela dos trabalhadores. Em vez disso, hoje, o horizonte é o curto prazo, o imediato. As exigências de polivalência e flexibilidade, a duração cada vez menor e o vínculo cada vez mais tênue das relações de trabalho enfraquecem valores construídos num clima de relativa estabilidade e segurança e em condições de continuidade no tempo, tais como: confiança, lealdade e compromisso mútuo.

Em seu estudo, que se tornou referência, Sennett (1999) canoniza uma determinada organização do trabalho e valores que se constroem tendo como pano de fundo o longo prazo, mas cuja análise é tributária da sociedade industrial. Difunde-se uma trajetória vital linear – formação, exercício de uma profissão e aposentadoria – como se fosse uma realidade para a maioria dos trabalhadores. Desconfiamos do fato de que essa análise não ajuda a compreender a mudança em curso, ao mesmo tempo em que nega capacidade aos jovens de construir relações e valores que sejam construtores de identidade, compromisso e altruísmo. Mesmo assim, não se pode negar que essa tenha sido uma prática vigente e que teve seu valor.

Vivemos em um mundo menos uniforme, disciplinado e homogêneo. Em sociedades em que afloram os múltiplos sentidos, formas de expressão e de ser, e em que as individualidades se impõem com mais força “os tempos que nós experimentamos são muito diferentes uns dos outros e às vezes parecem até opostos”. Estabelece-se uma “clara separação entre tempos interiores” e “tempos exteriores”, ao mesmo tempo em que “a descontinuidade tornou-se uma experiência comum” (MELUCCI, 1997: 7).

A diferenciação do tempo produz alguns problemas novos. Aumenta a dificuldade em reduzir tempos diferentes à homogeneidade de uma medida geral; um tempo diferenciado é cada vez mais um tempo sem história, isto é, um tempo de muitas histórias relativamente independentes; e, por fim, revela seu caráter construído de produto cultural (MELUCCI, 1997: 8).

O tempo torna-se uma categoria social, um campo cultural e conflitivo no qual está em jogo o próprio significado da experiência temporal. Nesse contexto, a juventude, “por causa de suas condições culturais e biológicas, é o grupo social mais diretamente exposto a estes dilemas, o grupo que os torna visíveis para a sociedade como um todo” (MELUCCI, 1997: 8).

No contexto de mudanças econômicas (globalização, nova organização da produção e do trabalho), sociais (incertezas, valorização do curto prazo, consumismo) e culturais (nova percepção do tempo, imposição dos pluralismos como forma de viver), a juventude passa a ser vista sob outro prisma. O jovem transforma-se “de promessa de futuro que era, em modelo cultural do presente” (PERALVA, 1997: 23).

Ser jovem, hoje, não é mais simplesmente um tempo de passagem para a vida adulta. Portanto, uma fase transitória e que logo ficará para trás. Ao contrário, conforme mostram estudos de Guita Debert, a juventude coloca-se como a fase da vida por excelência. Ela está “associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico” (Apud PERALVA, 1997: 23). E ela está relacionada a uma promessa, a promessa da eterna juventude. Todos querem e aspiram a ser e permanecer jovens, mesmo quando já se encontram na fase adulta ou em idade mais avançada. Dá-se de certa maneira uma inversão: se antes o ideal de sociedade era ser “adulto”, agora este ideal de ser humano se deslocou para a fase juvenil da vida. Os atributos dos adultos e dos idosos são vistos como antiquados. “O essencial não é mais a experiência acumulada, mas a *adesão ao movimento*” (MORIN, 2007: 147).

Paralelamente, se dá o fenômeno que tem sido descrito como “juvenilização da sociedade” (IPEA, 2008: 12). Ganha importância e valorização tudo o que diz respeito a essa fase da vida que, de certa maneira, se inflaciona. Todos querem e buscam a juventude e todos os valores que se relacionam a este período. Todos os ideais de perfeição, antes relacionados à vida adulta, estão sendo transferidos à juventude. “Viramos jovens perenes”, destaca Kehl (2004: 93). Isso merece duas observações.

Primeira, a necessidade de distinguir entre juventude e jovialidade, ou seja, do jovem com o juvenil. Em uma sociedade que toma a juventude como modelo cultural, é

possível ser juvenil sem ser jovem. Entendemos, pois, aqui juventude como a fase da vida e juvenilização, como o processo em que todos os membros de uma sociedade, jovens e adultos, procuram assumir e vivenciar os valores relativos à juventude.

A segunda observação está relacionada a esta juvenilização da sociedade. Ela diz respeito à vacância da vaga do lugar de adulto em nossa sociedade (KEHL, 2004: 96). Refletindo em chave psicológica, e apontando as lacunas em termos de processo de amadurecimento, via espelhamento, a pesquisadora diz: “Quando os adultos se espelham em ideais *teen*, os adolescentes ficam sem parâmetros para pensar o futuro. Como ingressar no mundo adulto onde nenhum adulto quer viver? O que os espera, então?” (KEHL, 2004: 97). Ou ainda: “se todos são ‘jovens’, que referências de adultos restam ao jovem, com as quais se confrontar e perante as quais se afirmar?” (IPEA, 2008: 15). A velhice é expurgada para cada vez mais longe. Não há mais uma preparação para a senilidade, mas uma luta permanente para permanecer jovem em todos os aspectos da vida.

Também Morin (2007), em chave sociológica, aponta para este elemento em seus estudos sobre a juventude. “Há na cultura de massa uma zona central com o desaparecimento do tema dos pais” (MORIN, 2007: 151). Os pais perdem a sua autoridade e instaura-se um vácuo de poder, que pode ser interessante em se tendo presente que os pais foram desinvestidos da prática autoritária, mas com profundas consequências pessoais e sociais quando se pensa em termos de processo de amadurecimento em contextos sem limites de poder.¹²

Os mecanismos de constituição de mercados de consumo, culturais (MORIN, 2007) ou não, parecem ter papel preponderante nesta transformação cultural em andamento. Ao lado destes, mas não em oposição, estão os crescentes cuidados com o corpo. Há uma exaltação do corpo, das formas. Numa época em que a existência passa cada vez mais pelo ser visto, as formas “esculturais” do corpo assumem crescente importância e se impõem como modelo para toda a sociedade.

Melucci (1997) tem outra maneira de situar a juventude como modelo cultural, sempre em estreita relação com a mutação na percepção da questão do tempo. As decisões tomadas não têm necessariamente o caráter de serem irreversíveis, tomadas numa perspectiva linear de tempo. Esta nova perspectiva traz para dentro do próprio

¹² Nesse sentido, é ilustrativo o caso dos jovens da classe alta da cidade do Rio de Janeiro que espancaram uma doméstica acreditando tratar-se de uma prostituta. São jovens “obedientes às leis ditadas por uma sociedade que endeusa a falta de limites” (KEHL, 2007).

movimento da história a provisoriedade das decisões. Tomar decisões e revê-las logo mais adiante se constitui como fazendo parte da vontade humana.

A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais (MELUCCI, 1997: 13).

Isso pode representar uma libertação. O horizonte linear implicava um peso e uma rigidez. Não há margem para erro ou experimentação. No novo contexto, “a experiência é cada vez menos uma realidade transmitida e cada vez mais uma realidade construída com representações e relacionamentos: menos algo para se ‘ter’ e mais algo para se ‘fazer’” (MELUCCI, 1997: 9).

Valorizar o presente, pode ser visto como uma exigência da cultura juvenil, uma vez que na sociedade industrial “a história se apresentava como um desenho dirigido para um fim e o presente tinha somente o valor de um ponto instrumental de passagem”. Entretanto, com a transformação em andamento, “o presente assume um valor inestimável” (MELUCCI, 2001: 104).

A cultura juvenil exige, então, da sociedade o valor do presente como única condição de mudança; exige que aquilo que vale se afirme no aqui e no agora; reivindica o direito à provisoriedade, à reversibilidade das escolhas, à pluralidade e ao policentrismo das biografias individuais e das orientações coletivas (MELUCCI, 2001: 105).

Isto realmente parece ser uma realidade na vida dos jovens, pois tomam decisões que, por exemplo, não tem em vista a sua trajetória profissional. Ser mãe e deixar de ter um emprego; deixar de trabalhar para se dedicar por algum tempo aos estudos, mudar de emprego quando este não satisfaz, são apenas alguns exemplos. Eles têm maior facilidade de se adaptar às constantes mudanças que fazem e que são, ora imposições da realidade, ora escolhas pessoais ou familiares.

O *locus* das mudanças é puxado para o tempo presente, mais factível do que o futuro, o que pode representar uma força política e cultural de transformação. Por outro lado, na medida em que a sociedade não é capaz de oferecer referenciais, o perigo está em que a experiência pode correr o risco de se perder num presente ilimitado, com

pouca memória para o futuro. “A experiência se dissolve no imaginário” (MELUCCI, 1997: 10), mas a dureza da realidade pode produzir frustrações e falta de motivação.

Convém, portanto, conceber os fenômenos evolutivos presentes nas mudanças dos ciclos vitais como fatos que dizem respeito a cada momento da existência, fazendo das mudanças ou transformações uma característica estável da vida do indivíduo. Sob este prisma, há concomitantemente transformação e permanência (DAYRELL, 2005: 33). A juventude não é uma fase da vida e, portanto, passageira. Constitui, sim, um momento determinado da vida, “mas não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesmo” (DAYRELL, 2005, 34). Gradativamente, vai imprimindo um conteúdo próprio e positivo a essa fase da vida (MORIN, 2003).

O processo de des-linearização do tempo afeta a produção de identidade dos jovens. Na medida em que sua experiência é marcada mais e mais pela fragmentação, sua identidade é construída por um mosaico de pertencas, quer sejam uma pluralidade de redes e ou de grupos.

O passo da mudança, a pluralidade das participações, a abundância de possibilidades e mensagens oferecidas aos adolescentes contribuem todos para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída. A possibilidade de definir uma biografia contínua torna-se cada vez mais incerta (MELUCCI, 1997: 10).

Mas, os jovens sentem que a identidade deve deitar raízes no presente. O fato é que “a juventude contemporânea tem que encontrar novos caminhos para vivenciar a experiência fundamental dos limites” (MELUCCI, 1997: 11). E é desafiando a definição dominante do tempo que os jovens “anunciam para o resto da sociedade que outras dimensões da experiência humana são possíveis” (MELUCCI, 1997: 11). Isso é particularmente verdade em relação à escola e ao trabalho, como veremos no próximo capítulo. Estes entram, hoje, de maneira diferente na constituição da identidade e da socialização das novas gerações de jovens. Dada a ampliação do leque de ações doadoras de sentido, o trabalho e a escola, como elementos constitutivos da construção de identidades, perdem em importância para outros espaços da sociabilidade humana. Isso não quer dizer que essas duas instituições estejam votadas ao desaparecimento. Elas precisam compartilhar com outros espaços o que antes era majoritariamente tarefa sua. Esse é outro reflexo da grande transformação de que estamos falando desde o primeiro capítulo.

Como se vê, a quebra da cronologização das etapas da vida se dá de muitas maneiras, e diversos são os aspectos que contribuem para a sua consecução. De modo geral, os jovens de hoje enfrentam enormes dificuldades para ingressar num mercado de trabalho cada vez mais restrito e exigente, como vimos no primeiro capítulo. Por outro lado, o diploma escolar não é mais garantia de emprego (POCHMANN, 2002), o que faz muitos jovens retardarem o máximo possível a entrada no mundo do trabalho, estendendo a chamada “moratória social”. Além disso, nessas condições de dificuldades econômicas, muitos jovens preferem continuar a viver junto com seus pais. Entretanto, como veremos no próximo capítulo, entre os jovens das camadas mais pobres, esta tendência ainda é menos perceptível.

A realidade dos jovens pobres difere em parte na medida em que entram mais cedo no mercado de trabalho para ajudar a incrementar o orçamento familiar. A tendência é quando os jovens das classes média e alta começam a se mexer para entrar no mercado de trabalho, os jovens pobres já fizeram diversas incursões por esse mundo. Essas assimetrias, como chama a atenção Rocha (2008), contribuem para limitar as condições de possibilidade na hora de conseguir um emprego. Os empregos mais qualificados e melhor pagos dificilmente são acessados pelos jovens das periferias.

A maternidade, tradicionalmente um atributo das mulheres adultas, é uma realidade cada vez mais precoce, afetando muitas adolescentes. “As meninas do novo milênio estão virando mães cada vez mais cedo” (KEHL, 2004: 105). O fenômeno é complexo, mas revela outra faceta da mudança de ordem cultural e que contribui para embaralhar a tradicional visão sequencial das etapas da vida. “A maternidade volta a ter prestígio na geração pós-feminismo”, destaca Kehl (2004: 105).

Um estudo realizado com dados dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta para um “rejuvenescimento” da fecundidade no Brasil, isto é, em um período de queda na taxa de fertilidade geral, houve uma concentração de gravidezes de garotas entre 15 e 19 anos. Nessa faixa etária, os casos aumentaram quase quatro vezes desde a década de 1970. O estudo mostra que a maioria dos casos ocorreu na camada mais pobre. Para essas jovens, que vivem preponderantemente em situação marcada pela precariedade em todos os sentidos, ser mãe representa uma importante estratégia de conquista de autonomia em relação à família e uma forma de realização, constituindo-se mesmo em um projeto de vida (A GRAVIDEZ, 2008: 8).

A pergunta natural diante deste fenômeno é seguramente esta: “o que significa essa valorização da gravidez e da maternidade precoces como a fase áurea da vida, a ser

desfrutada com mais liberdade que a dos adultos e com a mesma irresponsabilidade da infância?” (KEHL, 2004: 107). Para Kehl, isso acontece porque essa geração fez da “família a última esperança, o signo vazio de um futuro melhor, numa era neoliberal em que todos os projetos coletivos de construção de futuro foram desqualificados diante da implacável ‘lógica do mercado’” (KEHL, 2004: 110).

Para Calazans (2005: 239), ao contrário, a gravidez e a maternidade na juventude não necessitam ser analisadas necessariamente numa perspectiva negativa. Segundo ela, elas podem muito bem “constituir-se em projetos de vida legítimos para os jovens”. Roberta, uma das jovens mães entrevistadas, conta que ainda que a gravidez não tenha sido planejada, foi uma coisa boa que aconteceu na sua vida: “Foi a melhor coisa que aconteceu. Mesmo não querendo, foi a melhor coisa”, conta. Em seguida conta as razões: “Porque mudou muito a minha vida. Ser mãe é uma coisa que não tem como explicar. É muito bom. É uma alegria imensa”, relata (LANGER, entrevista realizada em 26 de junho de 2009).

Ela, assim como outras, não tem uma visão linear da vida. Não vê que ser jovem, mãe e trabalhadora sejam realidades que se opõem. Pelo contrário, podem se completar e se retroalimentar. Além da realização pessoal que sente, há um outro aspecto que ela não contou: estando desempregada, o cuidado e a ocupação com a filha ajudam a ocupar o tempo.

Na perspectiva recursiva do tempo, a maternidade e a trajetória profissional também não se opõem. Para o tipo de emprego acessível a ela e às jovens de sua condição econômica e social, a maternidade não vem em prejuízo da profissão. Podem, momentaneamente, priorizar o cuidado dos filhos em vez de se dedicar ao trabalho. Tudo indica que a preparação profissional, nesta fase da vida, preocupa mais os jovens das classes mais abastadas, onde reina outra cultura e onde as exigências e a pressão social neste sentido são maiores. Sob este ponto de vista, as jovens das camadas mais pobres têm uma liberdade que as suas colegas de idade das classes sociais mais abastadas não conhecem. É possível que paguem esse preço de outra maneira, com a pobreza, por exemplo.

O fato é que nos encontramos em uma sociedade na qual as grandes instituições da sociedade industrial dão sinais de crise. Dizer que as crises fazem parte da autoconstituição da sociedade é uma obviedade, mas que necessita ser dita. Esta crise tem reflexos nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização, entre elas o trabalho. O conceito de crise não assume necessariamente uma conotação negativa. A

crise é um tempo de mutações e recomposições profundas que se processa tanto nas instituições tradicionais de socialização como nas relações sociais, onde se esgotam modelos anteriores e ainda não estão delineadas as novas. A crise não é o fim, mas a fase de gestação e de transição, pois “o fim de um mundo não é o fim do mundo” (TOURAINÉ, 2006: 11).

3.3 O DESAFIO DE SER JOVEM EM MEIO A UM TEMPO DE TRANSFORMAÇÕES

Vivemos em uma sociedade que está experimentando um novo momento da evolução cultural (MEAD, 1980). São mudanças que se deram quase simultaneamente e num período de tempo muito reduzido, com grandes impactos sobre toda a vida social. “As inovações introduzidas na tecnologia e na forma das instituições produzem inevitavelmente alterações no caráter cultural” (MEAD, 1980: 91), razão pela qual a presente geração de jovens é a que está melhor preparada para enfrentar os desafios deste novo mundo (REGUILLO CRUZ, 2006: 63). E de fato, como vimos no primeiro capítulo, eles têm uma relação “natural” com as novas tecnologias (ZENTNER, 2008: 326).

O que realmente é novo, como adverte Mead (1980: 117), é que “nesta cultura será o filho e não o pai nem os avós, que representará o porvir (...) É o filho quem deve converter-se no símbolo do que será a vida”. A referência não é mais o mundo adulto, mas o mundo juvenil. A juvenilização em curso, em que os adultos assumem as características culturais dos jovens, é a expressão mais evidente desta realidade. Os pais não constituem modelos de referência para os jovens (ZENTNER, 2008: 319). E, pela primeira vez na história, os pais aprenderão com os filhos e os filhos terão a sensação de que não há adultos dos quais se possa aprender os próximos passos a serem dados. Dá-se uma quebra nos modos de transmissão dos conhecimentos e valores de uma sociedade (REGUILLO CRUZ, 2006: 66).

O casamento entre as novas tecnologias informacionais e as culturas juvenis representa um salto de extrema importância visível na velocidade e na capacidade de processamento da informação hoje disponível. Os jovens têm a capacidade de integrar conhecimentos muito diferentes entre si para produzir novos significados, o que levou

a pesquisadora mexicana Reguillo Cruz (2006: 67) a usar a metáfora do “videoclip”. A linguagem juvenil não é mais de uma lógica narrativa linear com começo, meio e fim. No videoclip se condensam múltiplos discursos próprios da sociedade informacional: cinema, publicidade, música, imagem digitalizada, coreografia. É um texto cheio de hipertextos, para utilizar uma imagem do mundo computacional. Dizer que os jovens pensam em forma de videoclip “é uma forma de aludir aos modos condensados de representação e ação das culturas juvenis” (REGUILLO CRUZ, 2006: 67).

As novas tecnologias estão mais próximas do cotidiano dos jovens. Elas entraram e fazem parte da sua vida. Por isso, têm grande influência nas atividades e nos contatos sociais da juventude. Constituem, por isso, um elemento que age no desenvolvimento da identidade (ZENTNER, 2008: 327).

Essa “grande transformação” (POLANYI, 2000), não apenas sócio-econômica mas também cultural, implica uma mudança na maneira de o ser humano se sentir no mundo, e mais particularmente, como os jovens se situam neste mesmo mundo em transição. Resta nos debruçarmos, ainda que brevemente, sobre o entendimento do conceito de juventude que se tem hoje, bem como explicitar o recorte de juventude que aqui realizamos.

Já vimos que a juventude surge, na modernidade, como uma moratória social (ABRAMO, 2005), isto é, como aquele tempo de suspensão e de adiamento. Com outras palavras, constitui-se em uma “etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania” (NOVAES, 2007: 7). Ou seja, trata-se de um tempo socialmente legitimado para a dedicação exclusiva à formação em vista do exercício futuro das dimensões da cidadania.

Posto desta maneira, a moratória social esconde uma realidade marcada por fortes desigualdades sociais e universaliza aquilo que é na verdade um privilégio para certos jovens, que têm a possibilidade de retardar o momento de assumir de forma plena as responsabilidades próprias dos adultos. Entretanto, muitos jovens de classes sociais mais pobres, que são obrigados a trabalhar desde a infância ou a adolescência, muitas vezes abandonando a escola para contribuir com a renda familiar, estariam excluídos desta visão restritiva de juventude. A pergunta que surge é: os jovens que não podem estudar ou continuar seus estudos indo à universidade, nesse caso então não seriam considerados jovens? Esta concepção – de que jovem é aquele que estuda – levou toda

uma corrente da sociologia da juventude a restringir a noção de juventude a uma condição de classe (ABRAMO, 2005: 42), o que foi contestado e repensado.

Mario Margulis (1998) procede, a partir de estudos sobre a juventude sob o ponto de vista da sociologia da cultura, a uma ampliação do conceito de moratória social, capaz de incorporar a complexidade que encobre o conceito de juventude. Ao lado do conceito de moratória social, que ele mantém, introduz o de “moratória vital”, entendido como um “plus de tempo, um excedente temporal, que é consideravelmente maior que das gerações anteriores coexistentes” (MARGULIS; URRESTI, 1998: 10).

A emergência da multiplicidade de formas de ser jovem levou a uma tensão nos estudos sobre juventude, que ora se debruçaram mais sobre o “plano simbólico” (isto é, colocando o acento no aspecto da condição juvenil referida a uma fase da vida, a uma construção cultural), ora privilegiaram mais a posição dos jovens na estrutura socioeconômica (ABRAMO, 2005: 42).

Para resolver esta tensão, convencionou-se fazer uma distinção entre condição e situação juvenil. Entende-se por condição juvenil “o modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança abrangência social maior, referida a uma dimensão histórica geracional”. A situação, por sua vez, “revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.” (ABRAMO, 2005: 42).

Assumimos a ideia da “condição juvenil” por dar conta, a nosso ver, dessas duas dimensões compreensivas: da unidade e da multiplicidade de ser jovem hoje. Ela consegue incorporar o aspecto geracional e as dimensões sócio-culturais. A complexificação da realidade trouxe à tona também as múltiplas formas de ser jovem hoje. O conceito de condição juvenil impede de se ter uma visão monolítica e restrita de juventude, portanto também excludora, mas também evita a fragmentação sem fim.

As mudanças históricas analisadas anteriormente possibilitaram uma

extensão da juventude em vários sentidos: na duração desta etapa do ciclo de vida (...); na abrangência do fenômeno para vários setores sociais (...); nos elementos constitutivos da experiência juvenil e nos conteúdos da noção socialmente estabelecida. Estes últimos, ressaltam a vigência de uma multiplicidade de instâncias de socialização, não mais só a família e a escola; a importância dos campos do lazer e da cultura... (ABRAMO, 2005: 43).

Como consequência, o conteúdo tradicionalmente dado à moratória social sofre modificações. Ela tem hoje menos o sentido de suspensão, “espera”, adiamento, preparação para assumir as tarefas de adulto e “mais a noção de uma possibilidade de vivência e experimentação diferenciada” (ABRAMO, 2005: 69). Essa nova compreensão da moratória social valoriza mais a experiência como tendo sentido em si mesma e não mais condicionada e submetida ao futuro. Passa a ser entendida como

variados processos de inserção em várias dimensões da vida pessoal e social, como sexualidade, trabalho, participação cultural e política etc. A vivência da experiência juvenil passa a adquirir sentido em si mesma e não mais somente como preparação para a vida adulta (ABRAMO, 2005: 43).

Com outras palavras, a condição juvenil “é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes, hemisférios” (NOVAES, 2007: 7). Há o reconhecimento implícito da aceitação da condição juvenil como sendo válida para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes. A juventude é uma condição válida e que faz sentido. “Agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida” (ABRAMO, 2005: 44). Por essas razões, mais correto do que falar em juventude, no singular, é falar em juventudes, no plural. A expressão “juventudes” enfatiza que, a despeito de “constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens” (IPEA, 2008: 25).

A descronologização do percurso das idades se dá de maneira cada vez mais intensa. Por um lado, adolescentes e jovens adentram o mundo adulto quer seja pela maternidade, quer pelo trabalho, precoces. No outro extremo, verifica-se um adiamento da entrada no mundo adulto cada vez maior. Muitos jovens permanecem morando junto com os pais até idades mais avançadas e estudam até idades em alguns casos quase inadmissíveis. Mas, como lembra Abramo, é preciso não desviar o enfoque e reter dessas transformações “a importância de examinar as condições da vivência juvenil e não apenas os modos da passagem para a vida adulta, ou seja, (...) os processos que marcam a juventude como singularidade” (ABRAMO, 2005: 45).

Contudo, não se deve negligenciar o fato de que “é cada vez mais difícil definir modelos de transição para a vida adulta. As trajetórias tendem a ser individualizadas, conformando os mais diferentes percursos nessa passagem” (DAYRELL, 2007: 1113). Há, por conta da descronologização, um consenso de que hoje é mais fácil estabelecer o começo da juventude do que o seu término (MORIN, 2007; MARGULIS, 2004). O início, a entrada na adolescência, se dá por uma série de transformações que envolvem o corpo. O final deste período, no entanto, é marcado menos pela questão corporal e mais pela existencial. Mas, o “limite superior”, ou seja, aquele relativo ao fim da juventude “é ainda mais problemático, menos claro. A juventude tem um limite superior impreciso...” (MARGULIS, 2004: 308). Essa transição é marcada e dada por uma série de fatores que envolvem realidades objetivas e subjetivas de cada jovem. Para se adaptar a essa nova realidade, há em muitos países um esforço de revisar para cima o limite superior da juventude.

Há ainda um outro aspecto a ser referido, o que diz respeito à caracterização da condição juvenil. Historicamente, como vimos, a condição juvenil está relacionada à escola (NOVAES, 2007: 9). O normal, o comum do jovem é estar na escola ou na universidade. Sob esta perspectiva existe um paralelo entre escola e juventude. Entretanto, na realidade de muitos jovens, sobretudo os das classes mais populares, o trabalho também está presente, por vezes de maneira excludente, outras de maneira complementar. Para muitos jovens, o fato de trabalharem não é impeditivo para continuarem a estudar. Ou seja, trabalho e estudo não são necessariamente atividades excludentes (CARDOSO; SAMPAIO, 1994). Para muitos estudiosos da área da juventude, o trabalho também passa a fazer parte da condição juvenil, ou mesmo é sua condição. “Para grande parcela de jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo”, razão pela qual “o mundo do trabalho aparece como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil” (DAYRELL, 2007: 1109).

A condição juvenil permite que os jovens vivam preocupações que lhe são comuns. Confrontam-se com as mesmas grandes questões, ainda que, evidentemente, suas situações juvenis se diferenciem. Tendo isso presente, há características que afetam particularmente todos os jovens, razão pela qual se pode argumentar que fazem uma experiência “geracional” (MANNHEIM, 1982), não simplesmente por questões relativas à idade, mas também e, sobretudo, pelas experiências sociais e culturais similares.

O conceito mannheimeano de “geração”, apesar do seu acento biológico, mas ampliado em seu sentido, continua, para diversos estudiosos, dando conta de abarcar a realidade em questão. Os jovens são uma “geração” por enfrentarem especialmente três grandes desafios, quais sejam: o desemprego, a violência urbana e as transformações tecnológicas (NOVAES, 2005: 264). Eles já nascem num mundo mudado, em que muitos dos elementos de transformação descritos no segundo capítulo já são uma realidade dentro da qual foram inseridos ao nascerem. Portanto, não fizeram propriamente a experiência da mudança em si, do que foi o mundo antes de ter mudado. Há que se estar atento que esses desafios são enfrentados de maneira diferente pelos jovens, segundo a situação em que se encontram.

O desemprego é mais duramente sentido entre os jovens em nosso país. As pesquisas são unânimes em afirmar que o desemprego entre os jovens é sempre maior – para algumas pesquisas chega a ser o dobro – que em outras faixas de idade. As mudanças estruturais do capitalismo, impulsionadas pelas inovações tecnológicas e por novas estratégias organizacionais, reduzem os postos de trabalho, deslocam outros para outras regiões do mundo e forçam a uma precarização, em todos os sentidos, dos empregos restantes. Essa situação se torna especialmente perversa para os jovens, e mais ainda para os jovens pobres, pois são mais expostos às intempéries do desemprego ou do subemprego.

A violência juvenil é preocupante em nosso país e na nossa cidade. Por fazerem parte da faixa de “risco”, são alvo preferencial da violência por também se exporem mais a ela. Mas, de modo geral, são acoitados pelo medo de serem potenciais vítimas da violência. É verdade que o tema “risco” seja eminentemente juvenil. No entanto, não se pode incorrer no erro de reduzir os riscos à sua dimensão de violência física praticada por ou contra os jovens com o uso de armas.

Recentemente, a evasão escolar e a ociosidade (não frequentar a escola e não trabalhar) passaram a integrar os “riscos” que circundam os jovens, o que, pelas potenciais consequências em termos da qualificação e produtividade da força de trabalho, extrapola a ameaça de danos do nível meramente individual para o social (IPEA, 2008: 14-5).

Ainda é preciso se ater, ainda que rapidamente, sobre outro aspecto da juventude caracterizadora: as culturas juvenis. Constituem a melhor expressão do que sejam as transformações em curso.

As culturas juvenis parecem “adaptar-se” e interpretar o mundo contemporâneo com maior facilidade que os adultos socializados pelo discurso linear e contínuo da modernidade, treinados para a decodificação binária do mundo (homem/mulher, branco/negro, céu/inferno (REGUILLO CRUZ, 2006: 68).

Por meio das expressões (música, moda, esportes, corpo, penteados, gestos), valores (atitudes, condutas, filosofia comum, valores) e estrutura de relações (laços grupais) (ZENTNER, 2008: 320-1), os jovens apontam para aquilo que, na sua visão, é “normal” (BECK, 2002 191). Em um contexto cultural em que reina a juvenilização – isto é, a tendência de os adultos serem como os jovens –, estes, por sua vez, encontram nas culturas juvenis meios para se diferenciarem dos adultos.

São formas de expressão que agem primordialmente na esfera do consumo cultural. Entretanto, contrariamente ao que se possa imaginar, não se inserem apenas e unicamente como consumidores de produtos culturais no mercado de consumo. Recorrendo à dança, ao teatro, à poesia ou à música, organizam-se também como produtores culturais. O momento da produção “recria as possibilidades de entrada no circuito das trocas culturais para além da figura do espectador passivo que condiciona o modo dominante de mobilização dos recursos culturais da sociedade atual” (SPOSITO, 2000: 83).

Através da arte, os jovens disputam espaços na lógica da reprodução cultural. Estas práticas incidem sobre a própria “constituição de sujeitos que ampliam a sua esfera de autonomia, de reflexão e de interação com o mundo” (SPOSITO, 2000: 83).

A Mariana, jovem da nossa pesquisa, situa-se neste horizonte. Ela escolhe as músicas e ela mesma cria/inventa as coreografias mais adaptadas e condizentes com a sua realidade. Além disso, dias depois da entrevista ela gravaria o primeiro DVD com as músicas e coreografias dela. Estava numa euforia muito grande e contava que estava ultimando os ensaios com as crianças e que nada poderia dar errado, pois o rapaz que viria para fazer as filmagens não disporia de muito tempo. São, portanto, formas de produção acessíveis – no sentido de que chega até eles e também não necessitam de grandes aportes em termos de capital – aos mais pobres, graças à revolução tecnológica informacional. Além disso, é de se supor que quem faria as filmagens também seja oriundo deste meio social.

Concluindo, as reflexões feitas sobre as novas tecnologias e sobre a emergência do imaterial são importantes, neste contexto, pois uma análise da situação dos jovens

pobres não pode prescindir desta realidade que altera os padrões de sociabilidade e interação entre os sujeitos sociais, incluídos os jovens.

4 A ODISSEIA DE JOVENS POBRES

As expectativas e as atitudes com relação ao trabalho, ao emprego, à qualificação e ao desemprego são uma dimensão privilegiada para captar a crise e a transformação das referências culturais entre os jovens, nos últimos anos (BAJOIT; FRANSSEN, 1997: 76). O modelo cultural da sociedade industrial e ainda predominante caracteriza-se pela centralidade do trabalho.

Como lembra bem Karl Polanyi (2000), em sociedades anteriores e mesmo diferentes da nossa, seria estranho falar em centralidade do trabalho, uma vez que este estava subordinado a um conjunto mais amplo de relações. Uma “grande transformação” altera gradativamente este estado de coisas, transformação de tal monta que altera os alicerces sociais, culturais e econômicos das sociedades capitalistas industriais impregnados pelo “espírito do capitalismo” (WEBER, 1989; LANGER, 2004). A economia, de periférica que era, passa a ocupar o lugar de destaque nas sociedades modernas de mercado.

Em tal novo contexto, a sociedade passa a ser dirigida como se fosse um “acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000: 77). Mas, as mudanças não param por aí. Como diziam Marx e Engels (1999: 69), há uma “revolução” mais ampla em andamento, que afeta todas as relações: econômicas, sociais, culturais e com a natureza.

Esta revolução se aplica também à concepção e organização do trabalho. Uma análise em perspectiva histórica descobre que o trabalho nem sempre foi o que é hoje. O que nós nos acostumamos a chamar “‘trabalho’ é uma invenção da modernidade. A forma sob a qual o conhecemos e praticamos, aquilo que é o cerne da nossa existência, individual e social, foi uma invenção, mais tarde generalizada, do industrialismo” (GORZ, 2003: 21). A compreensão que dele temos e o lugar que lhe damos, são novos. Como vimos, ele ocupou outro lugar em outras sociedades¹³. Progressivamente, o “trabalho” passa a ser entendido como “emprego” (GORZ, 2003, 21).

¹³ Para ver como o trabalho era compreendido por e em outras sociedades, conferir: ARENDT, 1989; MÉDA, 1995: 30-59; POLANYI, 2000: 62-75.

Visto sob outra perspectiva, as transformações em curso concorrem para uma situação em que o trabalho torna-se um “fato social total”¹⁴, na medida em que ele estrutura “não somente a nossa relação com o mundo, mas também as nossas relações sociais. Ele é a nossa relação social fundamental” (MÉDA, 1995: 26).

Formulada a questão dessa maneira, permite visualizar duas questões entrelaçadas: 1ª) A compreensão do trabalho como emprego e a conseqüente desvalorização de todas as outras formas de trabalho e de sua organização, acabou por impor gradativamente uma visão monolítica de trabalho (SCHEHR, 1999). O emprego passou a ser sinônimo de trabalho, o que podemos observar nas falas dos jovens. A consequência mais direta é que “fora do trabalho não há salvação”. 2ª) Mas, em um contexto de encolhimento dos empregos, de exigências cada vez maiores em termos profissionais, de precarização – como vimos no segundo capítulo –, continuar a defender a centralidade do trabalho sem mais, pode ser, no mínimo problemático, dadas as conseqüências sociais e econômicas decorrentes desta visão. Como já alertava Arendt (1989: 13), “nada poderia ser pior” do que se deparar com “a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho”. Analisaremos isso na sequência. Num primeiro momento, iremos nos deter numa descrição das vivências de trabalho que os jovens já tiveram e como as encararam. Num segundo momento, iremos fazer algumas reflexões de cunho mais compreensivo e analítico.

4.1 VIVÊNCIAS DE TRABALHO

Para Luzia, a busca do primeiro emprego decorreu de uma decisão pessoal com vistas a um projeto de vida que ela estava construindo para si. “Eu queria trabalhar porque queria guardar dinheiro para fazer um curso”, conta (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009). O seu primeiro trabalho foi de babá, ocupação que manteve ao longo dos três anos em que cursou o ensino médio. Esse trabalho, feito para

¹⁴ “Os fatos que estudamos são todos, permitam-nos a expressão, fatos sociais *totais* ou, se quiserem – mas gostamos menos da palavra – gerais: isto é, eles põem em ação, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições (potlatch, clãs que se enfrentam, tribos que se visitam etc.) e, noutros casos, somente um número muito grande de instituições, em particular quando essas trocas e contratos dizem respeito sobretudo a indivíduos” (MAUSS, 2003: 309).

uma pessoa conhecida e da confiança da família, permitiu que, aos 16 anos, saísse de casa e conhecesse o entorno da cidade em que mora.

Sua meta era fazer um curso e, por conta disso, ia e voltava do trabalho a pé, sem que seu pai, muito autoritário, como vimos no primeiro capítulo, o soubesse, para poupar o dinheiro. Em seguida, arrumou um emprego em uma agência lotérica. Simultaneamente, começou a fazer um cursinho. Conta que trabalhava das 7h às 14h. Passava em casa “correndo para comer alguma coisa” e às 14h já saía para ir ao cursinho, para retornar à casa em torno da meia-noite ou mais tarde. E isso de segunda-feira até sábado. E para piorar ainda mais a situação, tinha curso no domingo de manhã. Prestou vestibular, mas não passou.

Depois desta experiência intensa, parou de estudar. Além do trabalho na lotérica, arrumou outro em um supermercado, onde trabalhava até às 21h30. Saía de um e, meia hora depois, já entrava em outro, até aos sábados. Restava apenas o domingo para o descanso e fazer os trabalhos de casa. Foi assim que, já casada, conseguiu ajudar o marido na construção da casa, no pagamento das prestações do terreno e nas outras coisas que iam adquirindo.

Em 2008, largou destes dois empregos e começou a trabalhar em dois outros, uma farmácia e uma panificadora. Uma na Fazenda Rio Grande e a outra no Capão Raso, em Curitiba. E continuava a chegar tarde em casa. Optou por sair da farmácia, porque pagava muito pouco. Algum tempo depois, a panificadora, que não estava bem financeiramente, fechou. E ficou desempregada.

Em algum momento da conversa ela se detém a descrever o trabalho na lotérica e as circunstâncias de sua saída. Dada a confiança que o patrão depositou nela, foi elevada a gerente da lotérica. Fala de como assumiu com responsabilidade esta função, sendo a primeira a chegar e a última a sair e de como lidava com o dinheiro, com suas colegas e com os clientes. E dos assaltos que sofreu. Apesar da sua honestidade, as circunstâncias de sua saída estão ligadas a fofocas e desconfianças. No final, conta aliviada e recompensada, os fatos lhe deram razão. E saiu de cabeça erguida.

Luzia relata que nunca recebeu nada a mais pelo trabalho que fazia. Tinha a nítida noção do quanto o dono da lotérica ganhava às suas custas e de suas colegas de trabalho. “Eu nunca tinha dinheiro. Por mais que eu soubesse de todos os lucros que ele tinha. Eu fazia uma parte da contabilidade. Por tudo o que eu sabia, eu falava, poxa, mas tá pouco. Tá pouco pelo que eu faço, tá pouco por tudo o que eu estou fazendo” (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009), contava inconformada. O

trabalho estressante, mas, sobretudo, a forma como saiu, fizeram com que mergulhasse em depressão.

O desemprego serviu para rever algumas coisas na sua vida e o lugar do trabalho nela. E conta como foi:

São minhas primeiras férias, porque eu nunca peguei férias. Sempre trabalhei, vendi minhas férias, trabalhava, sempre tinha uma coisa a mais para pagar. Ou era um IPTU que chegava, ou era outra coisa... sempre tinha alguma coisa a mais. Também meu marido não pegava férias. Então a gente ficou três anos trabalhando sempre, sabe. Então, este ano [2009], em janeiro, parei com tudo, cheguei em casa... dá um desespero saber que você não está trabalhando. Dá um desespero porque você fala “o que eu vou fazer? Com o que vou ocupar o meu tempo? O que eu vou fazer agora?” Aí cheguei, olhei para a minha casa, olhei para tudo, e falei, “meu Deus, trabalhei tanto para conseguir tudo isso e não estou aproveitando. Deixa eu olhar para o que eu tenho. Deixa eu olhar para o meu jardim, meus cachorros” (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009).

E sentiu que não adianta só trabalhar se esse mesmo trabalho não possibilita a fruição da vida.

Aí fiquei um tempinho em casa, pedi para ele [marido] pegar férias. Falei: vamos sair, fazer o que a gente não fez, tudo o que a gente trabalhou para conseguir tanta coisa. A gente nunca foi para a praia, shopping (ri). Daí a gente foi ao cinema, shopping, praia, almoçar fora no fim de semana, coisa que a gente não fazia, não dava tempo. Fui num baile, nunca tinha ido. Acredita que eu fui num baile pela primeira vez! (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009).

Em sua experiência, a Luzia desvela o lado paradoxal do trabalho, assim como está organizado: ele nega o que promete. O trabalhador fica tão envolvido e absorvido pelo trabalho, que resta pouco tempo e energia para usufruir das comodidades que ele propicia. Talvez, as férias sejam o melhor exemplo desta incompatibilidade.

A trajetória de trabalhos da Mariana desvela outros aspectos desta realidade do trabalho de jovens pobres. Ela conta que começou a trabalhar aos 15 anos. De dia fazia a entrega de panfletos na rua e à noite cuidava de uma criança. “A mãe dela trabalhava à noite”, justifica (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009). Os dois, trabalhos informais, portanto, sem registro em carteira.

E o primeiro emprego com carteira registrada lhe rendeu outra experiência. Na época, seu filho teve que passar por uma cirurgia. Teve que faltar alguns dias de

trabalho, mesmo justificados com atestados. Mesmo assim, a patroa não facilitou as coisas, e ela decidiu pedir demissão. “Daí falei: ‘entre o serviço e o meu filho, eu prefiro ficar com meu filho’. Falei que eu não ia mais, pedi para ela me dar a conta que eu não ia mais trabalhar porque queria cuidar do meu filho” (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009). E para cuidar melhor do filho, não pegou mais nenhum trabalho fixo.

As pequenas incursões no mundo do trabalho de Antonio foram de muita canseira para pouco retorno. Durante cerca de oito meses, ajudou a fazer “extensão de tomada”. “A gente começava às sete da manhã e ia até às sete da noite para fazer cem peças e ganhar 15 reais, dividido por dois. Era muito trabalho e deixava calo na mão. Às vezes parava uma hora da manhã para ganhar 10, 15 reais por pessoa. Daí parei”, relata (LANGER, entrevista realizada em 31 de outubro de 2009). Esporadicamente, conta Antonio, aparecia um outro serviço trazido por sua madrinha que trabalha em uma gráfica. Era mais fácil, menos cansativo e que rendia mais.

Esses relatos são como que fotografias deste (sub)mundo do trabalho a que esses jovens são relegados. Em alguns casos, se pode mesmo dizer que, dada a precariedade das condições em que exerceram algumas de suas atividades, “realmente nunca trabalharam” (SCHEHR, 1999: 215). São, em sua grande maioria, ocupações de baixa qualidade, com vínculos precários e de menor remuneração. Os trabalhos informais, geralmente de curta duração, têm o conveniente, segundo os jovens, de que “não suja” a carteira, nem “suja para eles”, como relata a Tina (LANGER, entrevista realizada em 21 de junho de 2009). Dependendo do que seja, é melhor que não conste na carteira, mesmo que, num segundo momento, o que não estiver ali falte como experiência necessária e atestada. Para Branco (2005: 130-1), esse tipo de atividades é preponderantemente relegado aos jovens.

Nos relatos sobre o trabalho é mais frequente falarem das vivências de exploração e desonestidades de que foram vítimas. Contam suas experiências de trabalho menos em termos de atividade produtiva ou de profissão (DAYRELL, 2005: 194). O que ressaltam mais do emprego não é propriamente a atividade ou o trabalho em si, mas a socialização que possibilitou – sair do mundo familiar e as amizades –, a remuneração e a autonomia.

Os jovens relatam circunstâncias em que foram demitidos – alguns casos porque o estabelecimento em que trabalhavam fechou. Não tiveram opção. Mas, considerando-se as premências econômicas desses jovens, seria de se imaginar que jamais fossem pedir

demissão. No entanto, não é isso que acontece. O ato de pedir demissão representa um gesto de não submissão total aos desmandos dos contratadores e de que há outras prioridades além do trabalho. É um naco de liberdade e de autonomia do qual não abrem mão.

As mudanças de toda ordem em andamento, que repercutem sobre a “descronologização das idades”, afetam os padrões da transição da juventude para a vida adulta. Biggart, Furlong e Cartmel (2008) definem essa transição em termos de transições lineares e não lineares. Para estes autores, a linearidade das transições consiste em uma “transição bastante lisa e simples na qual não há grandes brechas, nem divergências, nem mudança de papéis”. As transições não lineares, por sua vez, são aquelas que “implicam brechas, mudanças de direção e sequências de eventos pouco habituais” (BIGGART; FURLONG; CARTMEL, 2008: 56).

Partindo desta conceituação e considerando a realidade dos jovens pesquisados, constata-se que suas transições estão mais para não lineares. Suas trajetórias são marcadas por experiências de desemprego de grande extensão ou repetidas, de movimentos frequentes entre trabalhos. A maternidade, em alguns casos, representa uma mudança nessa trajetória. A trajetória da Luzia é, nesse sentido, bem ilustrativa da não linearidade. Depois de vários anos trabalhando, resolveu não trabalhar e se dedicar à preparação para concursos públicos.

Dos jovens, seria de se esperar que a educação estivesse entre suas prioridades. Há estímulos – e até coações – de todos os lados para isso (WYN, 2008: 44). Assim mesmo, vários deles optam por não estudar, como veremos no tópico seguinte neste capítulo, ao passo que outros prolongam extremamente este período. A maioria dos jovens fez algum curso na área de informática, o que persegue o objetivo de aumentar as chances de emprego e inclusive de mudar de área, o que os insere na tendência da não linearidade das trajetórias de vida.

Biggart, Furlong e Cartmel (2008) argumentam que houve uma tendência generalizada na pesquisa sobre juventude em “exagerar” os “processos de diversificação” das transições para a vida adulta. Entretanto, a partir de suas pesquisas, admitem que as transições não lineares são mais frequentes entre os jovens menos favorecidos, portanto, entre o público-alvo da nossa pesquisa.

Os jovens mantêm uma relativa liberdade em relação a se manter ou não em um determinado emprego. O mesmo vale quando se trata de aceitar ou não um novo emprego. Nota-se que quando estão em busca de um novo emprego, são tomados de

uma angústia bastante grande. Cada negativa, reenvia-os ao fim da fila e ao recomeço de uma nova tentativa. Esse vai-e-vem, que pode durar muitos meses, os impele a, em certas circunstâncias, aceitar o primeiro emprego que vem pela frente. Mas, na prática, engana-se quem pensa que eles não têm critérios – mesmo mínimos – para selecionar os seus empregos.

Os procedimentos utilizados para procurar emprego são basicamente dois: deixar o currículo diretamente nos departamentos comerciais ou indo às Agências do Trabalhador. No primeiro caso, selecionam o ramo em que desejam trabalhar e saem para deixar o seu currículo. “Procuro sempre falar ou com o gerente ou com o próprio dono da loja. Procuro conversar diretamente, porque deixar na mão de funcionários não é muito bom. Aí eu não sei o que fazem [com o currículo]”, conta a Roberta (LANGER, entrevista realizada em 26 de junho de 2009). O Antonio chega a exagerar: “Eu tenho currículo em cada uma das lojas que têm no centro” (LANGER, entrevista realizada em 31 de outubro de 2009).

Outros contam que vão às Agências do Trabalhador, postos presentes nas regionais da Prefeitura, onde o processo é informatizado e a procura se dá mediante um cartão que cada jovem cadastrado tem. Em havendo alguma vaga, o candidato é encaminhado à empresa, que tem cinco dias para dar um retorno. Neste período, o cartão fica bloqueado, após o qual a jornada, quando infrutífera, recomeça.

Em alguns casos, os jovens não aceitam o emprego oferecido devido à distância. Ter que sair muito cedo de casa para voltar muito tarde da noite, além de ter que percorrer grandes distâncias; não compensa na visão deles. Outra razão muito forte relatada por eles para não aceitar uma vaga é o critério domingo, aliado ao do salário. O Antonio conta que refugou dois empregos por essa razão.

Já tentei repositor [em um supermercado] e não aceitei porque é muito puxado, trabalha de segunda a domingo e são eles que escolhem os nossos feriados. Era para entrar no McDonalds, mas eu não quis para ter dois feriados no mês e ganhar muito pouco (LANGER, entrevista realizada em 31 de outubro de 2009).

A Paula também relata não abrir mão do domingo, a não ser que o salário compensasse essa restrição. “Tem panificadora que tem vaga. Só que não é uma coisa muito agradável para trabalhar. Trabalha de domingo a domingo”, conta (LANGER, entrevista realizada em 02 de novembro de 2009). Para ela, o domingo é importante não

apenas “para descansar”, mas também pelo encontro com as amigas e amigos, para desfrutar da vida.

O caso da Mariana também é sugestivo sob este ponto de vista. Ao largar o emprego para cuidar do filho começou a desenvolver um grupo de dança com crianças de sua comunidade. Fala com vibração desse seu envolvimento com o mundo artístico. Mas reconhece que a situação financeira está caótica, tanto assim que relata uma conversa que teria tido com o marido.

Se a gente não trabalhar, a gente não consegue viver bem. Na verdade não é nem viver bem, é poder sobreviver, porque praticamente estamos só sobrevivendo. Nesse dia estava conversando com meu marido: a gente não está fazendo nada. Praticamente a gente está só se mantendo, se mantendo até partir dessa. Porque a gente não tem como ir no cinema, fazer outras coisas. A gente está só sobrevivendo. Não tem uma curtidão, não tem um passeio, nada, porque a situação financeira... muito triste. Muito triste (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009).

Neste contexto, se tivesse que optar entre a dança, que ela gosta, e um emprego, que faria por necessidade, optaria pelo segundo, porque mesmo assim entrevê a possibilidade de conseguir conciliar as duas atividades. Caso contrário, conta ela, “eu ia ficar triste, mas eu largaria” (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009).

Entretanto, o caso mais emblemático é aquele apresentado pela Tina. Jogadora de futebol amador, fez disso o núcleo em torno do qual gira a sua vida. E fala dessa sua opção, que mistura profissão e paixão:

O futebol, eu vivo muito o futebol, eu gosto desde criancinha. Meu pai foi técnico de time de empresa. Então cresci no meio dos caras, vendo os caras jogar e me interessei. Hoje em dia é uma coisa que, se falar, “nossa eu vou tirar o futebol da tua vida”, é uma coisa que eu realmente ia sentir. Tanto é que emprego para mim, não é que eu seja chata para escolher emprego, mas é muito complicado pegar um horário e bater com os treinos, sabendo que eu ganho jogando futebol. Não é uma questão que eu vou por lazer, é uma profissão. Só que eu adoro (LANGER, entrevista realizada em 21 de junho de 2009).

Perguntada se tivesse que escolher entre o futebol e um emprego, o que escolheria, ela respondeu sem hesitar: “Olha, eu já falei muitas vezes: eu escolho o futebol. É minha paixão”, conta (LANGER, entrevista realizada em 21 de junho de 2009). Tina percebe o emprego como um limitador, razão pela qual ela não o quer, nem

o procura – ao menos neste momento da sua vida. A “profissão” de jogadora lhe auferiu um ganho de R\$ 50,00 por jogo. Há uma diferença entre a situação econômica dela e a de Mariana, por exemplo. Enquanto a Mariana é casada, o marido ganha salário mínimo e tem que cuidar de um filho, a Tina, mesmo que o que ela ganha não seja muito, tem uma situação familiar mais avantajada. O pai trabalha e tem um salário que permite, por vezes, ajudar a filha. Mas, de modo geral, deve-se reconhecer que os jovens pesquisados vivem em condições econômicas muito apertadas. Sabem fazer multiplicar o dinheiro em suas mãos.

Os casos da Tina e da Mariana são ainda ilustrativos de outra realidade. Ambas já experimentaram as agruras do mercado de trabalho, vivenciado na sua precariedade. E ambas também já experimentaram atividades (música e futebol) em que prevalece o prazer, o gozo, a criatividade. Surge um conflito entre o trabalho como necessidade e o trabalho como realização e expressão de si (DAYRELL, 2005: 212). Dadas as condições materiais em que vivem, não fica difícil imaginar para que lado o pêndulo irá pender, em caso de necessidade de optar. Até porque é difícil transformar a música em meio de sobrevivência, o que seria uma maneira de unir “o útil ao agradável”, o meio de ganhar a vida com o prazer de ganhar a vida. No entanto, o conflito está instalado e elas o escancaram.

Os jovens manifestam também as tensões entre o tempo do trabalho e a vida pessoal. O Carlos conta que o trabalho toma tempo demais, sobretudo para quem estuda e trabalha. E a relação com os amigos fica ressentida. Mas é a Luzia quem melhor expressa essa incompatibilidade. “Quando você está trabalhando, você não tem tempo para fazer outra coisa”, conta. Já deixou de fazer coisas por causa do trabalho. Em seguida, arremata: “Quando você está trabalhando, você também se isola” (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009). Ou seja, a socialização proporcionada pelo trabalho, também é limitada e limitadora. Por outro lado, inexitem nas conversas referências a como melhor conciliar estas duas esferas da vida, mediante, por exemplo, a redução da jornada de trabalho. Talvez porque a modulação entre trabalho e não trabalho a que são constantemente imergidos, surja para suprir esta lacuna.

Quando o assunto é dificuldades para conseguir um emprego, o coro é uníssono: “falta de experiência”. São unânimes em alegar o quesito experiência como a principal razão por não encontrarem uma colocação no mercado de trabalho. Em termos gerais, admitem que não há falta de empregos, mas que são difíceis de serem conseguidos em decorrência de serem principiantes. No próximo tópico analisaremos esta temática sob o

ponto de vista da qualificação e do novo discurso ideológico construído que individualiza as razões do desemprego no mundo e no Brasil.

Não se pode, evidentemente, negar a problemática da qualificação sob o ponto de vista de uma política estratégica de país a médio e longo prazo. O que os jovens têm dificuldade de perceber é que houve, com a revolução tecnológica em andamento e as políticas neoliberais implementadas em todas as partes do mundo, um enxugamento dos empregos. Com esse déficit de vagas, são justamente as duas pontas em termos etários os grupos mais afetados, ou seja, os jovens e os maiores de 45 anos. E a colocação no mercado de jovens pobres fica ainda mais difícil. Um dos jovens, é verdade, fez menção às dificuldades de conseguir um emprego decorrente da enorme concorrência por uma vaga, como veremos mais adiante. Percebe-se que assimilaram e reproduzem o discurso dominante de que o que falta não são postos de trabalho, mas qualificação para acessá-los.

Esta não compreensão dos mecanismos do mercado leva-os a postularem a sua trajetória a partir das categorias dicotômicas da “sorte/azar” (DAYRELL, 2005: 194). A Paula conta que não é por falta de correr atrás que não está conseguindo. “Fui atrás, fiz um monte de entrevista. Mas, não sei, não levo sorte na entrevista”, se resigna, como se o gargalo estivesse na entrevista em si. “Não estou tendo sorte”, enfatiza mais adiante. Assim mesmo não se entrega: “Mas um dia aparece alguma coisa” (LANGER, entrevista realizada em 02 de novembro de 2009). Na sua percepção, o mercado de trabalho é um jogo de azar, onde ora se ganha, ora se perde; de modo geral se perde. Ao mesmo tempo, o jogador obstinado não desiste nunca de jogar. Por outro lado, impessoaliza os critérios de seleção e não se dá conta de que, se para ela, a Paula, é uma questão de sorte, para quem está do outro lado não se trata em momento algum de sorte ou azar, mas de seleção, com critérios pré-estabelecidos.

A experiência do desemprego feita por esses jovens é angustiante. Na linha de Schnapper (1994), interessa-nos analisar não tanto as características dos desempregados, mas as experiências vividas pelos jovens pobres. Entendemos por desemprego “a privação involuntária e provisória do emprego” (SCHNAPPER, 1994: 41).

É possível perceber modulações na intensidade com que essa realidade é vivida. Para alguns, ela é vivida com certa dramaticidade, como conta o Carlos:

Ah, eu me sinto meio mal. É difícil na minha idade não querer trabalhar. Você tem os teus amigos trabalhando, tem seu próprio dinheiro e eu correndo atrás e não consigo. Nossa, eu gostaria de estar trabalhando. Não vejo a hora de conseguir um emprego (LANGER, entrevista realizada em 17 de junho de 2009).

A Roberta expressa assim a sua situação: “Tenho medo de ficar desempregada muito tempo, de ficar dependendo sempre do marido. É horrível, tanto para mim, como para ele” (LANGER, entrevista realizada em 26 de junho de 2009). Ela é muito ciosa da autonomia que conquistou ao longo da vida. O Antonio, por sua vez, explicita outro aspecto do desemprego, o sentimento de inutilidade:

A gente se sente meio inútil. É uma palavra meio forte, mas querendo ou não a gente acaba se sentindo inútil, porque a gente está em casa, não tem serviço, não está fazendo nada. Você vê seu irmão que é mais novo que você trabalhando, ganhando um salário, ajudando a família, e você em casa, tentando achar serviço... Para começar, eu não fiz o que meus pais queriam, que era fazer faculdade, ainda mais não conseguindo serviço, a gente acaba se culpando (LANGER, entrevista realizada em 31 de outubro de 2009).

Ao falarem do desemprego, esses jovens elucidam outros elementos tributados ao trabalho. Em primeiro lugar, o emprego, na sua idade, possibilita algum dinheiro “para garantir o consumo e o lazer, viabilizando sua condição juvenil e maior autonomia em relação à família” (DAYRELL, 2005: 230). Para as jovens casadas, trata-se de não ser um peso para o companheiro. Depender do marido para todos os consumos soa como uma humilhação, que querem evitar a todo custo. Claro que sem esquecer que a renda que elas não obtêm falta para fechar o mês.

O sentimento de inutilidade está presente nos seus relatos. Isso porque, como afirma Rifkin (1995: 215), “o emprego é muito mais do que uma medida de renda: para muitos é a medida essencial de automercimento. Estar desempregado é sentir-se improdutivo e cada vez mais imprestável”.

O caso do Antonio vem ainda com outro ingrediente que agrava essa situação: a de que não aceitou a proposta feita por seus pais de ingressar na Universidade e fazer uma faculdade. Negou-se a seguir o destino que seus pais queriam traçar para ele, não por pura birra, mas porque tem claro o que quer e o que não quer para si.

Meus pais não engoliram o fato de eu não querer fazer faculdade. O sonho da minha mãe era fazer medicina. Meu me quer ver fazendo mecatrônica. Falei para eles, ‘pai, mãe, não vou fazer aquilo que eu

não quero'. Porque a pior coisa do mundo é trabalhar naquilo que você não gosta. É horrível. Eu quero fazer hardware (LANGER, entrevista realizada em 31 de outubro de 2009).

A decisão pessoal pesa ainda mais quando os próprios pais cobram para que tenha um emprego. Diante da responsabilidade de ter contrariado seus pais e não conseguir um emprego, acaba por se sentir culpado por essa situação. Oscila, psicologicamente, entre ser adulto, tomar suas decisões e arcar com elas, e a imaturidade ainda própria do jovem que mora nele, para lidar com essas questões.

Aliás, as pressões de diversos tipos que recebem não são sempre impessoais e genéricas, como vindas do “sistema”. Têm rosto, são figuras conhecidas e estão espacialmente próximas, encarnando-se nos pais, em outros familiares e nos amigos. Não raramente, passa a ser uma autocobrança, o que reforça ainda mais o sentimento de culpa e de inutilidade que sentem, produzindo angústias.

No senso comum, essas cobranças se expressam na consagrada fórmula de que “só não trabalha quem não quer” (ZALUAR, 2000: 146 e 88), reproduzida por muitos pais, nascidos e vividos em outra época e que têm dificuldades para compreender como seus filhos podem estar desempregados.

A intensidade com que o desemprego é vivido é proporcional ao desejo ou à necessidade de entrar no mercado de trabalho. Quanto mais se busca, mais o sentimento do desemprego é sentido. Schnapper (1994) denomina este tipo de desemprego de “total”, caracterizado pela humilhação, o tédio e a dessocialização e que designa a experiência do desemprego vivida como um tempo vazio, sem atividade de substituição e com o sentimento de sua própria inutilidade. Na ausência do trabalho, todo o resto também deixa de existir e de fazer sentido (SCHEHR, 1999: 229-247). É como se tudo parasse e a vida recobrasse sentido novamente só após o próximo emprego. “O desemprego constitui uma provação, uma experiência traumatizante para a maioria da população” (SCHNAPPER, 1994: 65), mas especificamente para os jovens.

Entretanto, nem todos os jovens encaram o “não-trabalho”¹⁵ desta maneira. No caso da Luzia, o não retorno ao mercado de trabalho está sendo protelado conscientemente. Em seu lugar, não o vazio, a inatividade, mas um objetivo pessoal:

¹⁵ Falta uma palavra melhor para expressar o conjunto de atividades sem fins lucrativos que não são “emprego” no sentido estrito da palavra, noção em relação ao qual todo o resto é falta, ausência, sem sentido, de menor importância. A própria palavra “desemprego” aponta para ausência, carência (SCHEHR, 1999).

preparar-se para concursos públicos. Implica em uma escolha em que se destina o tempo para atividades pessoais.

A Mariana também acabou investindo em outras atividades assim que decidiu sair do emprego. Começou um grupo de dança para crianças. Canaliza tempo e energia para essa atividade, que a impede de sentir tédio e solidão. Pelo contrário, essa atividade abre outras possibilidades de socialização e de reconhecimento não possíveis pelas experiências de trabalho que já teve. A noção do tempo experimentada desta maneira é diametralmente oposta àquela dos desempregados, como veremos na última seção deste capítulo. Como ela mesma conta, seu dia e semana são sempre curtos, dada a ocupação que tem. O emprego não lhe faz falta para ocupar o tempo.

Entre as jovens mulheres, a tendência de preencher o tempo e de apostar em atividades sem fins econômicos, mas sociais, parece ser maior. Revelam maior facilidade para se ocuparem com outras atividades que não sejam exclusivamente o trabalho. Têm uma vida social ativa maior. Na experiência destas mulheres se pode entrever o que fala Gorz (2004: 86): “As relações sociais, os laços de cooperação, o sentido de cada vida serão produzidos principalmente por essas atividades que não valorizam o capital. O tempo de trabalho deixará de ser o tempo social dominante”. O tempo do sentido encontra-se nessas atividades feitas com prazer. Ao mesmo tempo, “o presente não é dependente de um hipotético retorno ao mercado de trabalho” (SCHEHR, 1999: 241).

Mas, como valorizam e avaliam essas atividades que não são remuneradas? Primeiramente, os pequenos trabalhos da casa são uma presença na vida destes jovens desde pequeno. Na medida em que podem, são solicitados também a auxiliarem em pequenos trabalhos externos, como ir ao banco, pagar contas, fazer compras... Crescem aprendendo as atividades mais básicas da casa. Alguns, inclusive rapazes, aprendem a cozinhar para si e seus irmãos menores, no caso de os pais trabalharem.

Quando o assunto é se os homens devem ajudar nos trabalhos da casa, as mulheres são as mais entusiastas. Reclamam uma partilha das tarefas relativas à casa, uma vez que também trabalham fora. Da parte dos jovens homens, ninguém se manifestou contrário, mas se percebe que ainda não é um assunto bem digerido. Apela ao fato de que não têm preconceito em relação a isso, de que não são machistas, de que passou o tempo em que o homem chega em casa e vê a mulher “ralando” sem ajudar. Nas entrelinhas, porém, o discurso ainda é mais avançado do que a prática.

As jovens mulheres têm maior facilidade para reconhecer que os afazeres da casa são trabalho. Diversas atividades, como cozinhar, cuidar de criança, limpar a casa não é considerado trabalho por vários dos jovens homens. Entendem que essas atividades não são trabalho, mas “obrigação”, algo que tem que ser realizado. Recuperam as características do “labor”. Entre os gregos, o labor está relacionado às atividades necessárias para manter a vida biológica e por isso combina necessidade e futilidade. O labor era feito no espaço privado, na casa, e gozava de baixa reputação entre os gregos, razão pela qual era relegado preferentemente às mulheres e aos escravos (ARENDR, 1989). Ainda há muito dessa visão presente entre os jovens homens. Ao mesmo tempo, o termo “obrigação” denota que é uma obrigação moral, no caso de cuidar dos filhos, por parte do homem.

Entretanto, entre o trabalho doméstico e o emprego, as próprias mulheres coincidem em atribuir maior importância ao segundo, mesmo reconhecendo que o trabalho de casa é necessário. Segundo a Paula,

Tudo é trabalho. Ficar em casa é trabalho, trabalhar fora também. Trabalhando fora, além do dinheiro, você tem uma experiência. Dentro de casa não. Minha avó fica em casa, mas ela está trabalhando direto. Isso também é um trabalho. Só que ela não vai ganhar o dinheiro dela (LANGER, entrevista realizada em 02 de novembro de 2009).

Relacionam ao trabalho fora de casa a remuneração, autonomia, experiência profissional, utilidade, direitos e segurança. Características que serão identificadas com a noção de emprego. Gorz (2003: 21; cf. também GORZ, 1991: 112s) define-o da seguinte maneira:

A característica mais importante desse trabalho – aquele que “temos”, “procuramos”, “oferecemos” – é ser uma atividade que se realiza na esfera *pública*, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho *remunerado* (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma “profissão”), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres.

Os jovens, evidentemente e com razão, querem participar desta conquista da sociedade. O fato é que as novas realidades do mundo do trabalho desorganizam e

embaralham as fronteiras do emprego. E acabam, por vezes, modificando o próprio sentido do trabalho. A precariedade da maioria dos empregos a que têm acesso e em condições em que o trabalho não é mais espaço de construção de referências positivas e em que a dimensão expressiva do trabalho tende a ser inexpressiva, procuram por sua dimensão instrumental (BAJOIT; FRANSSEN, 1997: 81), uma vez que em grande parte já não consegue mais oferecer o lado de expressão, de realização de si.

Como conclusão deste tópico se pode dizer o seguinte: os jovens não manifestam uma repulsa *tout court* ao trabalho. O que recusam “é menos o trabalho do que um tipo de emprego descontínuo e literalmente insignificante” (CASTEL, 1998: 529). Não é que não queiram trabalhar, mas querem um trabalho que não lhes roube a vida e que faça sentido. Almejam que tenha as características das outras coisas boas da vida. Que seja prazeroso, gostoso e cheio de sentido. Um trabalho que permita viver com dignidade. Em síntese, proclamam na surdina dos seus atos que a vida não é só trabalho.

A tendência é que os jovens busquem empregos que lhes permitam estabelecer um equilíbrio entre trabalho e vida privada (WILKINSON, 2002: 103; WYN, 2008: 43).

4.2 QUALIFICAÇÃO – ENTRE AS EXIGÊNCIAS DO MERCADO E O DESEMPREGO

A década de 1990 foi, no Brasil e no contexto de implementação de políticas neoliberais, considerada como a “década dos mitos”. Os mitos do esvaziamento do papel do Estado, da abertura comercial e da internacionalização da economia brasileira, do elevado custo do trabalho no Brasil, da desresponsabilização do Estado para com o rendimento dos trabalhadores de salário de base, entre outros, foram criados em defesa do crescimento econômico, da elevação no nível de ocupação, da distribuição da renda, da competitividade do país... Tais mitos, no entanto, acobertaram outra realidade: a expansão em massa do desemprego – que afeta mais fortemente os jovens –, a instabilidade no trabalho e sua progressiva e ininterrupta precarização, a introdução de contratos mínimos, conhecidos também como “reforma branca” e o dismantelamento da proteção social (POCHMANN, 2001).

Uma das teses referia-se à formação do trabalhador brasileiro. A tecla em que o discurso neoliberal batia insistentemente afirmava que havia desemprego no Brasil dado

o desnível entre as exigências do mercado de trabalho e o estado em que se encontrava o trabalhador nacional. Esse era, portanto, um dos problemas cruciais a ser enfrentado para a superação do estado de atraso e de inanição em que o país se encontrava.

Para o discurso dominante, o desemprego é atribuído, não mais à insuficiência de postos de trabalho, mas à inadequação do trabalhador às novas exigências do mercado de trabalho. Difunde-se assim a ideia de que o fenômeno do desemprego em massa “é consequência da desqualificação técnica do trabalhador” (BAPTISTA, 2004: 132).

Os jovens entrevistados sabem, em termos gerais, da importância da qualificação para conseguir um emprego e reconhecem que as exigências em termos de maior escolaridade são cada vez maiores. Como diz o Carlos, “se não tiver nenhuma qualificação, sem chances” (LANGER, entrevista realizada em 17 de junho de 2009). Na mesma linha de raciocínio segue Tina: “Eu sei que se precisar de um currículo, eu sei que o segundo grau completo seria mais chamativo para o dono da loja, do que elas [as suas amigas] sem o segundo grau completo” (LANGER, entrevista realizada em 21 de junho de 2009). Ter ao menos o ensino médio completo representa alguma chance a mais na hora de procurar algum emprego. Também para Roberta está claro que a qualificação é “muito, muito importante”. E emenda: “Até mesmo para quem tem, está difícil” (LANGER, entrevista realizada em 26 de junho de 2009).

Carlos situa-se minimamente no contexto das mudanças em curso ao nível das empresas e que repercutem sobre as exigências em termos de maior qualificação profissional. Perguntado sobre as razões pelas quais acha tão difícil conseguir um emprego hoje, reflete:

Eu acho que é difícil mais por causa da qualificação. Porque eles, todo dia tão tendo uma mudança, todo dia estão exigindo mais e mais. Antes era um cursinho básico de informática. Hoje, já querem um curso técnico na área. Daqui a pouco, um curso de língua e aí vai indo, vai indo. Acho que isso dificulta um pouco para quem não tem recurso. Dificulta um pouco o emprego. Tá difícil porque cada dia tão querendo mais e mais, e assim fica... por isso acho que tem muita gente desempregada (LANGER, entrevista realizada em 17 de junho de 2009).

Relacionam as dificuldades de conseguir emprego à competição existente no mercado de trabalho. Presenciam-na em cada processo de seleção mal-sucedido. E, como analisam Boltanski e Chiapello (1999), cada não seleção acaba por piorar ainda mais as chances de obter um emprego. Esse processo revela-se, de certa forma,

duplamente excludor: a exclusão que se dá pontualmente em cada não seleção, mas que vai, ao mesmo tempo, diminuindo as condições de seletividade no geral, dadas as exigências cada vez maiores que se verificam hoje. Com cada não seleção, como que retorna ao final da fila. “A competição é grande” (LANGER, entrevista realizada em 26 de junho de 2009), sintetiza a Luzia, como que se resignando. Mas é novamente Carlos quem dá mais detalhes destas dificuldades:

Nas entrevistas sempre tem muita gente, sabe, muita gente concorrendo. E teste em cima de teste, três, quatro fases de teste. Chega lá para uma vaga, entendeu. Uma vez fiz um teste numa antiga empresa em que minha mãe trabalhava para trabalhar na área de tráfego de motorista, na área operacional. Para uma vaga tinha 25, 30 pessoas concorrendo. É complicado, e três fases ainda, teste físico, psicológico, escrito. Por mais que o cara pode ir superbem, mas entrar lá a pessoa não vai conseguir (LANGER, entrevista realizada em 17 de junho de 2009).

Há outros jovens entrevistados que relacionam as dificuldades em conseguir um emprego também à experiência. Essa é uma realidade muito sentida por Mariana, que completou o ensino fundamental:

Com mais estudo não vai garantir porque o que eles mais exigem é o estudo, mas o que eles mais querem é experiência. Como alguém que está com a carteira de trabalho branca vai ter experiência? Isso não é justo que eles não dão uma chance para as pessoas. Até para limpar uma casa, coisa que toda mulher sabe, eles pedem experiência. Assim não tem condições (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009).

Esse depoimento indignado revela um outro aspecto da problemática da qualificação. Todos os trabalhos de Mariana foram de baixa qualificação e precários – babá, dama de companhia, entrega de panfletos. Neste meio, a exigência por escolarização parece ficar em segundo plano em relação à experiência. Quando insistimos na importância da qualificação, ela reforçou ainda mais este aspecto: “Ajuda um pouco, mas mesmo assim é difícil. O que eles querem ver é o que tem na carteira, um bom tempo já trabalhado. É muito difícil” (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009).

Uma parte da literatura corrobora a interpretação de Mariana sobre a importância da experiência como fator explicativo das dificuldades de se inserir no mercado de trabalho.

Postergar a entrada no mercado de trabalho também tem custos. Sabe-se que, para os jovens, ter alguma experiência de trabalho é mais importante que a escolaridade. De fato, há evidências empíricas que, para os indivíduos de 15 a 24 anos, o mercado de trabalho valoriza mais a experiência que a escolaridade e que um ano a mais de experiência aumenta em 20% a probabilidade de o jovem estar ocupado, enquanto um ano a mais de escolaridade aumenta essa probabilidade em apenas 1% (ROCHA, 2008: 540).

Essa realidade impacta o interesse dos jovens pela escolarização, vista como importante para a vida e uma melhor inserção no mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo desprestigiada e desmistificada, como veremos mais adiante neste mesmo tópico. Mas, no momento interessa destacar que a escolarização, tão valorizada e prestigiada em outros segmentos sociais, é vista por esses jovens – nem todos, evidentemente, manifestaram a mesma reação – como menos importante do que a experiência. Ainda que isso possa ser, em outra perspectiva, parte mais do problema do que da solução. Pois, “embora indivíduos que já trabalham possam compensar, em parte, a baixa escolaridade com a experiência, é bem mais difícil a inserção inicial no mercado de trabalho de um jovem pouco escolarizado” (ROCHA, 2008: 541). Porque, deve-se admitir, num contexto de acelerado progresso tecnológico, de novas exigências do mercado de trabalho em termos de capacitação progressivamente relacionadas ao conhecimento, como vimos no primeiro capítulo, “a baixa escolaridade significa uma desvantagem relativa para os jovens no mercado de trabalho, o que pode ser visto sob dois ângulos distintos: o da condição na atividade e na ocupação e o do rendimento” (ROCHA, 2008: 544).

Um dos artifícios do discurso ideológico dominante é atribuir toda a responsabilidade pelo desemprego aos indivíduos. Assim, cada trabalhador concernido deve arcar com duas cargas: primeiro, a de saber que é responsável por sua inclusão/exclusão no mercado; segundo, a de que deve carregar sozinho esse peso. Há, em tal processo, uma desresponsabilização das instâncias públicas ou da sociedade. No máximo, há programas – públicos ou privados – que procuram dar conta da capacitação desses trabalhadores, o que, em certos casos, também se tornou um verdadeiro “negócio”.

O drama do desemprego envolve os jovens numa teia difícil de sair e para o qual não encontram justificativas estruturais. Nesse caso, acabam por atribuir a si mesmos a

culpa por não estarem inseridos no mercado de trabalho. O relato de Carlos expressa bem o drama vivido por eles:

Não sei dizer muito bem essa parte. Porque, nossa, eu gostaria de estar trabalhando. Não vejo a hora de conseguir um emprego. Por que eu não pego? Será porque eu não estou bem qualificado, será que é isso, porque curso, tô com um curso de um ano e seis meses de administrativo em informática. Fiz esse curso profissionalizante do SENAI, que é um curso do qual estou gostando muito. Então, não sei por que eles não estão me chamando. Será que é por causa da idade? Da pouca experiência que eu tenho, não sei. Eu às vezes penso que é por causa da pouca experiência (LANGER, entrevista realizada em 17 de junho de 2009).

Chama a atenção o fato de que não conseguem ter uma compreensão mais profunda e estrutural do desemprego, razões analisadas no primeiro capítulo. Ao mesmo tempo, a fala do Carlos é interessante por outro motivo. Ao longo de toda a conversa ele tinha uma clareza e uma firmeza em relação a tudo o que vinha afirmando. Passeava pelos assuntos com uma desenvoltura fora do comum. Entretanto, quando foi instado a falar das razões pelas quais estava desemprego, as certezas subitamente se esboroaram e as perguntas em relação ao seu estado se multiplicaram. Sua voz ficou mais trêmula e mais baixa. Todas as tentativas de resposta – qualificação, idade experiência – apontam para as suas insuficiências e delatam incapacidades que ele atribui a si mesmo. Ele atribui a si a responsabilidade por sua situação de desemprego. Em tal contexto, o desemprego é um monstro que se enfrenta sozinho, correndo atrás de mais qualificação como se fosse a solução para o problema. “Eles pedem muito. Nada está bom: ou é tua idade, ou tua experiência é pouca, ou você não é qualificado. Estão exigindo muito e dando muito pouco”, conta Luzia (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009).

Vários dos jovens entrevistados relatam também situações em que a cobrança fica menos abstrata, na medida em que é realizada por pessoas do seu entorno – familiares e amigos. “As pessoas cobram da gente, tem que ter Faculdade, tem que ter curso, tudo aquilo”, desabafa Luzia (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009). Por esse mecanismo relacional, acabam por internalizar essas ideias e, no extremo, também a reproduzi-las.

A individualização da responsabilidade pela empregabilidade remete a cada indivíduo a tarefa de se manter competitivo no mercado. Cada pessoa, no contexto das novas tendências de gestão,

deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado (...) ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é (GORZ, 2005: 23).

As empresas estão cada vez menos interessadas na realização da qualificação de seus empregados, o que passa a ser, cada vez mais, uma iniciativa e prerrogativa do próprio trabalhador. “Cada um deverá gerir seu capital humano ao longo de sua vida, deverá continuar a investir em estágios de formação...” (GORZ, 2005: 24). Cada trabalhador deve assumir as responsabilidades necessárias para estar à altura de poder competir em pé de igualdade com os outros trabalhadores. Estar desempregado é simplesmente um atestado de incapacidade de se manter competitivo. Ou seja, é declarar sua total incompetência. Tem-se assim um exército de incompetentes, os chamados “inúteis do mundo”, na denominação dada por Castel. Convém aclarar que este autor usa este termo em outro sentido, social: são aqueles dos quais a produção já não tem mais necessidade.

Com o aumento da demanda por emprego, os empregadores podem se dar ao luxo de pegar majoritariamente pessoal já qualificado. Por esse expediente, exteriorizam a qualificação. Essa é a leitura que Tina faz ao reconhecer que não há mais espaço para jovens sem experiência:

Falta oportunidade. ‘Ah, quero uma secretária com dois anos de experiência’. Tranquilo. Se o cara [o empregador] der três meses de chance para a menina, pra menina aprender a como fazer, com certeza ele vai ter uma ótima secretária. Isso vale muito em outras coisas também, outros empregos. Só que eles não dão essas oportunidades; eles já querem aquela pessoa feita. Tipo, ‘ah, não preciso ensinar nada’ (LANGER, entrevista realizada em 21 de junho de 2009).

Na ótica desses jovens, essa exigência de experiência é injustificada. “Estão pedindo muita experiência, coisa que os jovens não têm. Mas como ter experiência se a pessoa acabou de sair da escola, está com 17 anos? Eles não dão oportunidade para a pessoa aprender, fazer um curso, para saber como funciona. Eles já querem aquilo”, lamenta Tina (LANGER, entrevista realizada em 21 de junho de 2009).

O discurso da qualificação associa a si uma “promessa de reinclusão social” (BAPTISTA, 2004: 137). Uma parte dos jovens vive da promessa de que com os cursos que vão fazendo – ou já fizeram – consigam se inserir no mercado de trabalho. Como se, simplesmente mediante a qualificação, fosse possível expurgar o demônio do desemprego.

Essa promessa encontra eco na tão propalada empregabilidade. Cardoso (2003: 99) chama a atenção para o fato de que a empregabilidade é “a outra face da dinâmica de desregulamentação das relações sociais”. A empregabilidade diz respeito à capacidade que cada indivíduo reúne para se manter competitivo no mercado de trabalho. “Diz-se dos indivíduos que eles têm maior ou menor empregabilidade, que podem melhorá-la ou piorá-la, que podem inclusive perdê-la inteiramente” (CARDOSO, 2003: 99) por diversas razões. No novo discurso, a empregabilidade é transferida para o mercado.

O termo empregabilidade “refere-se às qualificações, conhecimentos e competências que aumentam a capacidade dos trabalhadores para conseguir e conservar um emprego, melhorar o seu trabalho e se adaptar às mudanças” (MARTÍNEZ GARCÍA, 2005: 54s). Há, pelos menos, dois princípios por trás desse conceito: o de que o desemprego tem como causa a baixa empregabilidade da mão-de-obra, ou seja, a sua inadequação frente às exigências do mercado (BAPTISTA, 2004: 136) e o fato de se viver em um cenário de trabalho em que os empregos de longa duração são cada vez mais raros.

A noção de empregabilidade desloca o acento para as diferenças na capacidade de acesso a postos de trabalho. O desemprego é decorrência “do fato de que determinados indivíduos (os desempregados) não investiram adequadamente em si mesmos para tornar sua força de trabalho atraente para os empregadores, como os outros indivíduos (os empregados) o fizeram” (CARDOSO, 2003: 104-105).

No entanto, vale a pena trazer à tona a questão de fundo escamoteada por esse discurso: a da possível não-empregabilidade de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Essa perspectiva de compreensão está presente em Castel e Gorz. Analisando as transformações ocorridas sobretudo no último quartel do século XX – ver o primeiro capítulo –, especialmente as que envolvem um encolhimento do trabalho assalariado, os estudiosos veem como plausível a possibilidade da não-empregabilidade de todos. As sociedades estariam entrando numa página da história em que se veria o retorno de parcelas de trabalhadores que seriam dispensáveis para a economia. Não há criação de

postos de trabalho suficientes para abrigar todos os candidatos a uma vaga. Ou seja, a problemática da não-empregabilidade diz, simplesmente, que não há emprego para todos.

Esta nos parece ser uma intuição que não pode ser ignorada sem mais. Essa visão tem a vantagem de reconhecer problemas estruturais, políticos e econômicos. O problema do desemprego ou da não-empregabilidade não estaria prioritariamente na desqualificação dos trabalhadores. A responsabilidade pelo emprego é civil ou de Estado. Esse aspecto foi inteiramente ignorado por todos os jovens entrevistados. Fica-lhes extremamente difícil, a partir do lugar social em que estão inseridos, perceber as causas mais objetivas e estruturais pelas quais estão desempregadas ou subempregadas – quando conseguem algum emprego. Premidos, ou pelo “agulhão da fome” (MÉDA, 1995) ou pela ânsia de não ficarem inteiramente excluídos, precisam “correr atrás”.

Do exposto até aqui se pode concluir o seguinte: na sociedade salarial

o direito ao trabalho tinha estatuto de um direito civil. Logo, o desemprego era responsabilidade civil ou de Estado. A empregabilidade, ao substituir o direito pelo mercado, institui como única responsabilidade aquela do trabalhador por encontrar um emprego para si. Logo, o desemprego lhe deve ser imputado (CARDOSO, 2003: 111).

A qualificação aparece como exigência decorrente do processo de reestruturação do mercado de trabalho.

O novo padrão produtivo e as novas formas de organização do trabalho requerem um novo perfil de trabalhador. O trabalhador fordista tornou-se obsoleto aos olhos dos empregadores. As exigências de maior participação, de envolvimento dinâmico com os objetivos da empresa, o trabalho em equipe, saber responder às circunstâncias novas e inesperadas, entre outras, requerem habilidades que o trabalhador especialista não desenvolveu. Até aí não haveria nenhum problema. O fato é que essa tendência se alastrou para todos os setores e serviços. A questão que aqui nos interessa não é tanto a justeza dessas reivindicações por parte dos empregadores em situações particulares, quanto sua real necessidade geral e o discurso ideológico que sobre ela se construiu.

Houve, na década de 1990 para cá, uma elevação do patamar de formação básica. Dados oficiais dão conta de que entre 1995 e 2000, “formaram-se 10 milhões de trabalhadores qualificados, justamente no período em que o desemprego mais cresceu, passando, segundo o IBGE, de 4,5 milhões de trabalhadores, para 7,6 milhões”

(POCHMANN, 2001: 171). Em um contexto em que coincidem a existência de mão de obra excedente, uma elevação do nível de escolarização, a contração da oferta de postos de trabalho, os empregadores podem se dar ao luxo de serem mais seletivos na hora da contratação, recusando aquela parcela de mão de obra menos qualificada e, em contrapartida, elevar o patamar de formação básica requerida para selecionar seu pessoal. Mas, como adverte Pochmann (2007: 65), “a expulsão do trabalhador de baixa escolaridade nem sempre se deve ao novo conteúdo de trabalho, mas à possibilidade de contratar pessoas mais qualificadas, mantendo ou até diminuindo o salário pago”. A substituição de trabalhadores com menor escolaridade por outros de maior nível educacional seria de “oferta e não de demanda de força de trabalho” (POCHMANN, 2002: 77).

A escolarização sempre funcionou como uma preparação para o mercado de trabalho. No entanto, parte da bibliografia sobre qualificação da mão-de-obra sustenta que o Brasil se especializou, no contexto da divisão internacional do trabalho, na criação de empregos precários de baixa remuneração e de baixo nível educacional. As ocupações que mais cresceram nos anos 1990 têm essas características. O emprego doméstico foi responsável por 23% de todas as vagas abertas, seguido da ocupação de vendedor (15%), da construção civil (10%), dos serviços de asseio e conservação (8%) e dos serviços de segurança (6%) (POCHMANN, 2001: 72). Recente pesquisa do IBGE mostra que o crescimento do emprego continua ancorado em ocupações de baixa qualidade. A parcela da população ocupada em serviços domésticos avançou de 7,6%, em 2003, para 8,2% em 2005 (SALGADO, 2006).

Não se vê uma relação direta entre educação, qualificação e emprego no Brasil. Mesmo com um avanço educacional, o desemprego e a precarização do trabalho continuam sendo uma realidade. Assim, como afirma Pochmann (2001: 73),

a tese generalizada de que o avanço educacional seria suficiente para superar as atuais mazelas no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro perde credibilidade, especialmente quando o processo de aprendizagem encontra-se subordinado exclusivamente a uma funcionalidade.

Ao contrário, dados relativos à década de 1990 e aos anos 2003-2005, corroboram a tese de que são exatamente os trabalhadores com maior escolaridade os mais atingidos pelo fenômeno do desemprego em nosso país. Na década de 1990, o desemprego entre as pessoas com mais de oito anos de estudos subiu 620%, enquanto para pessoas com

menos de um ano de instrução, o aumento foi de 189% (POCHMANN, 2001: 74). Na mesma perspectiva indica uma pesquisa recente. Entre 2003 e 2005, as pessoas com 11 anos ou mais de estudo sofreram um desemprego maior, indo de 39,9% para 46,1% no período. Aqueles que têm até oito anos de estudo o desemprego ficou menor – caiu de 33,2% para 28% no mesmo período (SALGADO, 2006).

Nestas circunstâncias, uma possível tese consiste em afirmar que os empregadores valem-se dessa realidade para, por um lado, elevar as exigências de qualificação e, por outro, desvalorizar os níveis de formação (PAIVA; POTENGY; CHINELLI, 1997: 136-141). Essa última tendência reforça as desigualdades sociais e interrompe a perspectiva de ascensão social. “Novos *mixes* combinam hoje elevada escolaridade/sofisticação e complexificação da formação com baixos salários e *status* declinante” (PAIVA; POTENGY; CHINELLI, 1997: 136).

É verdade que os trabalhadores de nível mais baixo de educação entram em condições mais vulneráveis no mercado de trabalho, e a eles se destinam majoritariamente os empregos fora do mercado formal de trabalho. Por outro lado, também é verdade que a mão-de-obra disponível hoje é superior à demanda feita pelas empresas, que se aproveitam dessas condições para melhorar seu poder de seleção na hora da contratação.

Assim, na maioria dos casos, não está claro se a demanda por escolarização é uma real necessidade técnica do processo produtivo, ou se é simplesmente um recurso para recrutamento e seleção de mão-de-obra. “O nível de escolaridade pode ser um atributo valorizado pela empresa como forma de seleção e não como consequência de mudanças no processo de reestruturação, uma vez que existe uma maior oferta de trabalhadores escolarizados” (CERQUEIRA, 2003: 53).

A escolarização e a qualificação são cercadas por uma expectativa muito grande. Sobre elas se assenta a esperança (justa, diga-se de passagem) de melhores chances para se sair melhor num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e excludente. No entanto, a realidade não é tão dócil quanto o discurso dominante a faz parecer.

Nas últimas décadas, ocorreu, no Brasil, uma elevação geral do patamar de escolarização. Essa elevação é ainda maior quando se toma apenas a faixa etária dos jovens. Da década de 1990 para cá, registrou-se aumentos significativos de jovens na escola. Tendo como fonte a pesquisa realizada pelo Projeto Juventude, em 2003, 63% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam em sala de aula (SPOSITO, 2005: 98). Houve, por um lado, uma mobilização por parte dos últimos governantes para proporcionar um

aumento no nível de escolaridade da população brasileira. Mas, em tempos neoliberais, pode-se suspeitar sinceramente da ênfase quantitativa desse empreendimento.

Paralelamente, os empregados mais jovens foram os mais atingidos pelas medidas de enxugamento de pessoal no Brasil na década de 1990. Em 1999, segundo pesquisa do DIEESE, os jovens de 16 a 24 anos, desempregados, somavam 45,2% (DIEESE, 2001: 146), ou seja, os jovens constituíam quase a metade dos desempregados nas seis Regiões Metropolitanas pesquisadas. Esse dado denota o alto grau de dificuldade de sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.

Além disso, o mercado de trabalho dos jovens “tem forte característica de precariedade, com presença significativa de jovens ocupados sem contratos de trabalho e proteção das leis trabalhistas” (DIEESE, 2001: 154). O quadro da precariedade do trabalho juvenil é completado com baixos rendimentos. “Os jovens receberam pelo seu trabalho, em média, nas diferentes regiões estudadas, entre 38,3% e 55,6% do rendimento médio mensal dos ocupados com mais de 16 anos” (DIEESE, 2001: 158). Pesquisas posteriores revelam que essa realidade não se alterou significativamente.

Diante dessa situação, os jovens dos estratos médios e superiores são levados a adiarem sua entrada no mercado de trabalho prolongando o tempo dos estudos na esperança de se posicionarem melhor quando a ele acederem. Este fenômeno serve para contornar a situação de desemprego a que os jovens estão mais expostos e representa uma motivação a mais para continuar por um período maior de tempo os estudos. Este atraso na entrada no mercado de trabalho pode ser compensado pela inserção em condições mais favoráveis de salário e de qualificação. Vê-se que o crescente desemprego e a menor capacidade de absorção de mão-de-obra que o mercado de trabalho apresenta, contribuem para o fenômeno do alongamento da juventude – analisado no segundo capítulo –, numa proteção da passagem pelos limiares que assinalam o ingresso na vida adulta.

No entanto, essa situação não condiz com a realidade de significativa parcela dos jovens pobres por uma dupla razão: primeiro, as premências econômicas interpõem sérios obstáculos para que esses jovens prossigam os seus estudos por mais tempo; segundo, nessas camadas sociais, a escolarização não se constituiu como um imperativo categórico e como condição *sine qua non* para a entrada no mercado de trabalho.

Esta realidade aparece para os jovens com uma dramaticidade muito grande. Se no período histórico anterior, as possibilidades de se conseguir um emprego estável e de qualidade, e dessa maneira construir uma trajetória de vida, eram favoráveis, estas

condições se esfumam rapidamente. A sociedade não é capaz de oferecer perspectivas reais de futuro para as novas gerações vindouras e condições para prosseguir no sonho da ascensão social (POCHMANN, 2002: 127). O Brasil, para absorver o contingente de trabalhadores que chegam anualmente ao mercado de trabalho, teria que criar algo em torno de 1,5 milhão de empregos por ano. “O enfraquecimento do assalariamento com carteira pode significar a redução de oportunidades ocupacionais para os jovens quando esses chegarem à vida madura” (DEDECCA, 1998: 161).

Preocupante também é o fato de que 27% dos jovens entre 15 e 24 anos estão sem atividades profissionais e educacionais. A pesquisa, realizada pelo IBASE, do Rio de Janeiro, e pelo Instituto Polis, de São Paulo, contemplou um universo de oito mil jovens de seis Regiões Metropolitanas. Um quadro muito parecido é revelado pela PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE. Feita em seis regiões metropolitanas, ela indica que em dezembro de 2005, 23% da população (ou 1,7 milhão de jovens) entre 16 e 24 anos não estudava nem trabalhava. Desses 1,7 milhão, 1,1 milhão (ou 67%) nem sequer procurou emprego no mês de referência da pesquisa (GÓIS; LAGE, 2006). Novamente, a forte contração no volume dos empregos afetou com força os jovens e suas perspectivas de futuro.

Possivelmente por essas razões, estudos com jovens urbanos pobres revelam que “a escolaridade parece constituir um critério ainda secundário quando estão em jogo os empregos acessíveis ao jovem desta classe” (GOMES, 1997: 54). Fatores que, segundo a pesquisadora, podem contribuir para esta “recusa da escola”: “fraco impacto da escolaridade na vida da geração anterior”; “o valor que as pessoas atribuem à educação escolar é proporcional à familiaridade delas com as coisas que dizem respeito à escola”; uma discrepância entre o discurso e a prática; percepção, por parte dos jovens, de que trabalhadores com mais estudo trabalham na mesma fábrica, no mesmo setor com outros com menor grau de instrução; por fim, num contexto de grande desemprego, de flexibilização e precarização do trabalho, a racionalidade leva à conclusão de que tanto esforço não parece ser compensador, uma vez que a escolaridade é percebida como tendo pouco impacto (GOMES, 1997).

De modo geral, pode-se ver nos depoimentos uma valorização da escola. No aproximar-se da lupa, no entanto, nota-se uma tendência a relativizá-la. Com exceção de uma das jovens – que conta com o ensino fundamental completo –, todos os demais concluíram o ensino médio. Por um lado, a escola marca por seu lado mais relacional e menos pelos conteúdos veiculados por ela. Referem-se com naturalidade à escola como

o espaço de construção de amizades e de vivências gratuitas (SALLAS, 2008: 237). É um espaço de contato com outras pessoas. A escola constitui-se, pois, em um espaço de socialização, na “segunda socialização” (BERGER; LUCKMANN, 1995) depois da primeira, a família, em que há uma abertura do leque de vínculos para além dos laços familiares.

Por outro lado, a questão dos conteúdos veiculados na escola, na afirmação de alguns jovens entrevistados, se salva por conta do esforço de alguns professores que conseguem cativar os alunos por seu jeito pessoal. No meio da massa informe do sistema educacional, sobressaem-se algumas experiências mais personalizadas, como informa o testemunho da Luzia:

Para mim a escola foi importante e eu fazia questão de ir, porque me sentia acolhida, não pelas pessoas, mas porque eu adorava ficar na biblioteca. Tinha professoras que eu gostava muito, que me incentivavam a ler, a fazer poesia, me inscreviam em concurso sem eu saber, e eu gostava. Era um lugar em que eu tinha amigos (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009).

Essas são as experiências realmente marcantes para esses jovens. Todo o mais se insere numa perspectiva da escola como “obrigação”, como lugar onde se consegue um diploma, valorizado mais pelo mercado de trabalho do que por eles mesmos, razão pela qual a escola também assume um caráter e uma relação predominantemente instrumental (SPOSITO, 2000: 90).

É perceptível um fosso crescente entre as expectativas dos alunos em relação à escola e o que ela, como instituição socializadora, efetivamente oferece. Por um lado, com todo o processo de massificação da escola, ocorreu a entrada dos jovens de periferia na escola, antes excluídos desse direito. Por esse movimento, “esses jovens trazem consigo para o interior da escola os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente, interferindo nas suas trajetórias escolares e colocando novos desafios à escola” (DAYRELL, 2007: 1116).

Por outro lado, a escola não está preparada para acolher em seu interior essas novas realidades. Enquanto a clientela assistida pela escola ampliou-se e diversificou-se muito, a escola segue se organizando sem grandes alterações, isto é, de forma homogênea e homogeneizadora. As marcas da juventude desaparecem dos espaços institucionais e geralmente retornam a eles pela ação ativa e muitas vezes transgressora dos próprios jovens (CORTI, 2007). “Não houve ainda uma adequação da estrutura

escolar a esta nova realidade” (DAYRELL, 2007: 1116). Esse tratamento acaba por fazer da escola uma reprodutora das desigualdades sociais.

Não podemos esquecer que os alunos chegam à escola marcados pela diversidade, reflexo dos desenvolvimentos cognitivo, afetivo e social, evidentemente desiguais, em virtude da quantidade e qualidade de suas experiências e relações sociais, prévias e paralelas à escola. O tratamento uniforme dado pela escola só vem consagrar a desigualdade e as injustiças das origens sociais dos alunos (DAYRELL, 2006: 140).

A desmotivação e o desinteresse pela escola se devem a um conjunto complexo e abrangente de razões que envolvem a situação sócio-econômica-cultural, a própria escola e o contexto sócio-econômico brasileiro. Muitas das experiências e vivências desses jovens são simplesmente ignoradas no contexto escolar. A escola, por isso mesmo, está distante dos interesses e necessidades dos jovens. Assim, ela se torna uma obrigação necessária. Em sua pesquisa com jovens pobres, Dayrell avalia que:

As experiências escolares desses jovens, mesmo diferenciadas, deixam claro que a instituição escolar mostrou-se pouco eficaz no aparelhamento deles para enfrentar as condições adversas de vida com que vieram se defrontando, pouco contribuindo para a sua construção como sujeitos. Para grande parte deles, a escola se mostrou distante de seus interesses e necessidades, reforçando o sentimento de incapacidade pessoal. A escola ainda reitera uma visão de futuro, uma lógica do “adiamento das gratificações” numa sociedade que fecha as possibilidades de mobilidade social (DAYRELL, 2005: 290).

O vão existente entre a escola e a “realidade lá fora” preocupa os jovens. A fala da Luzia é reveladora desse desnível:

Muitas escolas não estão mostrando a realidade, é assim que está sendo lá fora. Ela não ajuda a mostrar o que o mundo hoje exige de você. Isso a escola não oferece, isso você entende depois que sai, faz vários cursinhos, conversa com pessoas que fazem faculdade. É aí que você começa a perceber, nossa, como fui defasada, como perdi tanta coisa, quando acho que a escola poderia ter passado tanta coisa para mim e não passou. Eu acho que isso deixa a desejar bastante (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009).

Nesse contexto em que a escola tornou-se desinteressante, percebe-se nos jovens um estímulo maior pelo trabalho do que pela escola. A necessidade do trabalho mobiliza mais profundamente do que a contribuição que a escolarização poderia

efetivamente oferecer a esses jovens. A escola parece dizer menos a eles do que o trabalho, mesmo difícil e precário. Visto de outra perspectiva, “a escolaridade já não se afigura mais como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho” (SPOSITO, 2005: 90). Em tal contexto, os jovens parecem dar-se conta de que o investimento escolar por si só já não basta mais (SALLAS, 2008: 228).

A escola, como instituição socializadora por excelência que fora, ao lado do trabalho, perde seu monopólio e importância junto a esses jovens. Ao mesmo tempo, vê-se imersa numa contradição, a saber: em um mundo de inovações técnicas e organizacionais e em que o imaterial progressivamente vai despontando como exigência, a escola é, simultaneamente, mais fundamental do que nunca e mais descartável.

A educação, embora seja cada vez mais necessária, não é mais suficiente para garantir ao jovem o sucesso merecido ao longo de sua trajetória de vida. Em outras palavras, a educação não é o único passaporte para o emprego, mas permanece como requisito capaz de evitar os piores constrangimentos impostos pela marginalização juvenil (POCHMANN, 2007a: 40).

Num mercado de trabalho competitivo como o brasileiro e numa economia que cresce a passos muito lentos, os anos e recursos investidos na formação, frequentemente são vistos pelos jovens como desperdício e sem o impacto esperado. “Eu desisti de estudar porque vi aqui que as pessoas que terminaram os estudos não tinham bom emprego. O estudo não valeu nada”, afirma categoricamente Mariana (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009). A mesma opinião é compartilhada por Tina, que, referindo-se às colegas com ensino superior, disse: “Eu vejo muita amiga minha formada e tá trabalhando e ganhando 300, 400 reais por mês” (LANGER, entrevista realizada em 21 de junho de 2009).

A bem da verdade, pensando dessa maneira, esses jovens agem de maneira extremamente racional. Mesmo de maneira intuitiva, fazem um cálculo que envolve o investimento em qualificação e o possível retorno desse investimento, e isso em termos de tempo e de recursos financeiros. “Se eu tivesse que fazer uma faculdade, eu não faria. Porque eu iria investir muito tempo para estudar, para me formar em algo que eu não sei se teria retorno”, conta a Luzia (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009).

Neste contexto, esses jovens, ainda que tenham feito menção à Universidade, contrariamente a outra pesquisa (SALLAS, 2008: 235), não a priorizam. Ela não está em seu horizonte como algo tangível e mesmo desejável. Dois dos jovens tentaram o vestibular, mas relatam a experiência como muito frustrante. Entre aqueles que mais ou menos remotamente aspiram ao ingresso no mundo universitário, atribuem alta estima à Universidade pública. Pelo que se pode depreender, por dois motivos: um, financeiro; e o outro, pelo prestígio da instituição. “Faculdade pública, acho que seria uma boa saída para quem não tem dinheiro. Mas investir numa faculdade particular... ah eu não sei dizer, achar que vai sair dali e que está garantida...”, raciocina a Luzia (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009).

Previendo o acirramento na competição pelos restritos postos de trabalho, num contexto em que as possibilidades de fazer uma faculdade estão se multiplicando, muitas vezes em condições de qualidade altamente criticáveis, Carlos acredita que a escolha da instituição em que se ingressa não pode ser ignorada. A credibilidade da instituição de ensino superior faz parte do passaporte para um emprego.

No futuro, o que vai ser, o que vai mandar, é a faculdade, a instituição em que você fez o ensino superior. Não sei se é verdade. Falam muito que o que vai contar é o instituto em que você fez o ensino superior, onde você se formou. Agora não sei se é verdade. Claro, se tem um cara que vai falar ‘eu fiz a universidade na Universidade Federal do Paraná’ e o outro falar ‘eu fiz, por exemplo, universidade paga’, o cara [o empregador] vai mais na do que fez a Universidade do Paraná, mais por causa do nome: Instituição pública (LANGER, entrevista realizada em 17 de junho de 2009).

Entretanto, na impossibilidade e mesmo na não viabilidade de frequentar uma Universidade, as atenções se voltam para os cursos de qualificação. Esses são mais curtos e mais focados, atendendo às suas condições.

Tanto é assim que a Luzia, enquanto fazia o ensino médio, buscou alguns trabalhos e procurou fazer algumas economias com vistas a fazer algum curso de qualificação. Sabia que a escola era limitada. Esse expediente, aliás, é buscado pela maioria dos jovens. Todos eles relatam ter feito cursos de qualificação. No cálculo que fazem, mostra-se como o caminho mais viável, em face de uma Universidade aceita pela maioria, mas projetada para um futuro praticamente intangível. Não negam a entrada na Universidade – como já mostramos, dois tentaram o vestibular sem sucesso,

mas desistiram de tentar novamente –, mas falam dela com um desalento muito grande, como quem diz: “não, isso não é para mim”.

Nas conversas com os jovens chama a atenção ainda um outro aspecto: a distinção entre escolarização e educação e a abrangência social e cultural dessa diferença. A Luzia a expressa da seguinte maneira:

Eu só acredito que a educação é a base de tudo. Porque educar não é só você ensinar o abc, mas a ensinar o mundo lá fora, como olhar para a pessoa que estão ao seu lado, a conviver com pessoas diferentes, aceitar a realidade de pessoas diferentes. Eu acho que educar não é tão pequeno, sabe, quando dizem que educação... realmente é um caminho para mudar o mundo, é, eu acredito que é, mas a educação verdadeira, não a educação de ir para a escola só e de colocar pessoas lá para te ensinar só o abc, a história do Brasil e acabou. Não é só isso, tem muito mais, muito, muito mais, sabe (LANGER, entrevista realizada em 23 de junho de 2009).

Esse tipo de escola é tributária de uma determinada concepção de aluno, de sociedade e de conhecimento gestados na sociedade moderna. O método dominante desta sociedade é o da distinção, da separação: separação entre escola e sociedade, mas que reproduzia também na forma aluno-professor e num determinado tipo de conhecimento, entendido mais como uma “coisa”, um bem estático de domínio de alguém, do que como uma relação, uma produção coletiva, que vai se enriquecendo e se alimentando na medida em que é partilhado, como vimos no primeiro capítulo.

Mesmo que seja uma categoria histórico-pedagógica, o “aluno” cristalizou-se como se fosse “uma realidade dada, universal, identificada imediatamente com uma condição de menoridade, seja da criança ou do jovem, marcada por uma relação assimétrica com o mundo adulto” (DAYRELL, 2007: 1119). Ou seja, a condição de aluno, neste contexto escolar, é marcada mais por sua passividade, pelo elemento de vazio e de abertura ao exterior. Neste mundo separado da sociedade, “esperava-se que o aluno fosse disciplinado, obediente, pontual e se envolvesse com os estudos com eficiência e eficácia” (DAYRELL, 2007: 1119).

A mesma escola que faz os “alunos”, reproduz uma determinada concepção de conhecimento. A ênfase tradicional da escola, e contestada na fala da Luzia, recai sobre a transmissão do conjunto de conhecimentos histórica e socialmente acumulados pela sociedade.

Tais conhecimentos são reduzidos a produtos, resultados e conclusões, sem se levar em conta o valor determinante dos processos. Materializado nos programas e livros didáticos, o conhecimento escolar se torna “objeto”, “coisa” a ser transmitida. Ensinar se torna transmitir esse conhecimento acumulado, a aprender se torna assimilá-lo (DAYRELL, 2006: 139).

Dessa maneira a escola esconde e reproduz uma determinada concepção de educação, de ser humano, de processos formativos e de sociedade.

Expressa uma lógica instrumental, que reduz a compreensão da educação e de seus processos a uma forma de instrução centrada na transmissão de informações. Reduz os sujeitos a alunos, apreendidos sobretudo pela dimensão cognitiva. O conhecimento é visto como produto, sendo enfatizados os resultados da aprendizagem e não o processo. Essa perspectiva implementa a homogeneidade de conteúdos, ritmos e estratégias, e não a diversidade (DAYRELL, 2006: 140).

As transformações sócio-culturais em andamento atestam a insustentabilidade dessa visão dicotômica de mundo e de educação. Atualmente, as novas tecnologias da informação e da comunicação tiram dos professores o monopólio da informação. Ao mesmo tempo, a escola é atingida por aquilo que se convencionou chamar de “desinstitucionalização do social” (SPOSITO, 2005; DAYRELL, 2006; DAYRELL, 2007), entendido não como a extinção das instituições, mas como “a existência de um processo de mutação que transforma a própria natureza da ação socializadora da escola, fazendo que parte importante do processo seja considerada tarefa ou ação do próprio sujeito sobre si mesmo” (SPOSITO, 2005: 94-5).

As mudanças socioeconômicas e culturais analisadas nos capítulos anteriores, com destaque cada vez maior para as novas tecnologias da informação e da comunicação, produzem progressivamente o desmoronamento dos muros que antes protegiam a escola, o trabalho e a família de interferências externas (DAYRELL, 2007) e, por conseguinte, partilham e facilitam o acesso aos conhecimentos. Nesse movimento, os jovens de periferia – mesmo em condições limitadoras – percebem as carências da escola, as assimetrias entre “o mundo lá fora”, nas palavras da Luzia, e a instituição escolar, que ainda acredita ter o monopólio exclusivo do conhecimento, mas que consegue explicar o ruir dos muros da escola apenas em termos de disfunções, de desordens.

Por trás da insatisfação desses jovens em relação à escola pode-se ler simultaneamente uma resistência e um desejo. Querem ser vistos e tratados menos como depositários passivos de conhecimento (alunos) e mais sujeitos sócio-culturais. Reclamam um espaço maior para a sua experiência de vida, como matéria-prima a partir do qual articulam sua própria cultura, entendida aqui como “conjunto de crenças, valores, visão de mundo, *rede de significados*” (VELHO, 2003: 63), isto é, “expressões da inserção dos indivíduos em determinado nível da totalidade social, que terminam por definir a própria natureza humana” (DAYRELL, 2006: 141).

Compreendida assim, a cultura só existe a partir da constatação da diferença, como observa Velho (2003). Entretanto, o processo de homogeneização encetado pela escola acabou por ocultar, por um lado, essas diferenças culturais em seu interior, e, por outro, através de um processo de universalização de uma determinada cultura – a cultura hegemônica das classes médias e altas –, impôs uma cultura exógena às camadas mais populares (FRIGOTTO, 2004).

Nesse contexto, é de se compreender que o mais marcante relatado por esses jovens fossem aqueles momentos – raros, diga-se de passagem – em que foram tratados e valorizados por suas potencialidades individuais, situações em que escapavam da homogeneização e da massificação da sua condição de alunos.

Desvelam também o desejo de serem reconhecidos no interior da instituição escolar, também como jovens e não apenas como alunos. Querem que, ao adentrarem o mundo escolar, suas características e condição juvenil não tenham que ficar fora dos muros ou ser simplesmente ignorada. Além disso, querem ser vistos não “na perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade, da desconfiança, o que torna ainda mais difícil para a escola perceber quem ele é de fato, o que pensa e é capaz de fazer” (DAYRELL, 2007: 1117). Ou seja, não exclusivamente como momento de passagem de uma etapa da vida para outra. Como vimos no terceiro capítulo, os jovens tendem a valorizar mais o tempo presente, em detrimento do tempo futuro, apontado sempre como promessa, mas, muitas vezes, percebido por eles como irrealizável, portanto, como uma “mentira”, como veremos mais adiante.

A fala da Mariana é significativa porque chama a atenção para o sentido primigênio da vida: viver em condições dignas, de segurança.

Para mim, ter estudado até a oitava série, valeu a pena. Mas isso para mim. Porque, se for por outro lado, não. Porque tem que

terminar tudo, tem que fazer não sei o quê, tem que fazer curso... para poder ser alguém na vida. Eu sou alguém na vida sem precisar estudar. Eu sou alguém na vida sem precisar de estudo, sem precisar de um diploma (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009).

As exigências sociais em termos de escolarização podem ser, em certas situações sociais, opressivas e sufocantes. Em condições em que as possibilidades de inserção social e a promessa de mobilidade social são bloqueadas ou extremamente dificultadas (JANNUZZI, 2002), o que em outro contexto poderia ser libertador, estimulante, transforma-se em um peso esmagador. As exigências escolares passam a ser vistas como “lei”, como obrigação: “É lei de um lado, é lei de outro, exigência de um lado, exigência de outro”, comenta ainda a Mariana. Mas, a pergunta é: para quê? E nisso percebem que a sociedade é contraditória: ela promete melhores condições para quem estuda, se esforça, mas não as oferece. A situação em que se encontram é a melhor prova. O fato de não continuarem a apostar nos estudos pode ser vista como um derrotismo, sim, mas com mais razão ainda como resistência: preservar-se da mentira da sociedade. Nesse caso, é de se perguntar se o problema é apenas dos jovens, ou da sociedade como um todo.

A este respeito, Alain Touraine conta o seguinte caso bem ilustrativo dessa tensão:

A um pesquisador que lhe perguntava: “Qual a categoria social que você mais odeia?”, um jovem, sem trabalho fixo e que passou de um estágio de formação a outro, deu um dia a seguinte resposta: “Em primeiro lugar a polícia”. Resposta tão lógica que não exige comentário. “E em segundo?”, perguntou o pesquisador. “Os professores e os assistentes sociais”, respondeu o rapaz. “Mas por quê? – espantou-se o pesquisador. “Não procuram eles ajudar você em vez de explorá-lo?” O rapaz respondeu: “Porque eles mentem, eles nos enganam. Eles nos chamam a integrar-nos numa sociedade desintegrada” (TOURAINÉ, 2006: 83).

No Brasil, a preocupação com a universalização da educação como elemento constitutivo da cidadania é relativamente recente. Mesmo com todos os esforços realizados, o analfabetismo ainda não foi inteiramente aniquilado. O analfabetismo funcional persegue ainda cerca de 20% dos jovens brasileiros. Outras questões, algumas novas e resultantes desse movimento, desafiam a sociedade brasileira. A questão do acesso à Universidade permanece sendo antiga. Em nosso país, a Universidade segue

sendo um privilégio para uma minoria. Apenas 13% dos jovens entre 20 e 24 anos encontram-se na Universidade. Essa situação é mais dramática para os jovens pertencentes às famílias de baixa renda: apenas 11% deles terminam o ensino superior (POCHMANN, 2007a: 37). Assim, ao contrário de outros países, onde o funil foi elevado à Universidade, produzindo “os excluídos do interior”, no Brasil o acesso ao ensino superior continua sendo o gargalo entre a inclusão e a exclusão (BOURDIEU, 1997: 481-486).

A expansão e a facilitação do acesso à escola trouxeram outros desafios, que já não dizem mais respeito exclusivamente à relação escola e não escola, mas àquelas resultantes do interior desta instituição. Como vimos, um dos eixos desloca-se para o seu interior. Já não basta mais simplesmente acessá-la, mas perscrutar o seu universo em termos de concepção e qualidade do ensino oferecido e a atenção concedida às individualidades. O simples acesso a ela não é garantia de uma educação de boa qualidade (FRIGOTTO, 2004: 191).

Assim, a escola encontra-se em uma encruzilhada. Por um lado, “embora seja cada vez mais necessária” (POCHMANN, 2007a: 40) para garantir ao jovem de hoje perspectivas reais de entrada no mercado de trabalho, por outro lado, ela “já não se afigura mais como elemento garantidor da entrada no mundo do trabalho” (SPOSITO, 2005: 90).

E os jovens oriundos das camadas mais pobres da sociedade são aqueles que mais se ressentem com essa situação. Ainda que não exclusivamente, como vêm demonstrando pesquisas realizadas com jovens também de outras camadas sociais (BARBERÍA, 2009).

Essa situação traz à tona um elemento mais de fundo, abordado por Gorz (2003: 169-176) e Touraine, entre outros. Touraine (2006: 79), por exemplo, fala em “dissociação” entre dois universos – o universo pessoal e o social – para lançar luzes sobre o drama vivido por esses jovens: “dissociação entre o sentido que uma atividade tem para a sociedade e o sentido que ela tem para quem a exerce”. Parcela dos jovens já não encontra mais na sociedade, no trabalho e na escola, um sentido para as motivações pessoais mais profundas. A escola foi concebida, ao longo da modernidade, para preparar e socializar os jovens. Neste contexto, a educação centrou-se na perspectiva da socialização e na ideia de que a socialização bem-sucedida cria indivíduos livres e responsáveis. Mas, essa concepção, analisa Touraine, ainda que tenha prosperado durante muito tempo, já não dá mais conta da complexidade da realidade. Pelo

contrário, ela reforça hoje mais as desigualdades e multiplica os privilégios de uns e os obstáculos de outros. E o caminho já não aponta mais para a socialização, mas para a necessária individualização do esforço educativo (TOURAINÉ, 2006: 80-1). Essa dissociação aparece na fala da Mariana, quando diz: “Eu sou alguém na vida sem precisar estudar. Eu sou alguém na vida sem precisar de estudo, sem precisar de um diploma” (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009).

O falta de motivação, o desinteresse e a indiferença para com a escola, são um fator determinante, não exclusivo, do abandono da escola. De modo geral, atribui-se à situação de pobreza e/ou à entrada no mundo do trabalho a responsabilidade pela evasão escolar (DAYRELL, 2005: 201-204).

Em decorrência, a oferta maior que a demanda, na hora da contratação, e a corrida pela captação das melhores oportunidades de trabalho, acabam por acirrar um espírito de competitividade, em que os jovens oriundos das camadas pobres entram em desvantagem. Entram como potenciais perdedores numa luta que lhes é francamente desfavorável. Assim, são obrigados a assumirem aqueles trabalhos mais precários, mais instáveis e menos bem remunerados. E realizar incursões mais ou menos – de modo geral, mais – longas no mundo dos desempregados.

4.3 VIVÊNCIA DO TEMPO E SOCIABILIDADES

O tempo na vida dos jovens, sua utilização, importância e significado, é uma janela de entrada para investigar as sociabilidades e identidades que vão construindo ao longo deste período. O tempo é revestido de uma dimensão objetiva, cronológica, linear. Mas, ao ser apropriado pelos jovens, é modulado com significações de sentido muito subjetivas e que podem perdurar para o resto da vida. Dito de outra maneira, existe uma clara separação entre tempos interiores e tempos exteriores (MELUCCI, 1997: 7). São momentos vividos com muita intensidade, ao passo que outros não passam de constrangimentos que fazem parte da vida.

O modo de conceber e vivenciar o tempo não é um dado biológico, mas trata-se antes de uma dimensão social que muda com a sucessão das gerações (LECCARDI, 2005: 37). Neste sentido, o “tempo é uma das categorias básicas através da qual nós

construímos nossa experiência” (MELUCCI, 1997: 6). Por isso, investigar a dinâmica da ocupação do tempo livre por parte dos jovens é relevante para se compreender os sentidos do próprio tempo da juventude nas sociedades (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005: 175). O leque de questões que envolvem o tempo dos jovens é vasto: família, grupos identitários e territoriais, escola, trabalho, religião, sexualidade, lazer (SALLAS, 2008). Não é nosso objetivo aqui tratar cada uma destas realidades, até porque diversas delas já foram trabalhadas ao longo deste trabalho. Pretendemos concentrar a nossa atenção sobre o tempo na perspectiva de captar elementos para uma análise das sociabilidades e identidades dos jovens pobres. Assim mesmo, começaremos com alguns aspectos mais descritivos do seu lazer.

As amizades são de grande importância na vida dos jovens e cujo cultivo demanda boa parte do seu tempo. Todos têm amigos mais íntimos, que são em número menor. Mas, em torno deste núcleo, gira uma constelação de outros amigos dependendo do grupo de amigos com quem saem: “amigo leva amigo e daí vai conhecendo”, conta a Paula (LANGER, entrevista realizada em 02 de novembro de 2009). Os amigos podem ser remanescentes do tempo da escola, do bairro, de outros bairros e mesmo virtuais, aqueles feitos nas redes sociais.

A escola é um espaço privilegiado de fazer amigos. Chegam a incluir as amizades ali feitas como uma contribuição relevante desta instituição na sua vida.

O lazer juvenil constitui-se em espaço produtor de sociabilidade (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005: 177) e demarcador de “circuitos” (MAGNANI, 2005) ou “territórios” (REGUILO CRUZ, 2006: 145) na medida em que os ajudam a conhecer e se apropriar da cidade e a transitar por caminhos e locais diferentes, coisa que o trabalho e a escola não seriam capazes de proporcionar. Os lugares que frequentam estão relacionados ao tipo de lazer, mas sempre em companhia dos amigos: parques, bares, estádio de futebol, campo de futebol da vila, praças, casas dos amigos, *shoppings centers*, cinema, etc.

A fruição do lazer está diretamente ligada à sua condição econômica. E vários dos jovens fazem menção ao fato de que os seus rendimentos limitam a sua inserção no mundo do lazer e da cultura. Nestas situações, visitam os pais, parentes e amigos, ou espaços gratuitos, como parques, por exemplo. No caso de permanecerem em casa, a televisão oferece uma alternativa barata de lazer, ela que é praticamente uma onipresença nos lares. Raramente vão ao cinema ou ao *shopping center*. Se um dos jovens é um assíduo frequentador deste espaço, outro, ao contrário, o abomina. O Carlos

reflete uma postura mais crítica tanto em relação ao consumismo quanto em relação à tendência de privatização dos espaços de lazer:

Não, não gosto de shopping. Acho que é uma coisa muito fútil, inútil. Eu só vou em shopping quando vou ao cinema. Não compro nada em shopping, não gosto de shopping. [...] Eu não sou nada consumista. Eu dou valor ao meu dinheiro, não sou de gastar à toa. As pessoas dizem ‘ah, eu vou no shopping’. Eu tenho uma raiva disso. Por que não vai no parque, tens uns parques tão bonitos em Curitiba. Por que vai no shopping? (LANGER, entrevista realizada em 17 de junho de 2009).

O tempo é experimentado no dia a dia como longo ou curto, dependendo de como e em vista de quem é ocupado. Para os jovens que estão desempregados e cujo “trabalho” principal é procurar emprego, o tempo é experimentado como longo. Para Carlos,

[O dia] é longo, porque quando trabalhava, o tempo passava voando, adorava. Passava o dia ocupado. Agora, em casa, é muito ruim porque parece que o dia não passa. O dia não passa nunca, as horas são uma eternidade. Agora, para mim, o tempo está sendo muito longo (LANGER, entrevista realizada em 17 de junho de 2009).

A mesma percepção tem a Roberta, para quem o dia também é “muito longo, muito longo” (LANGER, entrevista realizada em 26 de junho de 2009). Nestes casos, o cotidiano é vivido na incerteza e na angústia de encontrar um emprego. Tudo o mais, parece não satisfazer. A sequência das horas de um dia é monótona, vazia (DAYRELL, 2005: 225).

Distinto é o caso da Mariana. Ocupada com a música e a coreografia, não ansiada pela necessidade de ter que encontrar um emprego, experimenta seu tempo de maneira diferente. Conta que esta atividade ocupa boa parte do seu tempo, e que ela requer tempo e paciência. Ela mesma diz gostar de fazer isso e nota-se a sua entrega a esta atividade voluntária.

As duas experiências diferentes de vivência do tempo permitem uma outra reflexão: com que intensidade a lógica do trabalho acaba atraindo para si não apenas o tempo dos trabalhadores empregados, mas também dos desempregados. Ambos vivem o tempo todo – uns como empregados, outros como desempregados – em função do trabalho, razão pela qual Dominique Schnapper (1994: 72, 248) concebe o desemprego como o reverso do trabalho, mas formando com ele uma grande unidade. E o grande

desafio é, neste caso, como liberar o tempo das atividades sem fins lucrativos do tempo de trabalho.

A experiência da Roberta é, neste sentido, exemplar, mas também pelo fato da sua origem simples e sem muitos recursos econômicos. Mesmo vivendo sobriamente, às vezes passando realmente necessidades, é possível arrancar da lógica do capital parcelas de tempo vividas na sua gratuidade e altruísmo. Como reflete Gorz (2003: 117),

Os trabalhadores só descobrirão os limites da racionalidade econômica quando suas vidas não forem inteiramente preenchidas e suas mentes inteiramente ocupadas com o trabalho; quando, para falar de outro modo, um espaço suficientemente amplo de tempo livre a eles se abra para que possam descobrir uma esfera de valores não quantificáveis, os valores relativos ao “tempo de viver” da soberania existencial.

Então, realmente faltará tempo para todos, não porque estarão inteiramente absorvidos pelo trabalho, mas por outras atividades sem fins lucrativos, artísticas ou não, e cheias de sentido e de reconhecimento social.

Num mundo marcado por um sufocante individualismo, atitudes como a da Mariana, vão na contramão desta tendência. Ao sair de sua casa, deixar seus afazeres pessoais em segundo plano e organizar um grupo de música, não deixa de ser uma atitude altruísta edificante. Ao não cobrar por essa dedicação – e muitas vezes ainda pagar pequenas necessidades com o próprio dinheiro já escasso – essas crianças fazem a experiência da gratuidade. Vê-se na prática, que nem todos os serviços precisam passar pela mercantilização.

O impulso para ter essa dedicação nasce não necessariamente de um apelo religioso, mas da satisfação de ver as crianças felizes e do reconhecimento vindo da comunidade. “É um dom que eu tenho. É uma coisa que eu gosto de fazer. E fico mais contente ainda quando vejo que a pessoa está se dedicando, querendo aprender, tá querendo ajudar. Quando vem mais pessoas querendo saber, aprender... é isso que importa”, explica a Mariana (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009). Em outro momento completa:

As minhas amigas têm muita curiosidade para saber de onde eu tiro os passos que eu faço [na coreografia], de onde eu pego música nova, porque eu gosto de pegar músicas novas que estão sendo lançadas agora. Agora essa coisa da dança está se espalhando mais, então o pessoal está chegando mais, querendo saber mais, tem aquela curiosidade. Têm amigas minhas que já têm filhos e querem que eu dê

aula para eles também. Isso mais no final de semana, porque as crianças ficam em casa. Três amigas minhas tem filho único. E dizem: 'nossa, no final de semana que ele fica em casa ele fica tão tristonho, não tem ninguém para brincar...'. Agora a gente está levando essas crianças para o único lugar que a gente tem (LANGER, entrevista realizada em 03 de julho de 2009).

Nestas circunstâncias, a identidade é sempre um projeto inconcluso e em construção, e, portanto, um processo que acompanha a vida toda. Além disso, a formação da identidade se dá na vida. Ou seja, o trabalho e a escola são componentes importantes na construção da identidade, sem, no entanto, desconhecer a relevância dos outros espaços e dimensões da vida dos jovens. Nessa perspectiva, o lazer, as expressões culturais, o tempo livre, as amizades, devem ser contemplados como constituintes da identidade.

No horizonte de uma sociedade em que o futuro está anuviado, os jovens cultivam outra relação com o presente. O futuro não é negado, mas lido muito mais em vista do que se pode fazer no presente. Não que apostem tudo num presente inflacionado sem perspectivas de futuro, pior, amputado de qualquer futuro, leitura que se pode fazer da compreensão da Tina quando diz: “Eu curto muito o hoje, manhã não sei se vou estar aqui ou não. Então, eu sou muito assim. Viver cada dia como se fosse o último” (LANGER, entrevista realizada em 21 de junho de 2009). Entretanto, também é sensato dizer que viver esse presente dessa maneira é vivê-lo na sua plenitude, com toda a sua intensidade, sem remetê-lo sempre a um futuro inatingível.

A maternidade/paternidade, realidade que, como vimos, está presente na vida de vários dos jovens pesquisados, pode ser lida sociologicamente como uma aposta no futuro.

Concluindo, essa geração vive uma situação realmente paradoxal: eles vivem mergulhados em um contexto em que reina um pessimismo estrutural em relação ao futuro do mundo, mas individualmente são otimistas quanto à sua própria vida (WILKINSON, 2002: 114). Procuram refúgio nos espaços menos instituídos e marcados mais pelas relações afetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as condições de vida das populações mais pobres são marcadas pela vulnerabilidade. Viver tornou-se, na prática, um projeto diário, sujeito a circunstâncias quase sempre incontroláveis e aleatórias. No prazo de uma vida, é possível verificar os progressos resultantes de uma vida de trabalho duro e de muita economia. A promessa de que amanhã será melhor, dava suporte ideológico e social aos esforços pessoais e familiares. As novas gerações cresciam e assimilavam este modo de viver e de olhar para o mundo.

Os jovens pobres, sujeitos da nossa pesquisa, vivem em um mundo que passou por rápidas e profundas transformações que estão afetando a sociedade inteira e todas as dimensões da vida. Tomam contato com uma sociedade que já está transformada pelo impacto da mundialização e da revolução tecnológica informacional, quase sempre capitaneadas pelo sistema neoliberal, mas cujos efeitos em suas vidas são difíceis de serem percebidos, ou por seu caráter de estranheza ou por serem extremamente familiares.

A baixa renda representa uma forte carga de restrições a que são submetidos, muito à semelhança de seus pais, e que interfere diretamente nas condições de moradia, de satisfação das necessidades básicas e de fruição da vida. Ligada às condições de qualificação e de trabalho, constitui um círculo vicioso difícil de romper.

Para todos eles, a realidade do trabalho está presente desde cedo. Em casa, são instados a ajudarem os pais nos afazeres domésticos; quando maiores, a realizarem alguns serviços externos, como fazer pagamentos ou compras. Dessa maneira, acabam tendo uma relação familiar com essas atividades. De modo geral, o trabalho-emprego também entra cedo em suas vidas. Com finalidades múltiplas, começam a se aventurar no mercado de trabalho. Falam do trabalho não tanto em termos da profissão, mas do que ele pode lhes proporcionar: autonomia em relação à família, incursões pelo mundo “lá fora”, dinheiro para os seus consumos. Referem-se às injustiças e humilhações que sofreram, bem como à falta de reconhecimento pelo trabalho que fizeram.

Os trabalhos disponíveis para os jovens destas camadas sociais são, geralmente, aqueles caracterizados pela precariedade – informais, temporários, intermitentes e mal pagos. Sendo um trabalho temporário, os próprios jovens preferem que esses “bicos”

não sejam registrados na Carteira, pois têm a potencialidade de “sujá-la”. Neste caso, é melhor que não constem, mesmo que mais adiante faltem como experiência de trabalho já adquirida e que, portanto, não pode ser comprovada, coisa de que também reclamam com frequência.

As temáticas da experiência profissional e da qualificação ganham grande importância nos relatos dos jovens entrevistados. Na sua percepção não há propriamente falta de empregos. O grande gargalo, na sua visão, estaria na falta de oportunidades para os inexperientes. As infrutíferas tentativas de busca de empregos são tributadas à falta de experiência. Outro fator determinante seria a qualificação. A maioria deles concluiu o ensino médio. Mas há quem sequer tenha concluído o ensino fundamental. E nenhum deles quebrou a barreira do mundo universitário. É senso comum entre eles que o ensino médio é condição insuficiente para se conseguir um emprego. Frente a isso, as atitudes que tomam são basicamente três: estudar mais ou fazer cursos de qualificação. Outros ainda, diante do gargalo representado pela formação/qualificação, desistiram de estudar e não mostram interesse em retornar às salas de aula. Estão céticos quanto ao retorno que este esforço poderia trazer.

Assimilaram a ideia de que as causas do desemprego são de ordem pessoal. Introjaram o discurso dominante de que cada qual é responsável pela sua capacitação para se manter empregável. Entretanto, o discurso da individualização da responsabilidade pela empregabilidade é ideológico e, portanto, falso, enganoso.

Em decorrência deste estratagema, não conseguem fazer uma relação entre as grandes mudanças ocorridas no Brasil nos anos 1990 para cá e os impactos sobre o trabalho. A última revolução tecnológica, num contexto de mundialização e de implantação de políticas neoliberais, reverberou sobre o mercado de trabalho, atingindo de modo frontal os jovens, especialmente os jovens das camadas mais simples. As exigências de qualificação são maiores em decorrência da entrada das novas tecnologias em todos os espaços, quer nos diretamente produtivos, quer nos setores de serviços. Há nichos produtivos carentes de mão-de-obra especializada. Entretanto, também é verdade que a elevação das exigências em termos de qualificação é um estratagema utilizado como forma de seleção. Ou seja, diante de uma oferta generosa de mão de obra qualificada, o mercado pode se dar ao luxo de selecionar apenas os melhores. As chances de os mesmos sempre serem selecionados acaba aumentando as possibilidades de que os outros sejam sempre relegados. Suspeitamos que esse lado estrutural das razões do desemprego esteja velado para esses jovens.

Apesar de saberem das dificuldades de conseguir um outro emprego, nem por isso se aferram a ele com “unhas e dentes”. Ultrapassados certos limites suportáveis por eles, são capazes de pedir demissão. As circunstâncias podem se referir às condições do trabalho – trabalho intenso, repetitivo, feito com remuneração que não compensa o esforço –, assim como a questões pessoais – cuidar do filho, no caso das mulheres. É possível vislumbrar nessas atitudes, graus de liberdade que mantêm em relação ao trabalho. A opção de pedir o desligamento não suplanta os casos de demissão sofrida.

Para os que estão desempregados, a busca de um novo emprego demanda boa parte do seu tempo e acaba canalizando as atenções em torno disso. Deixar currículos diretamente nos estabelecimentos pré-selecionados em vista do tipo de emprego que procuram ou ir às Agências do Trabalhador, são as formas mais comuns. Na medida em que o tempo vai passando e as tentativas acabam em nada, vão se desestimulando. As chances frustradas geram decepção, que, por sua vez, aumentam a angústia que sentem.

Entretanto, enquanto e até onde o podem, não aceitam qualquer oferta de emprego que aparece. A distância e o trabalho em domingos e feriados são os critérios mais utilizados para declinar de uma proposta de emprego. Ninguém quer trabalhar aos domingos, a não ser que a remuneração seja compensadora da perda que terão. O domingo é o dia de descanso, mas também de fruição da vida, para sair com os amigos, passear, estar com a família.

Para os jovens desempregados, o tempo é vivido de maneira muito peculiar. A busca do emprego é cercada de um sentimento que mistura ansiedade, angústia e decepção e culpa. As demais atividades descansam em compasso de espera, caracterizando este tipo de desemprego como “total”. Nesse caso, o tempo é experimentado como longo, e o cotidiano como vazio. Quando, ao contrário, o emprego não é buscado de forma tão frenética, o que seria um espaço marcado pelo vazio, enche-se de atividades. Buscam-se atividades que ajudam a preencher o dia. São atividades em que prevalece o lado afetivo, de realização de si e que proporcionam um reconhecimento social. A maternidade, o caso de algumas das jovens pesquisadas, também ajuda a ocupar o tempo e a tornar o dia menos tedioso.

Deve-se observar que os jovens em absoluto se negam a trabalhar. Não se aplica a eles o jargão popular de que “só não trabalha quem não quer”. Não entendem como o mercado de trabalho pode ser tão duro com eles. Gostariam de encontrar maior complacência. Ao mesmo tempo, querem ter acesso a um trabalho que lhes proporcione as condições necessárias para uma fruição digna da vida.

Ao mesmo tempo, estão pouco preocupados com o conteúdo do trabalho e, portanto, também com possíveis mudanças. A preocupação com a desregulamentação das leis trabalhistas é, para eles, um campo menos em voga, pois, em última instância na escolha entre ter um emprego, qualquer que seja o grau de proteção social que confere, é melhor do que não ter nenhum. Ter a carteira de trabalho registrada é a aspiração mais manifesta por eles, pelo que representa em termos de seguridade social. Indiretamente, o desemprego funciona como pressão para rebaixar o nível das exigências em termos de proteção social, círculo vicioso que se retroalimenta.

Uma das dificuldades encontradas residiu no acesso aos jovens, que são, como comprovamos, em grande medida invisíveis. As estatísticas dão por sua presença, mas seu nome, endereço, rosto permanecem no ostracismo, assim como seus desejos, vivências e apelos. Depois de várias tentativas frustradas para contatá-los, tivemos que recorrer a pessoas amigas para que nos indicassem jovens que se encontram nessa situação. Conseguimos nos aproximar de 14 jovens que responderam ao questionário. Destes, sete aceitaram gravar entrevista. Tanto a aplicação dos questionários como as entrevistas foram realizadas por nós mesmos. Desta maneira, pudemos acessar também o ambiente geográfico e familiar em que vivem. Em alguns momentos, o ambiente local – música alta, barulhos de todos os tipos, falta de privacidade – representou um desafio à parte, especialmente para as entrevistas.

A pesquisa de campo possibilitou ainda a constatação e a análise de outras questões. Com o questionário foi possível chegar a 10 jovens mulheres e quatro jovens homens; com a entrevista ficou respectivamente cinco e dois. Considerando-se o recorte que fizemos – jovens entre 18 e 29 anos que não estudam e nem trabalham –, e os jovens que efetivamente conseguimos acessar, essa é uma realidade que afeta mais as mulheres que os homens. A maternidade é, seguramente, fator que contribui para isso. Resta investigar até que ponto a sociedade é mais tolerante com o desemprego feminino e menos com o masculino ou mesmo se se trata de uma divisão de papéis em que o trabalho doméstico cabe mais às mulheres que aos homens.

Seis jovens que responderam ao questionário são casados; cinco deles são pais. Considerando-se a idade atual dos jovens pais, chega-se a 22 anos. Ou seja, os jovens pobres continuam a sair mais cedo de casa. O casamento, certamente, constitui a razão principal. Dessa maneira, contrariam a tendência que se verifica entre os jovens das classes mais abastadas, que permanecem mais tempo com os pais, alongando a chamada

“moratória vital”. Em vista de assumirem mais cedo responsabilidades próprias da idade adulta, não é exagero chamá-los de jovens adultos.

As tecnologias convergentes – telefone celular, computador e internet – são uma presença na vida desses jovens, se bem que não de forma igualitária. O telefone celular, ao lado do televisor, são os dois aparelhos mais universalizados. O computador e a internet estão menos presentes, mas o acesso a eles também se dá de outras maneiras – *lan house* ou casa de amigos. Acompanham, ademais, as tendências em nível nacional nesses quesitos.

O pobre é uma categoria social demonizada. Relaciona-se comumente a pobreza a violência e a perigo. E assim a sociedade como um todo estigmatiza os pobres. Os jovens são o grupo social mais exposto à violência, é verdade, mas a nossa pesquisa também trata de evidenciar que essa relação não é automática nem generalizada. As causas da violência devem ser melhor investigadas.

Por fim, a nossa pesquisa constata que os jovens vivem um paradoxo quando ao futuro. Estruturalmente, reinam pessimismo e incertezas quanto ao futuro da humanidade na Terra e também quanto aos caminhos que deverão ser trilhados para responder aos grandes desafios da atualidade: desigualdades sociais, poder, fome, meio ambiente, etc. Os jovens pobres, por sua vez, mostram-se otimistas quanto ao seu futuro, apesar das limitações de todos os tipos que sofrem. Sabem que são marginalizados, subvalorizados, mas não se dão por vencidos. Estão investidos de uma energia revitalizadora muito grande.

A maneira como encaram a sua situação interpela a sociedade. Não se consideram excluídos. Querem fazer parte desta sociedade. E são um potencial humano desperdiçado, sem rumo, mas que clama por melhores condições de vida. E que, em outras circunstâncias, poderia ser aproveitado em vista da construção de um outro Brasil.

Centrar a atenção sobre como cultivam a sua identidade num contexto marcado por adversidades, ajuda a captar sentidos e sensibilidades que não se encontram em outras camadas sociais. E novamente, entendido como ação recíproca, podem estar querendo questionar o conjunto da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A GRAVIDEZ como projeto de vida (2008). *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 set., p. 8.
- ABRAMO, Helena Wendel (2005). Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: _____; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania. p. 37-72.
- ANTUNES, Ricardo (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- ARENDT, Hannah (1989). *A condição humana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____ (2005). *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva.
- ARIÈS, Philippe (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BAJOIT, Guy; FRANSSSEN, Abraham (1997). O trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação*. Juventude e contemporaneidade, São Paulo, ANPED, p. 76-95, n. 5/6.
- BAPTISTA, Tatiane Alves (2004). O jovem trabalhador brasileiro e qualificação profissional: a ilusão do primeiro emprego. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez.
- BARBERÍA, José Luis (2009). Generación 'ni-ni': ni estudia ni trabaja. *El País*, Madrid, 22 jun.
- BEAUD, Michel (1997). *Le Basculement du monde*. Paris: La Découverte.
- BECK, Ulrich (1999). *O que é globalização?* São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (2000). *Un nuevo mundo feliz. La precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- _____ (2002). Democratización de la familia. In: _____ (Comp.). *Hijos de la libertad*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica. p. 172-193.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1995). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 6. ed. Petrópolis: Vozes.
- BIGGART, Andy; FURLONG, Andy; CARTMEL, Fred (2008). Biografías de elección y linealidad transicional: nueva conceptualización de las transiciones de la juventud moderna. In: BENDIT, R.; HAHN, M.; MIRANDA, A. (Ed.). *Los*

jóvenes y el futuro. Procesos de inclusión social e patrones de vulnerabilidad en un mundo globalizado. Buenos Aires: Prometeo Libros. p. 49-71.

BIHR, Alain (1998). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise.* São Paulo: Boitempo.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme.* Paris: Gallimard.

_____ (2002). A mobilidade que exclui. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 92, dez., p. 7-16.

BOURDIEU, Pierre (1983). *Questões de sociologia.* Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.

_____ (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____ (Coord.) (1997). *A miséria do mundo.* Petrópolis: Vozes.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni (2005). Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H. W.; _____ (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania. p.129-148.

BRAVERMAN, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista.* 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. (2005). Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania. p. 175-214.

CALAZANS, Gabriela (2005). Os jovens falam sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva: elementos para a reflexão. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania. p. 215-241.

CARDOSO, Adalberto Moreira (2003). *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.* São Paulo: Boitempo.

CARDOSO, Ruth C. L.; SAMPAIO, Helena (1994). Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, São Paulo, nº 26, ano 9, out., p. 30-50.

CASTEL, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.* Petrópolis, RJ: Vozes.

CASTELLS, Manuel (1999). *Fim de milênio.* São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2000). *A sociedade em rede.* 3. ed. São Paulo: Paz e Terra.

- _____ (2003). *A galáxia Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CERQUEIRA, Ana Cristina (2003). *O novo perfil dos ocupados na indústria automotiva paulista na década de 90*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas.
- CHESNAIS, François (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- COMMISSION SUR L'ÉCONOMIE DE L'IMMATÉRIEL (2006). *L'économie de l'immatériel. La croissance de demain*. Relatório da Comissão sobre a economia do imaterial do Governo francês.
- CORSANI, Antonella (2003). Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora. p. 15-33.
- CORTI, Ana Paula (2007). No labirinto do Ensino Médio. *Sociologia especial*, São Paulo, ano I, N. 2, p. 16-23.
- DAYRELL, Juarez (2005). *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- _____ (2006). A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. 2. reimpres. Belo Horizonte: UFMG, p. 136-161.
- _____ (2007). A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori (1998). Reorganização das relações de trabalho no Brasil. A flexibilidade é a única alternativa? In: CARVALHO NETO, Antônio Moreira de; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da PUC-MG.
- DIEESE (2001). *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE.
- DUPAS, G. (2000). *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: Unesp.
- ETC GROUP (2004). *Tecnologia Atômica: A nova frente das multinacionais*. São Paulo: Expressão Popular.
- FEFFERMANN, Marisa (2005). “Não existe o excluído”. *Revista Carta Capital*, São Paulo, 17 ago.

- FORACCHI, Marialice M. (1971). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Editora Pioneira.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (2004). Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania. p. 180-216.
- GIDDENS, Anthony (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- GÓIS, Antônio; LAGE, Amarílis (2006). 27% dos jovens não trabalham nem estudam. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 fev.
- GOMES, Jerusa Vieira (1997). Jovens urbanos pobres. Anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*. Juventude e contemporaneidade, São Paulo, ANPED, n. 5/6.
- GORZ, A. (1983). *Les chemins du Paradis: l'agonie du capital*. Paris: Galilée.
- GORZ, André (1991). *Capitalisme, socialisme, écologie: désorientations, orientations*. Paris: Galilée.
- _____ (2003). *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume.
- _____ (2004). *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume.
- _____ (2005). *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume.
- GRAMSCI, Antonio (2001). *Cadernos do Cárcere*. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HARVEY, David (1999). *Condição pós-moderna*. 8. ed. São Paulo: Loyola.
- IPEA (2008). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília.
- JANNUZZI, Paulo de Martino (2002). Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 255-278, jul./dez.
- KEHL, Maria Rita (2004). A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania. p. 89-114.
- _____ (2007). Clientes especiais. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 de jul. Caderno Mais!

- KREIN, José Dari (2001). *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90*. Campinas, SP. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- KREIN, José Dari (2007). *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. Campinas, SP. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas.
- LANGER, André (2003). *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*. São Leopoldo, RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- _____ (2004). Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz. *Cadernos IHU*, ano 2, n. 5.
- _____ (2006). O mito da qualificação como requisito para a superação do desemprego. A odisséia da exclusão dos jovens no Brasil. In: ARAÚJO, Sílvia Maria; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (Orgs.). *O sindicalismo equilibrista. Entre o continuísmo e as novas práticas*. Curitiba: UFPR/SCHLA. p. 239-258.
- LECCARDI, Carmen (2005). Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2. p. 35-57.
- LOJKINE, Jean (1995). *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez Editora.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (2005). Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, nov.
- MANNHEIM, Karl (1982). O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (org.). *Karl Mannheim*. São Paulo: Ática.
- MARAZZI, Christian (2009). *O lugar da meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- MARGLIN, Stephen (1996). Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os padrões? In: GORZ, André (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes. p. 37-77.
- MARGULIS, Mario (2004). Juventud o juventudes? Entrevista concedida por Mario Margulis a Olga Celestina da Silva Durand. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 22, p. 297-324, jul./dez.
- _____; URRESTI, M. (1998). La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura e juventud*. Buenos Aires: Biblos.
- MARTÍNEZ GARCÍA, Beatriz (2005). Las nuevas formas de organización del trabajo: obstáculo para la construcción de una identidad. In: SCHVARSTEIN, L.; LEOPOLD, L. (Comps.). *Trabajo y subjetividad: entre lo existente y lo necesario*. Buenos Aires: Paidós.

- MARTINS, José de Souza (2003). *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2. ed. São Paulo: Paulus.
- MARTINS, Paulo Roberto (coord.) (2007). *Revolução invisível*. Desenvolvimento recente da nanotecnologia no Brasil. São Paulo: Xamã.
- MARX, K.; ENGELS, F. (1999). *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MARX, Karl (1985). *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. Volume 2. 10. ed. México: Siglo Veintiuno Editores.
- MATTOSO, Jorge (1995). *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta.
- MAUSS, Marcel (2003). *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- MEAD, Margaret (1980). *Cultura y compromiso. Estudio sobre la ruptura generacional*. 2. ed. Barcelona: Gedisa.
- MÉDA, Dominique (1995). *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris: Aubier.
- MELUCCI, Alberto (2001). *A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*. Juventude e contemporaneidade, São Paulo, ANPED, n. 5/6.
- MOREIRA, Talita; BORGES, André (2009). Agora, é a classe D que vai ao paraíso digital. *Valor Econômico*, São Paulo, 6 out., p. B3.
- MORIN, Edgar (2003). *Cultura de Massas no século XX: necrose*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2007). *Cultura de Massas no século XX: neurose*. 9. ed./4. reimpr. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MOULIER-BOUTANG, Yann. (2003). O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo (Orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora. p. 33-60.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael (2001). 3. ed. *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2005). *Multidão*. Rio de Janeiro: Record.
- NEUTZLING, Inácio; KREIN, José Dari (1997). Reestruturação produtiva. *Dicionário de Ética Econômica*. São Leopoldo: Unisinos. p. 713-717.

- NOVAES, Regina (2005). Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo; Instituto Cidadania. p. 263-290.
- _____ (2007). Juventude e sociedade: jogos de espelhos. *Sociologia especial*, São Paulo, ano I, n. 2, p. 6-15.
- PAIVA, Vanilda; POTENGY, Gisélia; CHINELLI, Filippina (1997). Qualificação e inserção alternativa no mundo do trabalho. A sociologia do trabalho para além da indústria. *Novos Estudos CEBRAP* n. 48, jul.
- PERALVA, Angelina (1997). O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. Juventude e contemporaneidade, São Paulo, ANPED, n. 5/6.
- PEREZ, Lea Freitas (2007). Da religião e de juventude: modulações e articulações. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, Ano 5, n. 72.
- POCHMANN, Marcio (2001). *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto.
- _____ (2002). *e-trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil.
- _____ (2007a). *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. 2. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Publisher Brasil.
- _____ (2007b). “Há uma transformação no mundo que veio para ficar”. *Revista IHU On-Line*, São Leopoldo, n. 216, 23 de abril. p. 36-40.
- POLANYI, Karl (2000). *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus.
- PRIGOGINE, Ilya (1996). *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- RADZINSKI, Vilmar (2007). *Intermediação de mão-de-obra no sistema público de emprego no Paraná. Um estudo de caso*. Curitiba, PR. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.
- RAMONET, Ignacio (1998). *Geopolítica do caos*. Petrópolis: Vozes.
- REGUILLO CRUZ, Rossana (2006). *Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto*. Bogotá: Grupo Editorial Norma.
- REICH, Robert (1994). *O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século XXI*. São Paulo: Educator.
- RIFKIN, Jeremy (1995). *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books.
- _____ (1999). *O século da biotecnologia*. São Paulo: Makron Books.

- _____ (2001a). La vida a la velocidad de la luz. ¿Estamos mejor? *El País*, Madri, 04 de ago.
- _____ (2001b). *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books.
- ROCHA, Sonia (2008). A inserção dos jovens no mercado de trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 533-550, set./dez.
- ROGGERO, Gigi (2009). Capitalismo cognitivo. A financeirização, em crise, e a sua forma econômica real. *Revista IHU On-Line*, São Leopoldo, n. 301, 20-07-2009. p. 5-9.
- RULLANI, Enzo (2000). Le capitalisme cognitive du déjà vu? *Multitudes*, n. 2, mai, 87-94.
- SALES, Telma Bessa (2002). *Trabalho e reestruturação produtiva: o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo/SP*. São Paulo: Annablume; Fapesp.
- SALGADO, Raquel (2006). Mercado de trabalho cresce, mas vagas com baixa qualificação predominam. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 jan.
- SALLAS, Ana Luisa Fayet *et al.* (2008). *Os jovens de Curitiba: esperanças e desencontros, juventude, violência e cidadania*. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR.
- SANSON, Cesar (2009). *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*. Curitiba/PR. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.
- SANTOS, Milton (2004). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record.
- SARTI, Cynthia A. (1999). Família e jovens no horizonte das ações. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 11, maio-ago., p. 99-109.
- SCHEHR, Sébastien (1999). *La vie quotidienne des jeunes chômeurs*. Paris: Presses Universitaires des France.
- SCHNAPPER, Dominique (1994). *L'épreuve du chômage*. Paris: Gallimard.
- SCHUMPETER, Joseph (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SENNETT, Richard (1999). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record.
- SINGLY, François (2007). *Sociologia da Família Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- SIQUEIRA NETO, José F. (1997). Flexibilização, desregulamentação e o direito do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* 2. ed. São Paulo: Scritta. p. 327-334.
- SPOSITO, Marília Pontes (2000). Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 13, jan.-abr., p. 73-94.
- SPOSITO, Marília Pontes (2005). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo; Instituto Cidadania, p. 87-127.
- TORRES ALBERO, Cristóbal (2009). Jóvenes y TIC: una afinidad electiva. In: TEZANOS, José Félix (Ed.). *Juventud y exclusión social: décimo foro sobre tendencias sociales*. Madri: Editorial Sistema, pp. 471-494.
- TOURAINÉ, Alain (2005). Já estamos numa sociedade de mulheres. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 117, p. 27-31, jan.
- _____ (2006). *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes.
- VELHO, Gilberto (2003). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- VERCELLONE, Carlo (2009). A crise e os contornos de um “socialismo totalitário do capital”. *Revista IHU On-Line*, São Leopoldo, n. 301, p. 12-18, 20 jul.
- WASELFSZ, Julio Jacobo (2007). *Relatório de Desenvolvimento Juvenil - 2007*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana, RITLA; Ministério da Ciência e Tecnologia; São Paulo: Instituto Sangari.
- WEBER, Max (1989). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6. ed. São Paulo: Livraria Pioneira.
- WILKINSON, Helen (2002). Hijos de la libertad. Surge una nueva ética de la responsabilidad individual y social? In: BECK, Ulrich (Comp.). *Hijos de la libertad*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica. p. 81-118.
- WYN, Johanna (2008). Nuevos patrones de la transición de la juventud en la educación en Australia. In: BENDIT, R.; HAHN, M.; MIRANDA, A. (Ed.). *Los jóvenes y el futuro. Procesos de inclusión social e patrones de vulnerabilidad en un mundo globalizado*. Buenos Aires: Prometeo Libros. p. 33-47.
- ZALUAR, Alba (2000). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

ZENTNER, Manfred (2008). Jóvenes, cultura y nuevas tecnologías. In: BENDIT, R.; HAHN, M.; MIRANDA, A. (Ed.). *Los jóvenes y el futuro. Procesos de inclusión social e patrones de vulnerabilidad en un mundo globalizado*. Buenos Aires: Prometeo Libros. p. 317-331.

Fontes eletrônicas on-line

FEBBRO, Eduardo (2009). O sequestro sindical, a nova modalidade de ação coletiva na França. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21635 Acesso em 25 de jul.

KLINGL, Érica (2009). Brasil desperdiça R\$ 15,1 bilhões com baixa qualidade de ensino. Disponível em: <http://educacao.ig.com.br/us/2009/11/08/brasil+desperdica+r+151+bilhoes+por+ano+com+baixa+qualidade+de+ensino++9037965.html> Acesso em: 08 de nov. de 2009.

POCHMANN, Marcio (2002). Como se não bastasse. Disponível em: http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_revistas/revista_educacao/marco02/entrevista.htm Acesso em: 12 abr. 2009.

_____ (2008). Trabalho imaterial e redução da jornada de trabalho. Entrevista especial com Marcio Pochmann. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=13536 Acesso em: 15 de jun. de 2009.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

DADOS DO QUESTIONÁRIO Entrevistador (a): _____
 Nº do Questionário: _____ Data: ____/____/____ Horário _____
 Local: _____

A – DADOS PESSOAIS

1. Qual sua idade, em anos completos? _____

2. Sexo: (1) Masculino (2) Feminino

3. Qual é sua cor?

- (1) Branca (2) Amarela
 (3) Preta (4) Parda
 (5) Indígena (6) Não respondeu

4. Qual é a sua religião?

- (1) Católica (2) Batista
 (3) Metodista (4) Assembleia de Deus
 (5) Igreja Universal (6) Espírita Kardecista
 (7) Umbandista (8) Candomblé
 (9) Sem religião (10) Ateu
 (11) Outra Qual? _____ (12) Não respondeu

5. Qual é a sua situação conjugal atual (estado civil)?

- (1) Solteiro (a)
 (2) Casado (a) ou vivendo maritalmente
 (3) Divorciado (a) ou separado (a):
 (4) Viúvo (a):
 (5) Não respondeu

6. Você mora:

- (1) Com seus pais
 (2) Com seu cônjuge
 (3) Com amigos/as
 (4) Sozinho/a
 (5) Outros parentes
 (6) Outra. Qual? _____

B – DADOS SOBRE SUA PROCEDÊNCIA, FAMÍLIA E RESIDÊNCIA

7. Quantas pessoas residem no domicílio em que mora, incluindo você:

- (1) Três pessoas
 (2) Quatro pessoas
 (3) Cinco pessoas

- (4) Mais de cinco pessoas
- (5) Outros. Quantos? _____
- (6) Não respondeu

8. Em que município você nasceu?

Município: _____ **UF:** _____

9. Há quanto tempo mora no bairro?

- (1) Até três anos
- (2) Entre três e cinco anos
- (3) Entre cinco e 10 anos
- (4) Mais de 10 anos
- (5) Não sabe ou não respondeu

10. Seu domicílio (moradia) é:

- (1) Alugado
- (2) Próprio, ainda pagando
- (3) Próprio, já pago
- (4) Cedido pelo empregador
- (5) Cedido por outros
- (6) Casa dos pais
- (7) Outra condição Qual? _____
- (8) Não respondeu

11. Quais os motivos da mudança ou migração de seus pais?

- (1) Dificuldades na lavoura
- (2) Busca de emprego
- (3) Questões familiares
- (4) Casamento
- (5) Transferência
- (6) Mudança da empresa
- (7) Outros. Quais? _____
- (8) Não respondeu

12. Seu pai trabalha como? _____

- (1) Assalariado
- (2) Autônomo
- (3) Outros. Qual? _____

13. Sua mãe trabalha como? _____

- (1) Assalariada
- (2) Em casa
- (3) Outros. Qual? _____

14. Somando a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado?

- (1) até 1 SM
- (2) mais de 1 a 2 SM
- (3) mais de 2 a 5 SM
- (4) mais de 5 a 8 SM
- (5) acima de 8 SM
- (5) não respondeu

15. Quais dos seguintes aparelhos/serviços tem em sua casa?

- (1) Televisor
- (2) Telefone celular
- (3) Computador
- (4) Acesso à internet

16. Você acessa a internet? Sim (1) (2) Não

17. Em caso positivo, qual o uso que faz da internet?

- (1) jogar
- (2) conversar com amigos/as
- (3) outros. Quais? _____

C – ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO:**18. Até que série você estudou? _____ Assinale seu grau de instrução:**

- (1) não freqüentou a escola
 (2) fundamental incompleto (3) fundamental completo
 (4) médio incompleto (5) médio completo
 (6) pós-médio incompleto (7) pós-médio completo
 (8) superior incompleto (9) superior completo. Qual? _____
 (10) curso(s) pós-grad. incompleto
 (11) Não respondeu

19. Fez ou faz algum curso profissionalizante?

- (1) sim Qual? _____
 (2) não

20. Gostaria de voltar a estudar?

- (1) sim, por quê? _____
 (2) não, por quê? _____
 (3) Não respondeu

21. Você já ouviu falar no Pró-Jovem ou no EJA?

- (1) Sim (2) Não

22. Teve interesse em participar? (1) Sim (2) Não Por quê? _____**23. Tem interesse em estudar uma outra língua? (1) Sim (2) Não**

Por quê? _____

D. TRABALHO**24. Quantas pessoas de sua família trabalham?**

- (1) Todas
 (2) Uma pessoa
 (3) Duas pessoas
 (4) Três pessoas
 (5) Outra. Quantos? _____
 (6) Não respondeu

25. Quantos menores de 16 anos trabalham? _____**26. Você tem carteira de trabalho?**

- (1) Sim
 (2) Não
 (3) Não respondeu

27. Você já trabalhou alguma vez?

- (1) Não
 (2) Sim. Em quê? _____
 (3) Não respondeu

28. No caso de já ter trabalhado, há quanto tempo está desempregado?

- (1) até 3 meses
- (2) mais de 3 meses a 6 meses
- (3) mais de seis meses a um ano
- (4) mais de 1 ano a dois anos
- (5) mais de dois anos

29. Gostaria de trabalhar com carteira assinada?

- (1) Sim. Por quê? _____
- (2) Não. Por quê? _____
- (3) Não respondeu

30. Quais dessas atividades são, para você, trabalho?

- (1) trabalhar em casa sem remuneração
- (2) coletar e vender material reciclável
- (3) cozinhar em casa para a família
- (4) cuidar das crianças sem remuneração
- (5) fazer biscates
- (6) trabalhar no comércio
- (7) trabalhar numa fábrica

31. O que é trabalho para você? _____**32. Toparia participar de uma conversa para colaborar numa pesquisa sobre os jovens?**

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Não sabe

Se sim, deixe algum contato _____

ANEXO B – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

FAMÍLIA/BAIRRO/TEMPO

Conte um pouco da **sua vida**, o que você faz.

Fale um pouco da sua **família**. De onde vieram seus pais? Como vieram morar no bairro?

Como é a rotina da sua família, o convívio familiar? Os pais vêm almoçar em casa? A família se encontra alguma vez. Quando? Como vê a vivência na sua família?

Quando pequeno foi à creche, ficou em casa, com vizinhos?

A situação da família hoje está melhor? Que coisas (sem ser o financeiro) melhoraram ou pioraram na família?

Quando trabalha, ajuda a família? Alguém ajuda a comprar as suas roupas e calçados?

Como é morar **onde mora**? Tem muitos amigos no bairro? São de fora? Quais são os maiores problemas de morar ali? Gostaria de morar em outro lugar? Por quê?

Como é um **dia normal** seu? Dentro e fora de casa. O que faz, onde passa a maior parte do seu tempo? E no fim de semana? Do que mais gosta?

Você participa de algum grupo? Que grupo é e o que faz?

Você tem **lazer**? O que faz nas horas de lazer?

Você participa de alguma “**Igreja**”, **associação**? De que atividades participa?

Você tem **namorado/a**. Em caso positivo, é do bairro, de fora?

Filhos. Tem filhos? Foi uma opção ter filhos? Por quê? Quem cuida deles ou estão em creche?

Você sente algum **preconceito**? Você acha que as pessoas ainda têm preconceito contra quem não trabalha? Você está preocupado em sair logo dessa situação? Há alguma cobrança da família pelo fato de estar nessa situação? Como se sente diante disso?

Quais são as coisas/atividades/momentos de que mais gosta? O que valoriza?

Do que você tem medo? Qual é o seu sonho?

ESCOLA

Até que série estudou? Por que você parou de estudar? Teve algum acontecimento significativo na sua vida que fez você interromper seus projetos e/ou sair da escola? Ou foi pelo trabalho? Ou por que não gostou da escola?

Gostaria de voltar a estudar? O que?

Fora do período escolar, o que você fazia?

Como percebe a qualificação para o trabalho?

Você alguma vez foi barrado por não ter o ensino médio completo?

Acha que tem dificuldade de conseguir emprego por conta da falta de estudo?

Que outra qualificação acha importante para conseguir emprego hoje?

Você acha que estudar é importante hoje em dia? Por quê? No que a escola foi mais importante para você?

TRABALHO

Você ajudou/a nos trabalhos domésticos?

Você já teve algum emprego? Quantos empregos já teve? Como foram as experiências?

Que tipo de empresa era? Quanto tempo ficou nos empregos? Por que saiu tão cedo?

Foi por iniciativa sua? Teve problemas com as empresas, com colegas ou saiu porque não se adaptou ao trabalho? Gostava do trabalho? Como foi o relacionamento com a chefia e com os colegas? Tem queixas com o tipo de trabalho ou salário que recebia?

Recorreu ao seguro desemprego? Por quê? O que acha dele? É justo recebê-lo ou ele acomoda as pessoas?

Está preocupado com o nível do emprego que oferecem ou aceita qualquer emprego ou trabalho que aparece? Rebaixaria seu salário para conseguir um emprego?

O que você faz durante a semana e no fim de semana?

Por que você acha que está difícil conseguir um bom emprego? O que seria um bom emprego? Como está procurando emprego? Entregando currículo de porta em porta? Sine?

Como vê o **desemprego**? Você se sente desempregado? Como é estar desempregado?

Por que acha que está desempregado?

Mudou a sua ideia sobre o trabalho e a escola? Em que sentido.

Mulher trabalha? O homem deveria ajudar no trabalho doméstico?

Considera o emprego importante? Por quê?

O que é o trabalho para você?

Você sacrificaria a sua vida pelo trabalho?

Qualificações necessárias? Mais exigências.

Você se sente feliz? O que falta para ser uma pessoa realizada?

Como você acha que as pessoas estão vendo você?

Como você se vê daqui a cinco anos?